



# GUINÉ-BISSAU

## PRIMEIRA E SEGUNDA AVALIAÇÕES NO ÂMBITO DA FACILIDADE DE CRÉDITO ALARGADO, PEDIDO DE REPROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSOS, MODIFICAÇÃO DE CRITÉRIOS DE DESEMPENHO E AVALIAÇÃO DAS GARANTIAS DE FINANCIAMENTO — COMUNICADO DE IMPRENSA, RELATÓRIO DO CORPO TÉCNICO E DECLARAÇÃO DO ADMINISTRADOR PARA A GUINÉ-BISSAU

Dezembro de 2016

No contexto da Primeira e Segunda Avaliações no âmbito da Facilidade de Crédito Alargado, Pedido de Reprogramação de Desembolsos, Modificação de Critérios de Desempenho e Avaliação das Garantias de Financiamento, os seguintes documentos foram liberados para publicação e estão incluídos neste pacote:

- **Comunicado de Imprensa**, que inclui uma declaração do Presidente do Conselho de Administração.
- **Relatório do Corpo Técnico** elaborado por uma equipa de especialistas do FMI para a consideração do Conselho de Administração em 2 de dezembro de 2016, após as discussões concluídas em 26 de setembro de 2016 com as autoridades da Guiné-Bissau sobre a evolução da economia e das políticas económicas que alicerçam o acordo com o FMI ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado. O relatório do corpo técnico foi concluído em 10 de novembro de 2016, com base na informação disponível à altura das discussões.
- **Anexo Informativo** elaborado pelo corpo técnico do FMI.
- **Declaração do Administrador** para a Guiné-Bissau.

Os documentos relacionados a seguir foram ou serão publicados separadamente.

Carta de Intenções\* enviada ao FMI pelas autoridades da Guiné-Bissau

Memorando de Políticas Económicas e Financeiras\* das autoridades da Guiné-Bissau

Memorando Técnico de Entendimento\*

\* Também incluídos no relatório do corpo técnico.

A política de publicação de relatórios do corpo técnico e outros documentos permite a supressão de informações que possam influenciar os mercados.

Para adquirir exemplares impressos deste relatório, entre em contato com:

International Monetary Fund • Publication Services  
PO Box 92780 • Washington, D.C. 20090  
Telephone: (202) 623-7430 • Fax: (202) 623-7201  
E-mail: [publications@imf.org](mailto:publications@imf.org) Web: <http://www.imf.org>  
Preço unitário: USD 18,00

**Fundo Monetário Internacional**  
**Washington, D.C.**



Comunicado de Imprensa nº 16/538 (P)  
PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA  
2 de dezembro de 2016

Fundo Monetário Internacional  
700 19th Street, NW  
Washington, D. C. 20431 EUA

## **Conselho de Administração do FMI concluir a primeira e segunda avaliações do acordo com a Guiné-Bissau no âmbito da Facilidade de Crédito Alargado e aprova desembolso de USD 6,9 milhões**

O Conselho de Administração do Fundo Monetário Internacional (FMI) concluiu hoje a primeira e segunda avaliações do desempenho económico da Guiné-Bissau no âmbito do programa apoiado pela Facilidade de Crédito Alargado (ECF, na sigla em inglês).<sup>1</sup> A conclusão das avaliações permite o desembolso de um montante equivalente a DSE 5,112 milhões (cerca de USD 6,9 milhões), perfazendo um total de DSE 7,952 milhões (cerca de USD 10,8 milhões) em desembolsos ao abrigo do acordo ECF. O Conselho de Administração aprovou também o pedido das autoridades de reprogramação das avaliações restantes e desembolsos associados no âmbito do acordo.

O acordo de três anos com a Guiné-Bissau, no montante de DSE 17,04 milhões (cerca de USD 23,1 milhões, ou 60% da quota aquando da aprovação do acordo) foi aprovado em 10 de julho de 2015 (ver Comunicado de Imprensa nº 15/331). O objetivo do programa apoiado pelo acordo ECF é restaurar a estabilidade macroeconómica e a eficiência na prestação de serviços públicos para estimular o crescimento inclusivo, protegendo, em simultâneo, os gastos infraestruturais e sociais destinados a reduzir a pobreza.

Ao concluírem-se as discussões, o Sr. David Lipton, Primeiro Subdiretor-Geral e presidente em exercício do Conselho, fez o seguinte pronunciamento:

“O desempenho no âmbito do programa apoiado pela Facilidade de Crédito Alargado (ECF) foi satisfatório em termos gerais, destacando-se o crescimento económico vigoroso a despeito das incertezas políticas. Contudo, a persistência de tensões políticas gera riscos negativos para as perspetivas. As autoridades estão a solicitar alterações nos prazos da agenda de reformas estruturais e a reprogramação das avaliações e desembolsos restantes. Solicitam também a modificação dos critérios de desempenho para a terceira avaliação e seguintes,

---

<sup>1</sup> A ECF é um acordo de empréstimo que proporciona um compromisso programático sustentado de médio e longo prazos, em caso de problemas prolongados na balança de pagamentos.

tendo em conta as alterações ao memorando técnico de entendimento para esclarecer a avaliação desses critérios.

A determinação das autoridades em anular os resgates bancários é louvável. Será importante cumprir todas as etapas do processo até que a anulação seja irreversível, de modo a salvaguardar as finanças públicas. O fortalecimento do setor bancário requer também a implementação das medidas corretivas que estão a ser desenvolvidas pela supervisão bancária regional e a aplicação das normas prudenciais existentes.

Em vista da restritividade da situação orçamental e do apoio orçamental externo ainda limitado, a disciplina nas contas públicas e a aceleração das reformas estruturais para criar o espaço no orçamento para os gastos prioritários continuam a ser os pilares do programa apoiado pelo acordo ECF. O reforço da gestão das finanças públicas através do maior protagonismo da comissão do Tesouro e de melhorias na administração tributária são elementos positivos e necessários para recobrar a confiança dos investidores privados e parceiros de desenvolvimento. Igualmente bem-vindos são os planos de tornar a empresa de água e eletricidade EAGB mais transparente e de realizar reformas mais profundas a médio prazo, a fim de reduzir o elevado custo para o orçamento.

É preciso redobrar os esforços para reduzir a corrupção, nomeadamente através do fortalecimento do quadro jurídico de combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo. A melhoria na compilação de estatísticas é digna de nota mas precisa de ser sustentada com a provisão de recursos adequados”.



# GUINÉ-BISSAU

10 de novembro de 2016

## PRIMEIRA E SEGUNDA AVALIAÇÕES NO ÂMBITO DA FACILIDADE DE CRÉDITO ALARGADO, PEDIDO DE REPROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSOS, MODIFICAÇÃO DE CRITÉRIOS DE DESEMPENHO E AVALIAÇÃO DAS GARANTIAS DE FINANCIAMENTO

### SUMÁRIO EXECUTIVO

**Acordo ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado (ECF).** O acordo de três anos foi aprovado a 10 de julho de 2015. A Guiné-Bissau recebeu apenas o primeiro desembolso de DSE 2,84 milhões (10 por cento da quota) na aprovação do acordo. O montante equivalente a DSE 5,112 milhões (18 por cento da quota) será disponibilizado após a conclusão da primeira e da segunda avaliações pelo Conselho de Administração no âmbito deste acordo.

**Contexto:** A retoma económica está em marcha mas ainda é frágil. Desde a aprovação do acordo ECF, a Guiné-Bissau viveu uma profunda crise política, com três governos sucessivos. Recentemente a tensão política esmoreceu com a adoção do plano de seis pontos mediado pela CEDEAO para um governo inclusivo e a reforma constitucional. O Governo declarou a nulidade do oneroso resgate bancário que desestabilizou o programa apoiado pela ECF e retardou as avaliações. As mudanças frequentes de governo, conjugadas com persistentes restrições de capacidade, atrasaram reformas estruturais essenciais e debilitaram a gestão das finanças públicas (GFP).

**Desempenho do programa:** Todos os critérios de desempenho (CD) para a primeira e a segunda avaliações foram cumpridos. As discussões do corpo técnico com as autoridades centraram-se em medidas destinadas a colmatar o défice de financiamento de 2016, decorrente da perda de apoio ao orçamento, e para relançar as reformas estruturais. As autoridades tomaram medidas paliativas, inclusivamente a anulação do resgate bancário, e medidas para sanar as debilidades da GFP. Devido aos atrasos, as autoridades solicitam a alteração da agenda das reformas estruturais e a reprogramação das avaliações e dos desembolsos restantes. Também solicitam a modificação dos CD para a terceira avaliação e seguintes, tendo em conta as alterações ao Memorando Técnico de Entendimento (MTE) para esclarecer a avaliação destes critérios.

**O corpo técnico apoia a conclusão da primeira e da segunda avaliações no âmbito do acordo ECF e os pedidos das autoridades de modificação dos CD e de reprogramação dos desembolsos.**

Aprovado por  
**Roger Nord (AFR)** e  
**Peter Allum (SPR)**

As discussões ocorreram em Bissau, entre os dias 28 de março e 8 de abril de 2016 e 13 e 26 de setembro de 2016; a primeira missão atualizou os desenvolvimentos económicos na sequência das crises políticas de 2015 e 2016 que retardaram a primeira avaliação. A equipa do corpo técnico da segunda missão incluiu os Srs. Felix Fischer (chefe), Francis Kumah, Alexander Nuetah e Torsten Wezel (segunda missão) e as Sras. Farayi Gwenhamo (primeira missão), Cristina Cheptea (segunda missão) (ambas do AFR), o Sr. Olamide Harrison (FAD) e o Sr. Oscar Melhado (Representante Residente do FMI em Bissau). O Sr. Gaston Fonseca e a Sra. Gemilia Pereira (ambos do gabinete do Rep. Res. do FMI em Bissau) auxiliaram a missão. O Sr. Roger Nord, Diretor-Adjunto do Departamento de África, também participou de algumas reuniões durante a segunda missão. A equipa reuniu-se com Suas Excelências o Presidente da Guiné-Bissau, José Mário Vaz; o Presidente da Assembleia Nacional Cipriano Cassamá (durante a segunda missão); o Primeiro-ministro Baciro Djá (durante a segunda missão), o ex-ministro da Economia e Finanças Geraldo Martins (durante a primeira missão) e o Ministro das Finanças Henrique dos Santos (durante a segunda missão), o Diretor Nacional do Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO), João Fadia, o Procurador-Geral da República António Sedja Mam (durante a segunda missão), outros altos funcionários e representantes do setor privado, da sociedade civil e parceiros de desenvolvimento.

## ÍNDICE

<b>CONTEXTUALIZAÇÃO E EVOLUÇÃO ECONÓMICA RECENTE</b>	<b>4</b>
<b>DESEMPENHO DO PROGRAMA</b>	<b>7</b>
<b>PERSPETIVA ECONÓMICA, MEDIDAS DE POLÍTICAS E RISCOS</b>	<b>9</b>
A. Melhorar a Gestão Orçamental	11
B. Promover a Intermediação Financeira Sólida	13
C. Melhorar o Ambiente de Negócios para o Desenvolvimento de Setor Privado e Outros Temas	14
<b>MODALIDADES DO PROGRAMA E GARANTIAS DE FINANCIAMENTO</b>	<b>15</b>
<b>AVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO</b>	<b>16</b>
<b>CAIXA</b>	
1. Reversão do Plano de Resgate Bancário	6

**FIGURAS**

1. Evolução Económica Recente, 2010–15 _____	19
2. Evolução Orçamental e do Crédito, 2010–15 _____	20
3. Perspetiva de Médio Prazo, 2013–18 _____	21

**TABELAS**

1. Principais Indicadores Económicos, 2012–18 _____	22
2a. Operações do Governo Central, 2014–17 (Mil milhões de FCFA) _____	23
2b. Operações do Governo Central, 2014–17 (Percentagem do PIB) _____	24
3. Síntese Monetária, 2014–18 _____	25
4. Balança de Pagamentos, 2014–18 _____	26
5. Indicadores de Solidez Financeira do Sistema Bancário, 2010–16 _____	27
6. Indicadores da Capacidade de Reembolso ao FMI, 2016–25 _____	28
7. Critérios Quantitativos de Desempenho e Metas Indicativas para 2015 _____	29
8a. Guiné-Bissau: Critérios Quantitativos de Desempenho e Metas Indicativas Propostos para 2016 _____	30
8b. Critérios Quantitativos de Desempenho e Metas Indicativas Propostos para 2017 _____	31
9a. Indicadores de Referência Estruturais ao Abrigo do Programa ECF, 2015–16 _____	32
9b. Indicadores de Referência Estruturais Propostos ao Abrigo do Programa ECF, 2016–17 _____	33
10. Calendário de Desembolsos Proposto ao Abrigo do Acordo ECF, 2015–18 _____	34
11. Necessidades e Fontes de Financiamento Externo, 2015–18 _____	35

**ANEXO**

I. Atualização da Análise de Sustentabilidade da Dívida _____	36
---	----

**APÊNDICE**

I Carta de Intenções _____	47
----------------------------	----

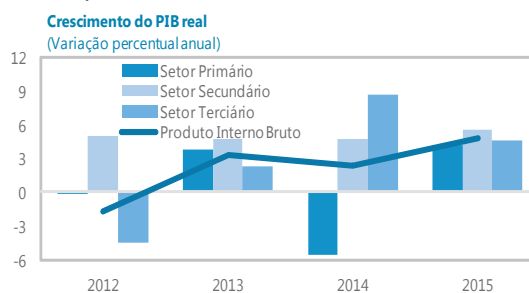
**ANEXOS**

I. Memorando de Políticas Económicas e Financeiras _____	49
II. Memorando Técnico de Entendimento _____	68

## CONTEXTUALIZAÇÃO E EVOLUÇÃO ECONÓMICA RECENTE

**1. Incertezas políticas entre o final de 2015 e o começo de 2016 foram atenuadas pela recente adoção do plano de seis pontos mediado pela Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) para um governo inclusivo e a reforma constitucional.** Após a difícil resolução do impasse político de dois meses provocado pela demissão do Primeiro-Ministro Pereira pelo Presidente Vaz em meados de agosto de 2015, o país foi abalado por outro impasse no começo de 2016. Este foi encetado pela expulsão de 15 deputados do partido do governo, o PAIGC, em meados de janeiro deste ano, por votarem contra o programa do governo do Primeiro-Ministro, impedindo assim a sua aprovação parlamentar. A expulsão dos deputados foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal e estes recuperaram os seus assentos parlamentares, mas o Primeiro-Ministro Correia e o seu governo caíram por falta de transparência na gestão das finanças públicas. Em junho de 2016, o Presidente Vaz nomeou um novo Primeiro-Ministro, o Sr. Baciro Djá, que posteriormente formou governo. As principais forças políticas do país assinaram, em setembro de 2016, um plano de seis pontos mediado pela CEDEAO para um governo inclusivo e a reforma constitucional, como forma de por um fim à crise política. Ademais, apesar da reforma do setor de segurança estar parada, devido sobretudo à falta de financiamento, a situação de segurança mantém-se calma e o governo está operacional. Contudo, as crises políticas, num contexto de restrições administrativas, complicaram a aplicação do programa e atrasaram medidas estruturais essenciais.

**2. A atividade económica cresceu em 2015, como consequência de fatores positivos internos e externos (Figura do Texto, Tabela do Texto e Tabelas 1 a 8).** Sustentadas por uma tendência positiva no preço internacional do caju, as autoridades aumentaram o seu preço de referência no começo da época de colheita<sup>1</sup>, o que atenuou o contrabando e impulsionou as exportações formais. No geral, a produção agrícola aumentou 4,5 por cento. Ao mesmo tempo, o crescimento estimado dos setores secundário e terciário foi de 5,5 por cento e 44,8 por cento, respetivamente, ajudado pela melhoria do abastecimento de eletricidade e água. Denotando estes desenvolvimentos, o PIB real cresceu à taxa estimada de 4,8 por cento em 2015, contra 2,3 por cento em 2014. Esta evolução económica ajudou a fortalecer a balança externa e a aumentar a sua contribuição para o crescimento, enquanto o peso do consumo público sobre o crescimento declinou em relação a 2014. A inflação dos preços no consumidor permanece baixa, na média de 1,5 por cento em 2015.



Fontes: INE, MEF e cálculos do corpo técnico do FMI.

<sup>1</sup> No início da época do caju, o governo consulta as partes interessadas e combina o preço interno de venda de referência (para fins de tributação e para proteger os agricultores) com base nos preços internacionais e na necessidade de reduzir o contrabando do produto e maximizar o ingresso de receita. Para as campanhas de 2015 e 2016, os preços foram de USD 900/t e USD 950/t, respetivamente.

Guiné-Bissau: Principais Indicadores Económicos									
	2012	2013	2014	2015		2016		2017	2018
				EBS/15/72	Prel.	EBS/15/72	Proj.	Projeções	
(percentagem do PIB, salvo indicação em contrário)									
Crescimento do PIB real (percentagem)	-1,7	3,3	2,3	4,7	4,8	4,8	4,8	5,0	5,0
Índice de preços no consumidor (média anual)	2,1	0,8	-1,0	1,3	1,5	2,3	2,4	2,6	2,8
Receita <sup>1</sup>	9,1	7,9	12,6	12,6	14,1	14,0	13,2	12,8	13,1
d/q: Receitas fiscais	7,7	6,8	8,5	9,2	10,3	10,2	9,3	9,7	10,1
Donativos	2,4	3,4	9,5	6,0	6,7	6,0	4,6	5,1	5,6
Total da despesa e concessão líquida de empréstimos <sup>2</sup>	13,8	13,1	24,3	20,9	23,8	22,0	22,4	19,8	20,8
Saldo primário interno	-3,3	-1,6	-3,7	-1,1	-1,5	-0,4	-1,7	0,3	0,1
Saldo global (base de compromissos)	-2,3	-1,8	-2,3	-2,3	-2,6	-2,1	-4,2	-1,7	-2,1
Conta corrente externa (incl. transferências correntes oficiais)	-11,9	-7,2	-3,5	-3,6	-1,1	-4,7	-2,2	-3,1	-3,8
Total da dívida pública	56,0	50,1	48,0	50,9	46,7	49,5	47,5	45,8	43,1
Fontes: Autoridades guineenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FML									
<sup>1</sup> As receitas extraordinárias totalizaram 0,9% do PIB em 2014 (devido à transferência dos proventos do FUNPI para o Tesouro) e deverão representar 0,9% do PIB em 2015 (devido à venda das licenças 3G) e 1,3% do PIB em 2016 (devido sobretudo às receitas da venda de madeira ilegal apreendida e à cobrança dos respetivos impostos).									
<sup>2</sup> Total da despesa e concessão líquida de empréstimos ajustados para refletir as despesas não tituladas.									

**3. As receitas fiscais ficaram acima das previsões no âmbito do programa, denotando as várias medidas iniciadas em 2015.** O governo melhorou o cumprimento das obrigações fiscais pelos grandes contribuintes e intensificou o controlo alfandegário para conter a fraude e a subfaturação por parte dos importadores. Conjugadas com a intensificação da vigilância da administração tributária e uma atividade económica florescente, estas medidas aumentaram a cobrança de impostos para FCFA 31,7 mil milhões no final de junho (cerca de 21 por cento acima da meta do programa) e FCFA 61,9 mil milhões no final de dezembro (10 por cento do PIB e 10 por cento acima do piso do CD para o final do exercício).

**4. Ao mesmo tempo, as despesas superaram consideravelmente o orçamento e enfraqueceram a política orçamental em 2015.** As despesas não salariais aumentaram durante o ano, devido sobretudo aos aumentos em outras despesas correntes, que elevaram a despesa corrente para cerca de 0,9 por cento do PIB acima da previsão do programa, apesar da redução dos subsídios aos combustíveis das forças armadas. Por outro lado, a despesa de investimento superou as expectativas em 0,8 por cento do PIB por conta dos donativos a projetos de investimento público acima do programado. Em virtude destes desenvolvimentos, o défice primário interno superou as metas para o meio e o final do ano (esta última foi fixada em 1,1 por cento do PIB). Todavia, o aumento da despesa foi compensado pelo surpreendente forte desempenho da receita, gerando um défice primário interno acima das previsões, de 1,5 por cento do PIB.

**5. As autoridades decidiram assumir os empréstimos malparados (EMP) de dois bancos comerciais em julho e novembro de 2015.** Numa tentativa para limpar os balanços dos bancos e reativar o crédito ao setor privado, as autoridades assumiram FCFA 34,2 mil milhões (5,5 por cento do PIB) em EMP de dois bancos comerciais pelo seu valor facial. A operação foi financiada através de linhas de crédito nos respetivos bancos (Caixa 1 do Texto). O plano não era transparente e gerou preocupações sérias de governação.



**6. A crise política e a perda de apoio ao orçamento de parceiros de desenvolvimento durante o resgate bancário (ver Caixa 1 do Texto) acentuaram os desafios orçamentais em 2016 que forçaram o ajustamento das medidas do lado da receita e da despesa para reduzir o défice orçamental a um nível sustentável.** O projeto de orçamento de 2016 incorpora custos a incorrer nas realizações de passivos contingentes relativos a garantias de empréstimos às estatais Guiné Telecom (cerca de 1,5 por cento do PIB) e Empresa de Eletricidade e Água da Guiné-Bissau (EAGB) (0,8 por cento do PIB), uma perda significativa de apoio ao orçamento (2,6 por cento do PIB) por parte de parceiros de desenvolvimento devido ao resgate bancário (MPEF 118 e Tabela do Texto) e à expressiva desaceleração do crescimento da receita em relação a 2015. A receita fiscal do final de junho de 2016 está estimada em 4,7 por cento do PIB, uma queda de 0,6 por cento em relação ao mesmo período de 2015, prejudicada pela crise política e da consequente redução dos avanços da administração tributária, apesar do crescimento económico. Da mesma forma, as receitas não fiscais (excluindo as receitas extraordinárias) da primeira metade de 2016 estão estimadas em 1,3 por cento do PIB contra 1,5 por cento do PIB no mesmo período de ano anterior. O orçamento, portanto, prevê reduções nas despesas com salários, bens e serviços e no investimento financiado internamente, que também teve um impacto negativo nos setores sociais e prioritários. Logo, fazem-se necessárias várias medidas de dinamização das receitas, inclusivamente a venda expedita de madeira ilegal apreendida. Estes ajustamentos também foram necessários devido às falhas na gestão de despesas advindas dos elevados níveis de despesas não tituladas (1,1 por cento do PIB até ao final de agosto) e a recorrência de atrasados internos (1,0 por cento do PIB). Como resultado, três das quatro metas indicativas trimestrais de 2016 não foram cumpridas (Tabela 8a).

### Caixa 1 do Texto. Guiné-Bissau: Plano de Resgate Bancário

**As autoridades decidiram resgatar dois bancos problemáticos assumindo os seus EMP contabilizados pelo valor facial.** O objetivo declarado na época era limpar os balanços dos bancos e, assim, permitir novos empréstimos, porém, pelo menos em parte, aos mesmos clientes incumpridores. O plano foi financiado através de linhas de crédito com um prazo de 10 anos abertas pelos bancos beneficiados – FCFA 26,3 mil milhões e FCFA 7,9 mil milhões, a totalizar CFPA 34,2 mil milhões (5,5 por cento do PIB) — acrescidos de juros (6 por cento e 1,5 por cento, respetivamente) e taxas de administração. Os empréstimos poderiam ser convertidos em bilhetes do Tesouro dentro de cinco anos.

**Os resgates geraram preocupações sérias de governação.** Foram realizados em segredo, sem nenhum escrutínio por parte do Conselho de Ministros ou do parlamento e o custo e os riscos do resgate foram transferidos por inteiro para o governo. O plano não abordava os problemas da raiz do elevado nível de EMP: não incluía medidas para sanar a gestão deficiente dos bancos ou as causas por detrás da falta de cumprimento de contratos nem exigia aos acionistas que recapitalizassem as instituições (apesar do plano recapitalização do maior dos dois bancos acordado previamente). Como as EMP foram adquiridas a valor facial e não a valor de mercado, a transação significou um lucro considerável para os acionistas dos dois bancos (cerca de FCFA 15 mil milhões, de acordo com os seus auditores). Ademais, o primeiro contrato previa uma taxa de juro acima do rendimento dos títulos do governo guineense. Também existem preocupações acerca da seleção de EMP a serem incluídas nos resgates.

**O corpo técnico estimou que os custos económicos do resgate seriam imensos.** O custo direto da dívida associada ao resgate é o oposto duma verdadeira despesa prioritária. Em 2015, as despesas sociais e prioritárias financiadas internamente estão estimadas em FCFA 14,8 mil milhões (2,5 por cento do PIB) e o investimento com financiamento interno está estimado em FCFA 4,9 mil milhões (0,8 por cento do PIB). Comparativamente, o resgate totalizou FCFA 34 mil milhões (5,5 por cento do PIB de 2015).

**7. O déficit da conta corrente externa diminuiu drasticamente em 2015, ajudado por um choque positivo dos termos de troca.** Enquanto o preço mundial do petróleo diminuía, junto com os preços dos produtos não combustíveis, o preço do principal produto de exportação do país, o caju, aumentou 20 por cento e os termos de troca aumentaram 44 por cento (Tabela 1 e Figura 1). Como resultado, os valores de exportação aumentaram e os de importação diminuíram, reduzindo o déficit da conta corrente em um terço, para 1,1 por cento do PIB. Consequentemente, houve um reforço da balança de pagamentos, sustentado pela recuperação dos ativos externos líquidos dos bancos comerciais e doutros ativos privados líquidos.

## DESEMPENHO DO PROGRAMA

**8. A decisão de resgatar dois bancos acarretou discussões prolongadas sobre a primeira avaliação do programa.** Os expressivos custos orçamentais originaram um grande desvio orçamental no âmbito do programa ECF. Ademais, a estrutura dos resgates gerou preocupações de governação que poderiam comprometer o objetivo do programa de promover o desenvolvimento dum sistema bancário sólido.

**9. Num esforço para reconduzir o programa de volta ao caminho certo, o governo agiu com determinação.** Em junho de 2016, declarou a anulação dos contratos de resgate, alegando a falta de legalidade, dada a exigência das assinaturas do Procurador-Geral e do auditor interno. Após os bancos se terem recusado a anular o plano, em setembro o governo obteve uma ordem do tribunal que suspendeu os efeitos dos contratos de resgate (ou seja, o pagamento dos juros) até que haja uma sentença final sobre a legalidade dos contratos. Também apresentou uma queixa-crime contra os signatários dos contratos de resgate.

**10. Tendo em conta a anulação dos resgates bancários, o desempenho do programa em 2015 foi satisfatório.** Todos os critérios de desempenho (CD) quantitativos, tanto da primeira (final de junho de 2015) como da segunda avaliação, após a correção motivada pelo resgate bancário (final de dezembro de 2015), foram cumpridos. O piso da mobilização de receita fiscal interna total foi excedido em ambas as datas de teste por margens consideráveis devido à expansão da atividade económica acima das previsões e uma administração tributária vigilante. O teto para o crédito bancário líquido interno ao governo central (CLG) foi facilmente cumprido depois do ajuste decorrente da liquidação do excesso de atrasados internos, enquanto o teto ajustado para o final de dezembro só foi cumprido após se considerar a queda do apoio ao orçamento e a correção referente ao regaste da banca. De acordo com os respetivos tetos zero previstos no programa, não houve a concessão de novos empréstimos externos em condições não concessionais e de curto prazo ou a sua garantia. Ademais, o governo honrou todas as obrigações de serviço da dívida externa e continua a tentar reestruturar e/ou simplesmente cancelar dívidas que estão a ser discutidas com os seus credores bilaterais. À exceção das despesas sociais, as metas indicativas de acumulação de novos atrasados, saldo primário interno e nível de despesas não tituladas (DNT) para o final de dezembro de 2015 não foram cumpridas.

**11. A aplicação de medidas estruturais foi irregular (Tabelas 9a e 9b).** Quatro dos indicadores de referência para aplicação até ao final de 2015 foram cumpridos, mas outros cinco não o foram. Destes cinco, dois foram aplicados com atraso e um apenas parcialmente. As medidas relativas ao posto intracomercial em Safim para reconciliar as faturas com as cargas efetivas, a projeção do fluxo de caixa mensal do Tesouro e os relatórios trimestrais sobre a execução do plano de investimento público (PIP) e dos compromissos, acordos e desembolsos da dívida externa foram aplicadas tal como previsto. As medidas não cumpridas (ambas fixadas para o final de dezembro) relacionam-se à implementação dum regime de pequenos contribuintes e à elaboração dum plano estratégico de melhoria das condições de trabalho da administração tributária e alfandegária. Ocorreram atrasos i) na auditoria do Fundo de Promoção da Industrialização de Produtos Agrícolas (FUNPI), cuja publicação está prevista para depois da aprovação parlamentar; ii) nos pagamentos de salários através do sistema bancário para todos os funcionários públicos; e iii) na reinstalação do sistema informático de gestão da dívida. Este necessita de ser atualizado porque o fornecedor do *software* lançou uma nova versão e parou de dar assistência à anterior. Os indicadores de referência estruturais sobre a preparação dum plano de auditoria para todas as EP e fundos autónomos e a formulação de uma estratégia para promover a produção e a transformação de caju com base nos resultados da auditoria do FUNPI marcada para março e junho de 2016, respetivamente, não foram cumpridos e estão a ser reagendados.

<b>Guiné-Bissau: Critérios de Desempenho Quantitativos e Metas Indicativas</b>				
(Mil milhões de FCFA, salvo indicação em contrário)				
	2015			
	Junho		Dez.	
	Prog.	Efet.	Prog.	Efet.
<b>Critérios de desempenho</b>				
Total da receita fiscal interna (piso)	26,2	31,7	53,3	61,9
Crédito bancário interno líquido ao governo central (teto) <sup>1</sup>	10,2	9,2	11,5	11,5
<b>Metas indicativas</b>				
Novos atrasados internos (teto)	0,0	0,2	0,0	1,3
Despesas sociais e prioritárias (piso)	12,9	20,0	25,8	36,5
Saldo primário interno (base de compromissos, piso)	-2,6	-2,9	-6,5	-9,3
Despesas não tituladas (DNT, teto)	0,4	4,8	0,8	2,7
<i>Por memória:</i>				
Liquidação de atrasados de pagamentos internos	4,3	6,6	8,10	7,4
Fontes: Autoridades guineenses e estimativas do corpo técnico do FMI.				
<sup>1</sup> Os valores programados incluem fatores de correção pelo excesso de liquidação dos atrasados interno (junho) e pelo défice de apoio ao orçamento (dezembro).				

**12. O impasse político, a resultante ausência intermitente de governo entre o final de 2015 e o início de 2016 e o tempo necessário para dismantelar os resgates bancários atrasaram a primeira e a segunda avaliações no âmbito do acordo ECF, o que levou as autoridades a solicitarem a reprogramação dos desembolsos ao abrigo deste acordo.** Como resultado, uma avaliação seria descartada, o acesso redistribuído pelas restantes três e as datas de teste do final de dezembro de 2016 passarão a servir de base para a terceira avaliação.

## PERSPETIVA ECONÓMICA, MEDIDAS DE POLÍTICAS E RISCOS

**13. A estratégia de desenvolvimento da Guiné-Bissau centra-se num setor público eficiente, num ambiente de negócios propício ao crescimento e na redução da pobreza (MPEF, ¶¶14–15).** A estratégia de desenvolvimento do governo (2014–18), respaldada pelo acordo ECF, centra-se no fortalecimento da consolidação orçamental através de gestão das finanças públicas (GFP) eficaz, reformas fiscais e administração tributária vigilante, na aceleração das reformas estruturais destinadas a melhorar o ambiente de negócios e no reforço do desenvolvimento do capital humano, melhorando a qualidade dos serviços públicos e o acesso à educação e à saúde, respeitando, porém, a sustentabilidade da dívida. Embora se espere que o apoio ao orçamento seja retomado apenas gradualmente, os principais parceiros de desenvolvimento do país prometeram manter o seu apoio a esta estratégia (Tabela do Texto).

**14. A retoma económica desde a recessão de 2012–13 deverá prosseguir em 2016–17 (Tabela do Texto e Tabelas 1 a 4).** Prevê-se que o PIB real cresça 4,8 por cento ao ano em 2016–17. O governo realinou incentivos para uma boa colheita agrícola, incluindo o fornecimento de tratores e outros implementos aos agricultores a taxas subsidiadas, que deverão traduzir-se num bom desempenho agrícola. O crescimento dos setores secundário e terciário deverá acelerar em resultado da melhoria do abastecimento de água e eletricidade, da confiança das empresas após o regresso dos doadores (sobretudo em 2017) e da resolução do impasse político. Ademais, o início em 2017 da fase de construção dum projeto de fosfatos com financiamento externo deverá ajudar a recuperação do setor terciário. A inflação deverá aumentar para cerca de 2,3 por cento em 2016, denotando o aumento da procura privada, e manter-se abaixo dos 3 por cento — o teto da UEMOA — no médio prazo. As exportações de caju, ajudadas pelo aumento positivo nos termos de troca e um preço de referência interno favorável, deverão aumentar, o que coadjuvará para manter o défice da conta corrente externa abaixo dos 3 por cento do PIB e reforçar as reservas internacionais. Estas projeções levam em conta o esperado início do projeto de fosfatos em 2017, que aumentaria as importações de máquinas e respetivos equipamentos de construção relacionadas ao IDE.

**15. A prudência orçamental e a aceleração das reformas estruturais para criar espaço orçamental para as despesas sociais e infraestruturais prioritárias continuam a ser o ponto central do programa apoiado pela ECF (MPEF, ¶14).** Para tal, as autoridades pretendem fortalecer a GFP e a administração tributária, o que deverá ajudar a melhorar a qualidade da despesa e a aumentar o espaço orçamental. Foram necessárias várias medidas corretivas para impulsionar o desempenho da receita em 2016 de forma a alinhá-la com os objetivos do programa. Estas incluem a cobrança de impostos atrasados (0,2 por cento do PIB) devidos por empresas públicas como o aeroporto e a autoridade portuária e a introdução dum portal de acesso para melhorar a regularidade fiscal no setor de telecomunicações (0,2 por cento do PIB), o que deverá aumentar as receitas fiscais em 2017 em 1,8 por cento do PIB. Como resultado, o défice primário interno deverá diminuir de 1,7 por cento do PIB em 2016 para uma média de 0,2 por cento ao ano em 2017–18, o que implica saldos orçamentais em geral compatíveis com a sustentabilidade da dívida (Tabelas 1 e 2a, b, e Anexo II).

Esta restrição da política orçamental deverá render uma acumulação líquida de depósitos em 2017 com um CLG de 0,5 por cento do PIB, a compensar parcialmente o acúmulo de dívidas em 2015 e 2016 devido à falta de apoios ao orçamento. Além do mais, as receitas internas e externas acima do programado seriam utilizadas sobretudo para a liquidação de atrasados internos acumulados em 2016. O plano atual prevê a liquidação de FCFA 2,6 mil milhões (0,4 por cento do PIB) em 2017 e o pagamento total dos atrasados recém-acumulados em 2018. Estas operações orçamentais do governo, coerentes com o programa apoiado pela ECF, serão contabilizadas no orçamento de 2017, que as autoridades planeiam apresentar até meados de dezembro de 2016.

**16. Condições climáticas adversas, incertezas jurídicas relacionadas à reversão do resgate e a incerteza política são a fonte dos principais riscos para a perspetiva.** A produção agrícola permanece vulnerável a condições climáticas adversas. Ademais, a perspetiva orçamental poderá se deteriorar se os tribunais julgarem os contratos do resgate bancário legais.<sup>2</sup> Outros riscos negativos incluem as fortes tensões políticas com mudanças disruptivas de governo que afetam a disciplina orçamental e enfraquecem o apoio externo dos parceiros de desenvolvimento.

<b>Guiné-Bissau: Assistência Financeira Oficial<sup>1</sup></b>						
(Mil milhões de francos CFA, salvo indicação em contrário)						
	2015		2016	2017	2018	Total acumul.
	Prog.	Est.	Projeções			
Total	53,9	52,4	50,1	53,9	58,9	215,3
Donativos	36,8	40,1	30,9	36,4	42,3	149,7
Orçamento	10,7	5,6	1,0	3,3	3,5	13,4
Projetos	26,1	34,5	29,9	33,1	38,8	136,3
Empréstimos	17,1	12,3	19,2	17,5	16,7	65,6
Orçamento <sup>2</sup>	4,6	2,3	4,2	2,5	0,7	9,7
Projetos	12,5	10,0	14,9	14,9	16,0	55,9
(milhões de USD)						
Total	91,1	88,6	84,9	91,5	100,3	
Donativos	62,2	67,8	52,4	61,8	71,9	
Empréstimos	28,9	20,8	32,5	29,7	28,4	
(percentagem do PIB)						
Total	8,9	8,4	7,3	7,4	7,5	
Donativos	6,0	6,4	4,5	5,0	5,4	
Empréstimos	2,8	2,0	2,8	2,4	2,1	
Rubricas diversas:						
PIB nominal (milhões de US	1.029	1.056	1.168	1.239	1.332	

Fonte: Autoridades guineenses.

<sup>1</sup> Inclui apenas a ajuda ao setor público (cerca de 85-90% do total); o restante se destina a beneficiários finais e organizações não governamentais.

<sup>2</sup> Financiamento da ECF.

<sup>2</sup> Neste caso, as autoridades invocariam a cláusula de cancelamento, o que implicará taxas de cancelamento e penalidades no valor de cerca de 0,7 por cento do PIB. Os bancos poderão recorrer do cancelamento nos tribunais da OHADA.

## A. Melhorar a Gestão Orçamental

### Aumentar as receitas fiscais

**17. As medidas para alargar a base tributária e fortalecer a administração tributária destinam-se a impulsionar a mobilização de receitas internas (MPEF 22).** A introdução duma nova fatura de venda harmonizada com o número de identificação fiscal começará pelas grandes empresas em dezembro de 2016 e será gradualmente alargada às restantes sociedades até junho de 2017. Simultaneamente, o novo sistema de acesso para as redes de comunicação facilitará o controlo e a monitorização dos impostos sobre as sociedades e as vendas no setor das comunicações. Além do mais, as autoridades planeiam, de forma a assegurar a regularidade fiscal, exigir o certificado de liquidação de impostos (tal como previsto em lei) para todos os contratos e pagamentos realizados pelo governo.

**18. As autoridades estão a reduzir a carga administrativa sobre os contribuintes e ao mesmo tempo a reforçar a base tributária e as receitas fiscais (MPEF, ¶¶ 21–22).** Sob a liderança duma comissão especial, as medidas incluem: criar – com a assistência técnica do FMI – um novo regime fiscal para os pequenos contribuintes (indicador de referência estrutural; Tabela 9b); incentivar a regularidade fiscal voluntária por parte dos grandes contribuintes e melhorar a infraestrutura e as condições de trabalho da autoridade tributária, inclusivamente para os 94 funcionários recém-contratados por concurso público; fortalecer o balcão único para as exportações de caju e o pagamento dos respetivos impostos; e identificar e quantificar todas as contribuições fiscais e não fiscais e encargos – receitas próprias – não cobrados pelas autoridades tributárias (indicador de referência estrutural proposto para dezembro de 2016). Ademais, as autoridades irão desenhar – com a assistência técnica do FMI – um plano operacional para a administração tributária em 2016–18 destinado a fornecer um quadro estratégico e uma perspetiva para as suas funções e os seus processos nucleares.

### Fortalecer a Transparência Orçamental, a Despesa e a Gestão de Tesouraria

**19. As autoridades estão a acelerar a aplicação das reformas da GFP para fortalecer as instituições orçamentais e a gestão das despesas e a transparência (MPEF ¶¶18–20, Tabela 9).** As autoridades estão a padronizar as avaliações semanais do Comité de Tesouraria, alinhando despesas com os recursos disponíveis (redefinindo prioridades, se necessário) e monitorando a conformidade com regras de GFP. Há várias medidas adicionais destinadas a limitar o uso de DNT e o acúmulo de atrasados a fornecedores e empreiteiros nacionais, incluindo a utilização do SIGFIP (sistema integrado de finanças públicas) para registar automaticamente os pagamentos de DNT com a Direção do Orçamento. Por último, as autoridades prepararão relatórios trimestrais sobre a execução orçamental, discriminados por ministério, para assegurar a sua orientação por planos de despesas e a proteção das despesas sociais e prioritárias (indicador de referência estrutural). **A apresentação do projeto de orçamento de 2016 para análise parlamentar (medida prévia para a primeira e a segunda avaliações, MPEF, Tabelas 4 e 9) é o primeiro passo nestas direções.**

**20. A gestão de tesouraria deverá melhorar sobretudo através duma maior adesão aos atuais processos contabilísticos e da utilização de programas informáticos.** As autoridades identificaram fragilidades na aplicação de regras contabilísticas, que pretendem superar mediante a observância rigorosa dos atuais processos contabilísticos, do seu sistema contabilístico de partidas dobradas e da utilização do módulo contabilístico do SIGFIP. Também estão a fortalecer o seu sistema de controlo orçamental através de planos de despesa e compras elaborados *a priori* com base no orçamento anual. Como medida precursora da planeada conta única do tesouro (CUT), as autoridades estão em vias de identificar todas as contas públicas em bancos comerciais e a inventariar todas as receitas próprias cobradas por ministérios, direções e agências (indicador de referência estrutural, MPEF, ¶29 e Tabela 9b).

**21. O governo visará a redução dos custos orçamentais da empresa pública de eletricidade com base na transparência financeira no curto prazo, enquanto prepara reformas mais profundas para o longo prazo (MPEF, ¶30).** No curto prazo, a EAGB será obrigada a apresentar relatórios mensais sobre os seus lucros e as suas despesas (indicador de referência estrutural). A estratégia abrangente para o setor elétrico, que incluirá a expansão do abastecimento de eletricidade, a distribuição e a reestruturação da EAGB, será elaborada com a assistência de parceiros de desenvolvimento que dispõem de projetos importantes para o setor, inclusivamente o Banco Mundial e o Banco Africano de Desenvolvimento. Em vez de aumentar as já elevadas tarifas de eletricidade, o foco imediato incidirá na minimização das perdas de eletricidade através do uso mais alargado dos contadores pré-pagos.

#### **Aderir a uma Estratégia de Dívida Prudente**

**22. Os riscos de sobre-endividamento mantêm-se moderados e as autoridades planeiam continuar a satisfazer as necessidades de financiamento externo através de empréstimos, sobretudo em condições concessionais (MPEF, ¶¶ 23-25).** A análise de sustentabilidade da dívida (ASD) atualizada indica que o risco de sobre-endividamento mantêm-se moderado — inalterado em relação à ASD completa anterior (Anexo II). Todavia, a economia guineense continua vulnerável a choques adversos para as exportações, que poderão ser exacerbados pela piora dos termos de troca ou um declínio (ou uma redução aquém das projeções) do investimento direto estrangeiro ou a volta das mudanças disruptivas de governo. Considerando estes riscos e cientes da sua limitada capacidade de absorção, as autoridades limitarão o seu financiamento externo a donativos e empréstimos concessionais e evitarão a contração e a prestação de garantias de dívidas externas de curto prazo (critério de desempenho; MPEF, Tabelas 1 a 3 e Tabela do Texto). Também pretendem obter empréstimos altamente subsidiados em moeda local do Banco Oeste-Africano de Desenvolvimento (BOAD) e assegurarão que tais empréstimos serão refletidos de forma transparente nos planos de contração de empréstimos e nos orçamentos anuais.

### Guiné-Bissau: Plano de Financiamento Externo, 2016–18

Dívida PGP contraída ou garantida <sup>1</sup>	Volume de dívida nova		Valor atual da dívida nova (milhões de USD)
	(mil milhões de FCFA)	(Milhões de USD)	
Fontes de financiamento de dívida	32,2	54,6	44,8
Externa			
Dívida concessional	7,4	12,6	6,1
<i>d/q</i>			
Multilateral	7,4	12,6	6,1
BAfD	0,8	1,4	0,7
IDA	1,4	2,4	1,1
FMI	4,2	7,1	3,2
Outras multilaterais	1,0	1,6	1,1
Dívida não concessional			
Interna			
Dívida não concessional	24,8	42,0	38,7
<i>d/q</i>			
BOAD	11,8	20,0	16,0
Outras instituições regionais (BT)	13,0	22,1	22,7
Usos de financiamento de dívida	32,2	54,6	
Infraestruturas	11,2	19,0	
Financiamento do orçamento <sup>2</sup>	17,2	29,2	
Outros	3,7	6,3	
<i>Por memória: Projeções indicativas</i>			
2017	19,9	33,8	
2018	18,5	31,4	

Fonte: Autoridades guineenses.

<sup>1</sup> Inclui apenas ajuda ao setor público (cerca de 85-90% do total); o restante se destina a beneficiários finais e organizações não governamentais.

<sup>2</sup> Financiamento da ECF e BT regionais.

**23. De forma a limitar os passivos contingentes, as autoridades estão a fortalecer os freios e contrapesos para a contração de dívida pública interna (MPEF, §§ 24 e 26).** As autoridades elaboraram um inventário de todas as garantias do governo à banca. Ademais, em linha com o regulamento de gestão da dívida da UEMOA (Regulamento 09/2007/CM/UEMOA), as autoridades prepararam um decreto para aprovação do Conselho de Ministros que regula a autoridade e a transparência na emissão de dívida, o processo de emissão de garantias do governo e a assunção de grandes passivos fora do sistema orçamental.

## B. Promover a Intermediação Financeira Sólida

**24. A intermediação financeira continua a ser baixa e o sistema bancário continuará a ser flagelado pelos elevados níveis de EMP após a reversão do resgate.** O crédito do sistema bancário ao setor privado começou a aumentar após o resgate (18 por cento à taxa anualizada), mas o nível continua baixo (em 11 por cento do PIB, contra 25 por cento na UEMOA e 28 por cento na África subsariana). O resgate bancário provocou o declínio dos EMP para 7,5 por cento até ao final



de junho de 2016 (contra 25,7 por cento no final de 2014, Tabela 5), mas estes voltarão ao nível elevado anterior com a reversão do resgate. A maioria dos bancos são pouco rentáveis ou dão prejuízos se excluirmos os benefícios do resgate, o que sugere a presença de problemas estruturais subjacentes que têm de ser resolvidos.

**25. Para evitar a volta de resgates bancários problemáticos, a supervisão bancária regional, as autoridades e os bancos comerciais estão a envidar esforços para fazer com que os bancos alcancem a conformidade regulatória e melhorem o cumprimento de contratos (MPEF, ¶¶26-28).**

- A Comissão Bancária da UEMOA irá aplicar as normas prudenciais com rigor, em particular no contexto dos resultados da recente reversão da operação de resgate da banca em 2015.<sup>3</sup> A Comissão realizou uma inspeção *in loco* dos bancos afetados para avaliar cenários das provisões necessárias, de aumentos de capital e doutras possíveis medidas corretivas para garantir o cumprimento cabal das normas regulamentares pelos bancos tendo em conta a reversão do resgate. Esta inspeção servirá de base para o plano de ação para os dois bancos (indicadores de referência estruturais, 15 de abril de 2017) que será comunicado aos bancos e ao governo guineense. Além do mais, estão a ser elaborados planos para um esquema regional de garantia de depósitos e o registo de crédito pormenorizado atingiu uma fase de implementação avançada.
- O governo está empenhado em auxiliar a aplicação de quaisquer ações paliativas necessárias que sejam impostas pela Comissão Bancária. Ademais, as autoridades estão a fortalecer o cumprimento de contratos e planeiam implementar a nova lei harmonizada da OHADA sobre processos coletivos para agilizar a cobrança de garantias.
- Os bancos terão de aplicar o plano de ação definido pela Comissão Bancária da UEMOA.

## C. Melhorar o Ambiente de Negócios para o Desenvolvimento de Setor Privado e Outros Temas

**26. As reformas fiscais e a reversão do resgate melhorarão consideravelmente o ambiente de negócios e poderão ser complementadas por estratégias para promover o setor do caju e a diversificação.** As reformas na administração tributária criarão condições equitativas para a atividade do setor privado e gerarão recursos adicionais para melhorar os serviços públicos e as infraestruturas. As reformas da GFP tornarão o governo um parceiro mais fiável através dum sistema de concursos públicos transparente e do pagamento atempado das suas contas. Por último, a reversão do resgate bancário e as medidas para sanar a não conformidade com as normas prudenciais reduzirá o risco moral e enviará um forte sinal sobre a necessidade do cumprimento de contratos. Para melhorar a prestação de serviços públicos e a sustentabilidade financeira das empresas públicas, as autoridades estão a preparar um plano de auditoria que engloba todas as empresas estatais e fundos autónomos (indicador de referência estrutural reinstituído para novembro de 2016). Finalmente, a auditoria concluída do FUNPI deverá fornecer contributos valiosos para a conceção duma estratégia

<sup>3</sup> Isto também significa a duplicação do capital mínimo exigido dos bancos até meados de 2017, para FCFA 10 mil milhões, para todos os bancos da região.

para o setor do caju destinada a reduzir os custos de transação, aumentar a resiliência e promover a diversificação.

**27. As recentes melhorias no fornecimento, na atualidade e na cobertura dos dados têm de ser sustentadas com recursos adequados, a aprovação da lei da estatística e a articulação intra-institucional.** Com a ajuda de parceiros de desenvolvimento, o Instituto Nacional de Estatística melhorou a cobertura dos dados estatísticos nacionais com vários inquéritos (inquérito à empresa e inquérito agrícola) em curso ou em fase de desenvolvimento e os primeiros resultados são esperados para o início de 2017. Estes resultados animadores têm de ser seguidos i) pela aprovação parlamentar da Lei da Estatística para sanar problemas institucionais; ii) pela mobilização adequada de recursos para a produção de estatísticas, inclusivamente pessoal, equipamento e formação, iii) por melhorias na articulação e na partilha de dados entre instituições; e iv) pela extensão da variedade e profundidade dos inquéritos e dos inventários para estimar melhor o crescimento e as exportações.

**28. Juntamente com as reformas fiscais, devem ser contempladas reformas estruturais para lidar com a corrupção e comportamentos de procura de rendas improdutivas.** A apresentação do quadro nacional de Combate ao Branqueamento de Capitais/Financiamento do Terrorismo (CBC/FT) (MPEF 132) para aprovação parlamentar é bem-vinda. A aplicação deste quadro poderá ajudar a investigar, processar e dissuadir crimes relacionados à corrupção e ao contrabando. Porém, é crucial envidar novos esforços para fortalecer a Célula Nacional de Tratamento de Informação Financeira (CENTIF) e a aplicação do regime de divulgação de ativos de acordo com as melhores práticas internacionais. Designadamente, a precisão das divulgações de ativos deve ser atestada e estas devem ser publicadas. Com apoio da AT do FMI, as autoridades estão a avaliar a natureza dos riscos de BC/FT, as fragilidades no quadro jurídico, a capacidade de vigilância de CBC/FT das instituições financeiras e as operações do CENTIF e explorar opções para fortalecer o quadro jurídico de CBC/FT.

## MODALIDADES DO PROGRAMA E GARANTIAS DE FINANCIAMENTO

**29. O desempenho do programa continuará a ser monitorizado semestralmente (MPEF, 133, Tabelas 1 a 4).** Para 2016 e 2017, o desempenho do programa será avaliado em relação aos CD propostos para o final de dezembro de 2016 e o final de junho de 2017, incluindo três CD contínuos, metas indicativas para o final de março e os indicadores de referência estruturais (MPEF, 133 e Tabelas 2 e 3, e Tabelas 8 e 9). Os CD e as metas indicativas são definidas no Memorando Técnico de Entendimento (MTE) original e no seu suplemento, que propõe modificações técnicas de menor importância para: i) incluir garantias de empréstimos internos emitidas pelo governo central para empresas públicas e fornecedores no cálculo do CLG; ii) passar a utilizar a tabela da síntese monetária (*Position Nette du Gouvernement (PNG)*) na avaliação do desempenho do CLG; iii) incluir

as receitas fiscais relacionadas ao resgate bancário no fator de correção negativo do -CLG<sup>4</sup>, e iv) definir prazos mais apertados após os quais as obrigações do serviço da dívida externa se tornam atrasados. Foram propostos novos indicadores de referência estruturais para respaldar os objetivos finais do programa, e a maioria dos indicadores não cumpridos está a ser reagendada (Tabela 9b).

**30. As garantias de financiamento vigoram para a primeira e a segunda avaliações.**

O programa está totalmente financiado até ao final de 2017 e há boas perspectivas de financiamento suficiente para o resto do prazo do programa. O grosso do financiamento deverá ser obtido mediante apoio externo, com o financiamento interno residual coberto pelo BOAD [A Guiné-Bissau tem pagamentos em atraso com Angola, Brasil, Rússia, EAU, Líbia, Paquistão e Taiwan, Província da China, que apoiaram o financiamento do FMI apesar destes atrasados]. Existem salvaguardas adequadas para uma nova utilização de recursos do FMI nas circunstâncias da Guiné-Bissau e os seus esforços de ajustamento não foram comprometidos pela evolução na relação devedor/credor. O governo tem um plano credível e financiamento projetado para eliminar os atrasados ao Banco Europeu de Investimento (BEI) (MPEF, ¶123). O país está a cumprir as restantes obrigações da dívida externa.

**31. A capacidade de reembolso ao FMI da Guiné-Bissau é adequada.** A utilização de recursos do FMI ao abrigo do acordo ECF terá um impacto negligenciável sobre os rácios de dívida e serviço da dívida (Tabela 6) e o risco de sobre-endividamento da Guiné-Bissau continua a ser moderado (¶122 e Anexo II).

**32. Salvaguardas.** A avaliação de 2013 do banco central regional da UEMOA, o BCEAO, identificou um ambiente contínuo de controlo forte. Todas as recomendações da avaliação foram aplicadas. Estas incluem fortalecer as disposições de auditoria externa nomeando uma firma internacional com experiência em ISA para as auditorias dos exercícios de 2015–17, reforçando a capacidade da comissão de auditoria com especialização externa para supervisionar os processos de auditoria e relato financeiro e a adoção das IFRS a partir do exercício de 2015.

## AVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO

**33. O recente plano de seis pontos mediado pela CEDEAO para um governo inclusivo e a reforma constitucional como forma de por um fim à crise política é um primeiro passo promissor.** O corpo técnico saúda a adesão da Guiné-Bissau ao estado de direito e aos meios constitucionais para resolver a crise política. Durante mais de um ano, as reformas económicas foram comprometidas por acontecimento políticos disruptivos e o novo plano representa uma janela de oportunidade para a estabilidade política e a aplicação acelerada de reformas económicas. O corpo técnico encoraja as partes interessadas a construírem um consenso político sustentável que terá de ser seguido para o rápido reatamento das atividades parlamentares e a aprovação da

<sup>4</sup> Após o resgate, os bancos liberaram as provisões constituídas contra empréstimos malparados. Como resultado, estes conseguiram gerar lucros, que o governo tributou.

legislação pendente, inclusivamente o programa do governo, o orçamento de Estado e as leis de estatística e de CBC/FT.

**34. Não obstante as tensões políticas, a atividade económica fortaleceu-se em 2015 e 2016.** A produção agrícola e serviços relacionados cresceram, sustentados pela alta dos preços internacionais do caju e a melhoria do abastecimento de eletricidade. O crescimento económico aumentou de 2,3 por cento em 2014 para um nível estimado de 4,8 por cento em 2015 e deverá alcançar o mesmo nível em 2016. Entretanto, a inflação permaneceu baixa, na média de 1,5 por cento em 2015, aumentando apenas ligeiramente em 2016.

**35. As recentes medidas tomadas pelas autoridades são dignas de nota e mostram a sua determinação para aplicar políticas económicas sólidas, mas subsistem riscos consideráveis que exigirão medidas decisivas contínuas para garantir o sucesso.** A prolongada crise política provocou derrapagens na gestão das finanças públicas e a desaceleração das reformas económicas. As medidas corretivas recentes, conjugadas com a aplicação decisiva das políticas económicas e da agenda de reformas estruturais no âmbito do programa ECF, ajudarão a recuperar a confiança dos investidores privados e dos parceiros de desenvolvimento.

**36. A postura determinada das autoridades na reversão do resgate bancário é bem-vinda.** Com base na avaliação da Comissão Bancária da UEMOA sobre a saúde do sistema bancário, as autoridades devem assegurar a aplicação de quaisquer medidas identificadas para tornar os bancos conformes com as normas prudenciais. De modo mais geral, as autoridades devem perseguir reformas destinadas a aprofundar a intermediação financeira e a fortalecer a saúde do sistema bancário. Além do mais, as autoridades devem aplicar decisivamente todas as medidas necessárias para que a reversão do resgate seja irrevogável.

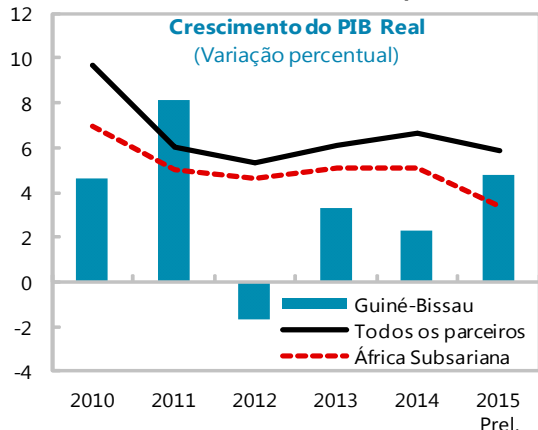
**37. A disciplina orçamental reforçará a credibilidade da política orçamental e respaldará a estabilidade macroeconómica.** Novos avanços na mobilização de receita são especialmente importantes tendo em vista a difícil situação orçamental e o ainda limitado apoio externo ao orçamento. A aplicação de recomendações das reuniões do Comité de Tesouraria e a adesão a processos de tesouraria estabelecidos são cruciais para evitar atrasados e despesas não tituladas (DNT). As reformas fiscal e da GFP planeadas para o médio prazo são adequadamente ambiciosas, dadas as restrições existentes de capacidade administrativa, e são necessárias para a sustentabilidade orçamental e para melhorar o ambiente de negócios. A empresa de eletricidade e água, a EAGB, tem de se tornar transparente em termos financeiros no curto prazo e preparar uma reforma mais abrangente no médio prazo de forma a reduzir o seu elevado custo para o orçamento. As reformas orçamentais serão respaldadas pelo fortalecimento dos esforços anticorrupção e de CBC/FT.

**38. As melhorias recentes na produção de estatísticas são bem-vindas.** As autoridades devem continuar a melhorar a articulação entre as várias instituições e assegurar uma alocação adequada de recursos para a produção de dados estatísticos, inclusivamente para um inventário dos cajueiros, de modo a fornecer dados essenciais para as contas nacionais e as respetivas projeções.

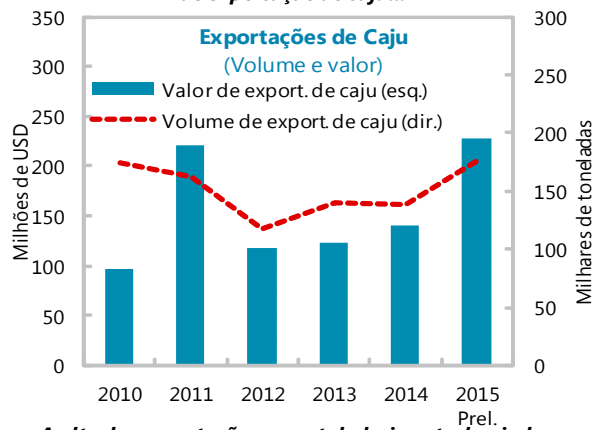
**39. O corpo técnico recomenda a conclusão da primeira e da segunda avaliações e da avaliação das garantias de financiamento.** Esta recomendação baseia-se no reconhecimento dos desafios colocados pelas incertezas políticas à aplicação do programa em 2015, nas medidas corretivas de receitas e despesas aplicadas pelas autoridades na sequência das derrapagens da GFP na primeira metade de 2016 e na ambiciosa agenda de reformas articuladas pelas autoridades no seu MPEF. O corpo técnico também apoia o pedido das autoridades para a reprogramação das restantes avaliações e dos desembolsos e a modificação dos critérios de desempenho sobre o crédito bancário interno e o pagamento de atrasados externos ao governo central.

**Figura 1. Guiné-Bissau: Evolução Económica Recente**

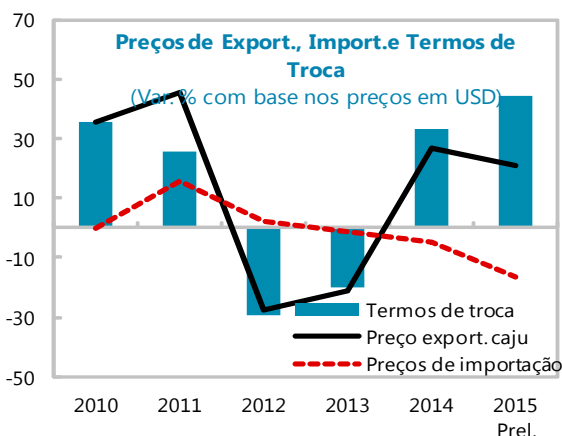
*Depois do impacto negativo do golpe de 2012, o crescimento do PIB está a recuperar...*



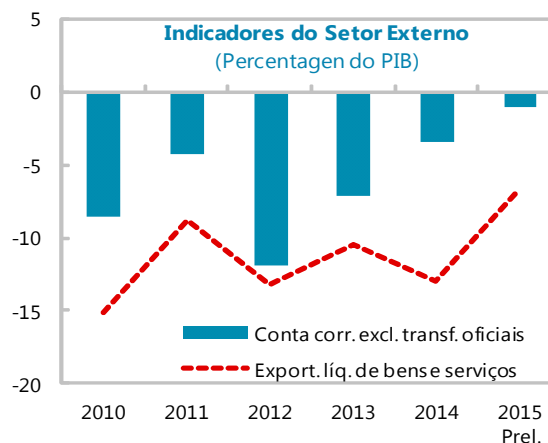
*...junto com o aumento do volume e preço de exportação do caju...*



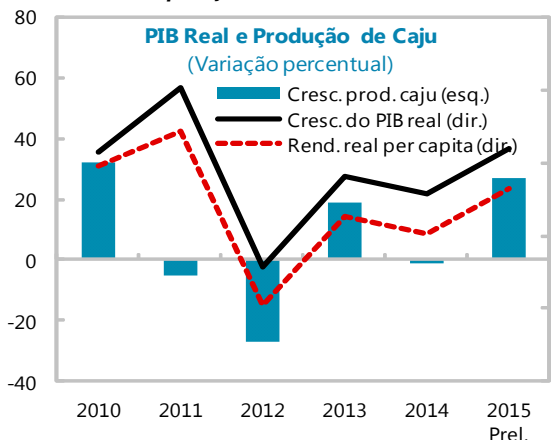
*...o que ocasionou melhoras nos termos de troca.*



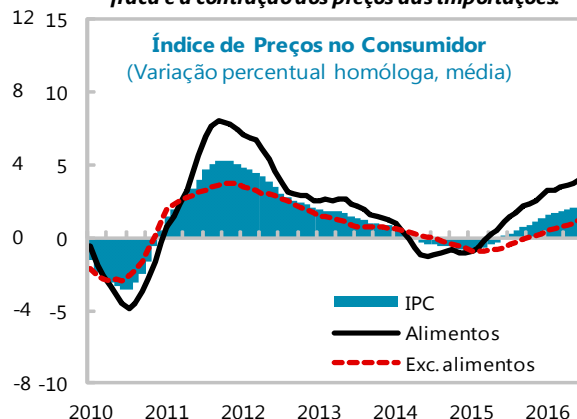
*A alta das exportações e o restabelecimento da ajuda externa diminuíram o défice em conta corrente nos últimos anos.*



*A renda per capita voltou a crescer, refletindo a recuperação do crescimento do PIB.*



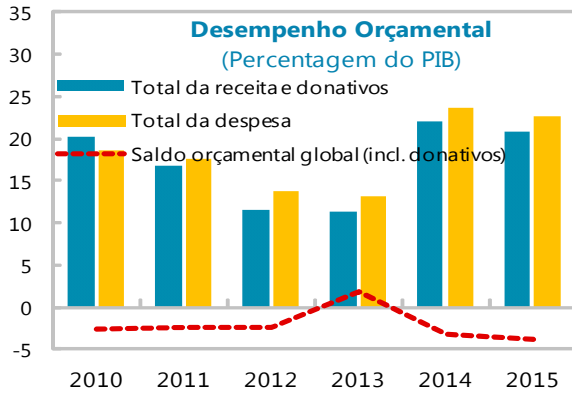
*A inflação permanece contida devido à procura interna fraca e à contração dos preços das importações.*



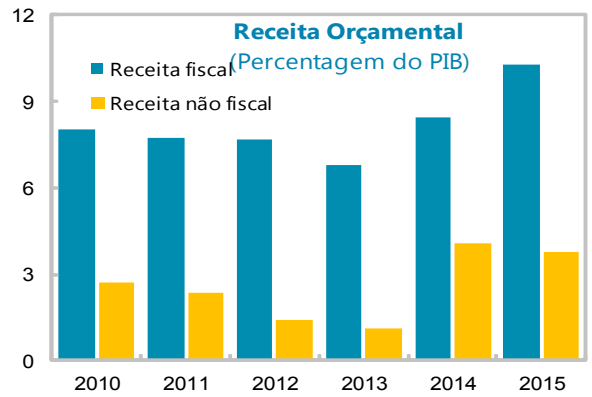
Fontes: Autoridades guineenses e estimativas do corpo técnico do FMI.

**Figura 2. Guiné-Bissau: Evolução Orçamental e do Crédito**

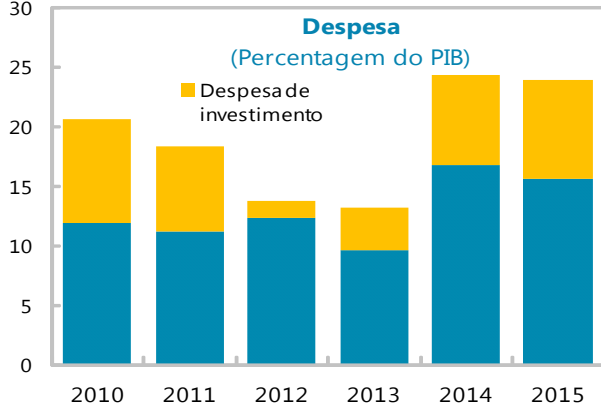
*Salto recente das receitas e das despesas.*



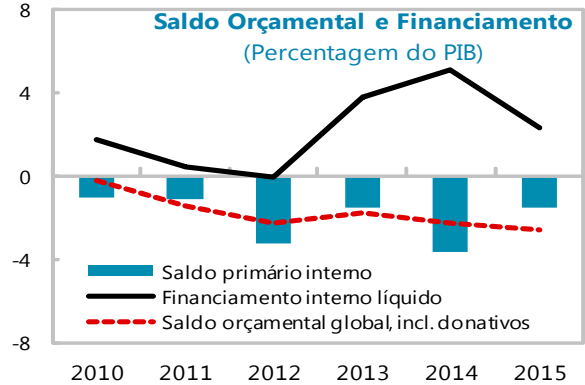
*As receitas fiscais aumentaram consideravelmente, como reflexo de reformas de resultado rápido.*



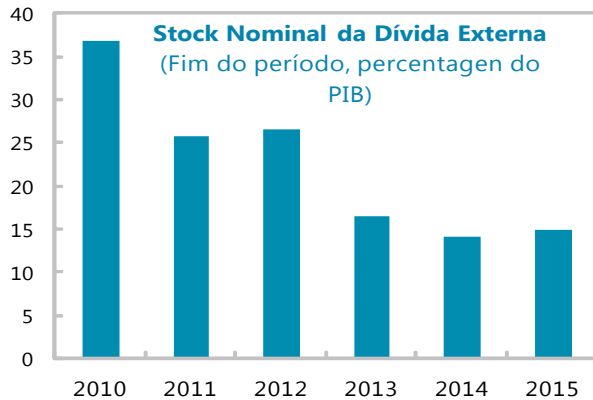
*Aumento expressivo das despesas de investimento.*



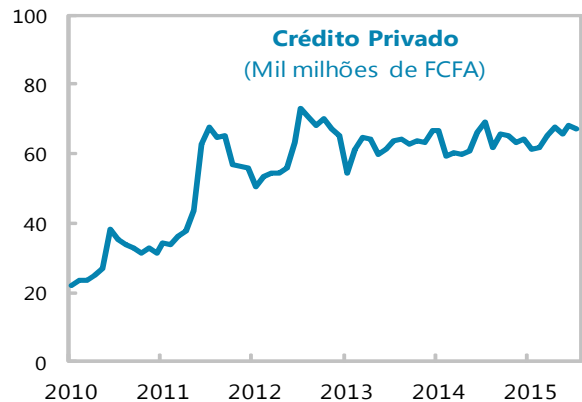
*Os saldos orçamentais ficaram mais frágeis em 2015 ...*



*...enquanto a dívida externa se manteve baixa e estável após o alívio da dívida de 2010.*



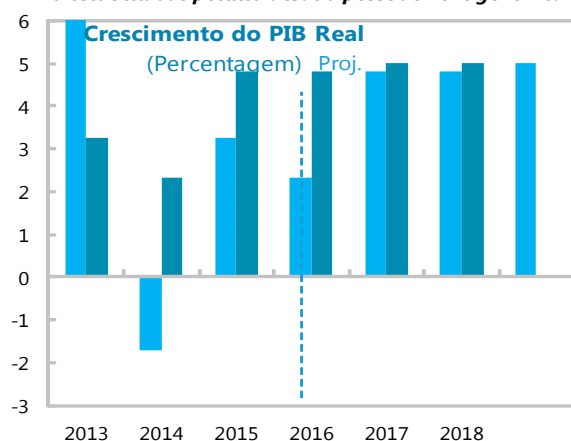
*Depois de anos de crescimento exuberante, o crédito privado estagnou.*



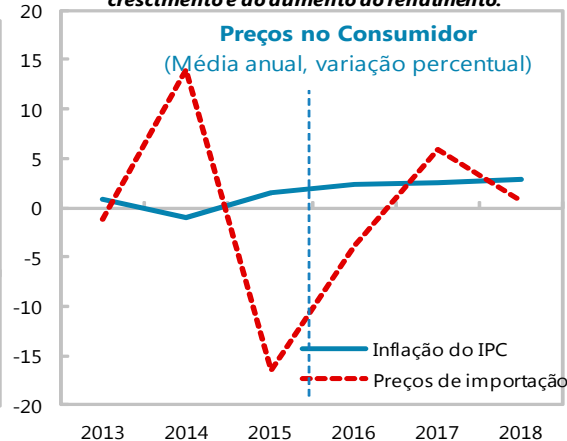
Fontes: Autoridades guineenses e estimativas do corpo técnico do FMI.

**Figura 3. Guiné-Bissau: Perspetiva de Médio Prazo**

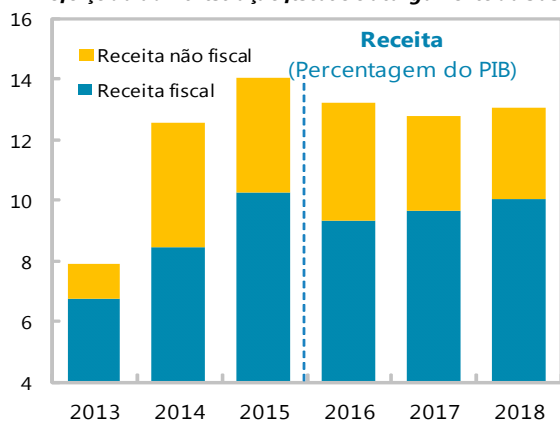
*As perspetivas económicas melhoraram visivelmente, refletindo a estabilidade política desde a posse do novo governo.*



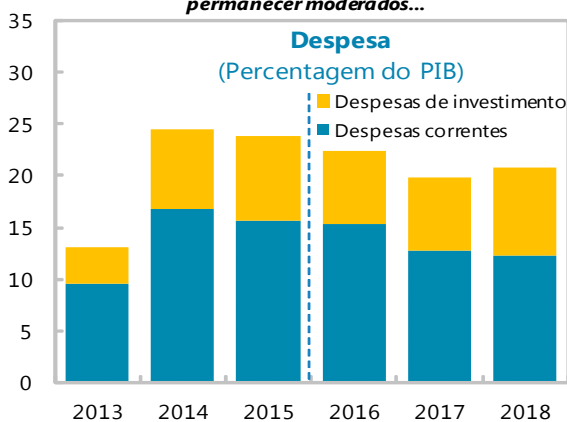
*A inflação dos preços no consumidor deve subir mas estabilizar em níveis baixos, graças à retoma do crescimento e ao aumento do rendimento.*



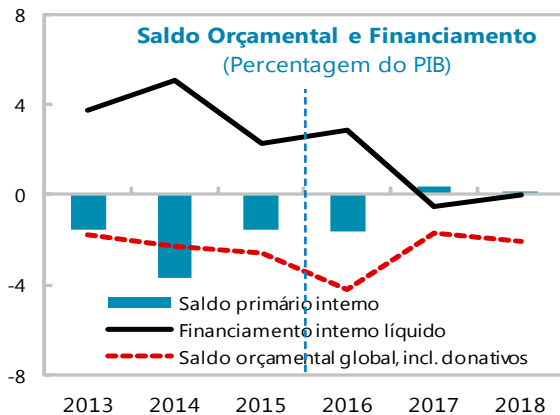
*A arrecadação interna deve continuar a aumentar, com o reforço da administração fiscal e o alargamento da base*



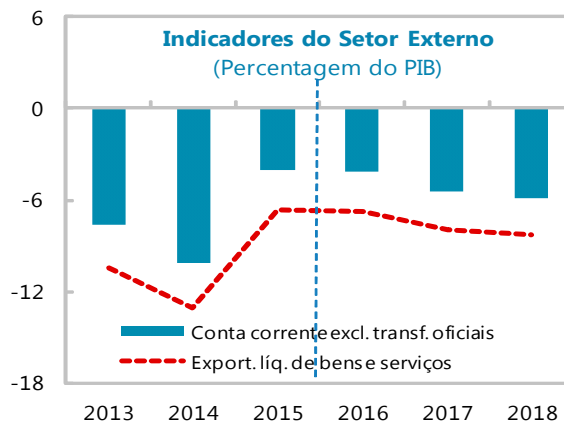
*... enquanto os aumentos nas despesas devem permanecer moderados...*



*...ajudando a conter o défice primário interno no médio prazo.*



*O défice em conta corrente deverá aumentar, refletindo a alta das importações devido ao aumento do investimento.*



Fontes: Autoridades guineenses e estimativas do corpo técnico do FMI.



**Tabela 1. Guiné-Bissau: Principais Indicadores Económicos, 2014–18<sup>1</sup>**

	2014	2015		2016		2017	2018
		EBS/15/72	Prel.	EBS/15/72	Proj.		
(Variação percentual anual, salvo indicação em contrário)							
<b>Contas nacionais e preços</b>							
PIB real a preços de mercado	2,3	4,7	4,8	4,8	4,8	5,0	5,0
PIB real per capita	0,1	2,4	2,5	2,5	2,5	2,7	2,7
Deflador do PIB	-2,0	5,2	10,1	1,8	6,0	0,9	2,0
Índice de preços no consumidor (média anual)	-1,0	1,3	1,5	2,3	2,4	2,6	2,8
<b>Setor externo</b>							
Exportações, FOB (com base em valores em USD)	11,0	13,1	55,5	7,2	15,2	0,4	0,0
Importações, FOB com base em valores em USD)	19,5	7,9	2,5	10,4	14,8	5,4	2,9
Volume de exportações	-1,4	8,7	27,1	5,0	12,9	2,0	2,3
Volume de importações	20,9	26,1	25,0	9,8	19,3	-1,1	1,6
Termos de troca (deterioração = -)	33,0	24,5	44,5	-0,3	20,3	-5,7	-1,3
Taxa de câmbio efetiva real (desvalorização = -)	0,1	...	-16,5	...	...	...	...
Taxa de câmbio nominal (FCFA por USD; média)	493,6	...	591,2	...	...	...	...
<b>Finanças públicas</b>							
Receitas internas (excl. donativos)	59,4	17,1	29,4	17,9	4,3	2,4	9,3
Receitas internas (excluindo donativos e extraordinárias)	47,7	20,9	30,4	9,5	10,4	3,6	9,3
Total da despesa	86,4	-0,6	12,9	11,9	4,2	-6,0	12,1
Despesas correntes	75,8	-5,2	7,2	3,4	8,7	-12,2	3,5
Despesas correntes (excl. despesas relacionada às eleições)	57,2	6,1	19,9	3,4	8,7	-12,2	3,5
Despesas de investimento	115,4	9,4	25,5	28,2	-4,2	7,2	27,2
<b>Moeda e crédito</b>							
Ativos internos líquidos <sup>2</sup>	-10,6	-6,8	15,4	-7,6	2,3	2,0	4,5
Crédito ao governo (líquido)	1,7	1,8	1,2	-0,6	-4,7	-1,0	0,0
Crédito à economia	-2,7	2,7	14,6	2,7	14,1	2,4	2,8
Velocidade (PIB/moeda em sentido lato)	2,1	2,2	1,9	2,2	1,9	1,9	1,9
(Porcentagem do PIB, salvo indicação em contrário)							
<b>Investimento e poupança</b>							
Investimento bruto	11,4	12,4	12,5	13,6	12,8	13,2	13,4
d/q: investimento público	4,0	7,1	8,2	8,5	7,1	7,2	8,5
Poupança interna bruta	-1,3	2,1	6,6	2,4	7,0	5,7	5,4
d/q: poupança pública	-7,8	-1,2	-1,0	0,5	-1,7	0,3	0,8
Poupança nacional bruta	7,9	8,8	11,9	8,9	9,9	9,1	8,6
<b>Finanças públicas</b>							
Total da receita <sup>3</sup>	12,6	12,6	14,1	14,0	13,2	12,8	13,1
Despesa primária interna total	16,3	13,7	15,6	14,3	14,9	12,5	13,0
Saldo primário interno	-3,7	-1,1	-1,5	-0,4	-1,7	0,3	0,1
Saldo global (base de compromissos)							
Incluindo donativos	-2,3	-2,3	-2,6	-2,1	-4,2	-1,7	-2,1
Excluindo donativos	-11,8	-8,3	-9,3	-8,0	-8,8	-6,9	-7,7
<b>Conta corrente externa (incl. transferências correntes oficiais)</b>							
Excl. transferências oficiais	-3,5	-3,6	-1,1	-4,7	-2,2	-3,1	-3,8
Excl. transferências oficiais	-10,1	-5,3	-4,0	-6,3	-2,5	-4,4	-4,6
<b>Stock nominal da dívida pública</b>							
d/q: dívida externa	48,0	50,9	46,7	49,5	47,5	45,8	43,1
d/q: dívida externa	14,2	18,0	14,9	16,6	13,7	14,0	15,0
<b>Por memória:</b>							
PIB nominal a preços de mercado (mil milhões de FCFA)	521,2	608,0	601,4	648,5	667,8	707,8	757,9

Fontes: Autoridades guineenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

<sup>1</sup> Valores em 2015 e 2016 excluem o resgate bancário de FCFA 34,2 mil milhões. O governo declarou a nulidade dos contratos do resgate. Aguarda-se uma decisão final dos tribunais sobre a legalidade destes contratos.

<sup>2</sup> Contributo percentual ao crescimento dos meios de pagamento.

<sup>3</sup> As receitas extraordinárias totalizaram 0,9% do PIB em 2014 (devido à transferências dos proventos do FUNPI para o Tesouro) e deverão representar 0,9% do PIB em 2015 (devido à venda das licenças 3G) e 1,3% do PIB em 2016 (devido sobretudo às receitas da venda de madeira ilegal apreendida e à cobrança dos respetivos impostos).

Tabela 2a. Guiné-Bissau: Operações do Governo Central, 2014–17<sup>1</sup>

(Mil milhões de FCFA)

	2014	2015			2016		2017 proj.	
		Junho	EBS/15/72	Prel.	EBS/15/72	Proj.	Junho	Dez.
Receita e donativos	115,0	64,3	113,5	125,0	129,1	119,3	54,1	127,0
Receitas	65,5	42,9	76,8	84,8	90,5	88,4	41,1	90,6
Receitas fiscais	44,2	31,7	56,2	61,9	66,2	62,4	33,2	68,6
Receitas não fiscais	21,4	11,2	20,6	22,9	24,2	26,1	7,9	22,0
(d/q) receitas extraordinárias <sup>2</sup>	4,8	2,0	3,3	5,6	10,0	4,0	0,0	0,0
Donativos	49,5	21,4	36,8	40,1	38,6	30,9	13,0	36,4
Apoio orçamental	23,3	4,1	10,7	5,6	10,7	1,0	0,0	3,3
Donativos para projetos	26,2	17,3	26,1	34,5	27,9	29,9	13,0	33,2
Total da despesa	126,9	71,0	127,3	140,5	142,5	147,3	71,8	139,3
Despesas correntes	87,4	44,2	84,1	91,0	87,2	99,9	46,6	88,5
Salários e ordenados	32,3	16,1	32,5	31,8	34,6	32,0	17,1	33,1
Bens e serviços	12,2	7,9	14,6	16,2	19,0	17,6	7,9	16,5
Transferências <sup>3</sup>	13,3	8,4	20,2	18,9	17,1	31,4	13,6	21,6
Outras despesas correntes	26,9	9,2	11,3	19,4	13,9	14,1	5,3	13,5
Juros programados	2,7	2,6	5,5	4,6	2,5	4,8	2,7	3,9
Despesas de investimento e concessão líq. de empr	39,5	26,8	43,2	49,5	55,4	47,4	25,1	50,8
Programa de Investimento Público	39,4	26,8	43,2	49,5	55,2	47,4	25,1	50,8
Financiamento interno	0,1	2,5	4,6	4,9	8,3	2,5	2,0	2,7
Financiamento externo	39,2	24,2	38,6	44,6	46,9	44,9	23,1	48,1
Outras despesas de investimento	0,1	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0
Financiamento interno	0,1	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0
Saldo global, incl. donativos (compromissos)	-11,8	-6,7	-13,8	-15,6	-13,5	-28,0	-17,7	-12,3
Saldo global, excl. donativos (compromissos)	-61,3	-28,1	-50,6	-55,7	-52,1	-58,9	-30,7	-48,7
Atrasados internos líquidos <sup>4</sup>	-1,8	-2,9	-8,1	-5,2	-3,0	-0,4	-0,4	-2,6
Acumulação no ano corrente	2,2	3,2	0,0	2,2	0,0	6,6	0,0	0,0
Pagamentos de anos anteriores	-4,0	-6,1	-8,1	-7,4	-3,0	-7,0	-0,4	-2,6
Atrasados de juros externos no ano corrente	0,0	-0,4	-0,9	-0,4	0,0	0,0	0,0	0,0
Despesas não tituladas <sup>5</sup>	-1,8	-4,8	0,0	-2,7	0,0	-2,0	-1,0	-1,0
Float e discrepâncias estatísticas	-0,7	-0,3	0,0	1,6	0,0	0,0	0,0	2,0
Saldo total, incl. donativos (base de caixa)	-16,1	-15,1	-22,8	-22,2	-16,5	-30,3	-19,1	-13,9
Financiamento	16,1	15,1	22,8	22,2	16,5	30,3	19,1	13,9
Financiamento interno	3,4	9,2	4,2	13,8	-4,0	19,2	9,7	0,1
Financiamento bancário	3,4	9,2	4,4	13,8	-2,2	19,2	9,7	0,1
Crédito do BCEAO	2,9	0,0	0,0	2,3	-0,6	3,8	2,5	3,8
(d/q) FMI	2,9	0,0	0,0	2,3	-0,6	3,8	2,5	3,8
Depósitos no BCEAO (- = acumulação)	-7,9	2,3	4,4	2,7	-1,6	5,7	0,0	-3,7
Bancos nacionais	8,5	6,9	0,0	8,8	0,0	9,7	7,2	0,0
(d/q) Regional (incl. bilhetes do Tesouro)	15,0	5,0	0,0	1,0	0,0	13,0	0,0	0,0
Financiamento externo (líquido)	12,7	5,9	13,8	8,4	16,7	11,2	9,4	13,8
Desembolsos	13,1	6,9	15,7	10,0	18,9	15,0	10,2	15,0
Projetos	13,1	6,9	12,5	10,0	18,9	15,0	10,2	15,0
Programas	0,0	0,0	3,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Amortização (programada e atrasados)	-3,3	-0,6	-1,9	-1,1	-2,2	-3,8	-0,8	-1,2
Atrasados externos	0,0	-0,5	0,0	-0,5	0,0	0,0	0,0	0,0
Alívio da dívida	3,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Défice bruto de financiamento (+ = nec. de fin.)	0,0	0,0	4,7	0,0	3,7	0,0	0,0	0,0
Financiamento adicional	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Défice residual de financiamento	0,0	0,0	4,7	0,0	3,7	0,0	0,0	0,0
Saldo primário interno <sup>6</sup>	-19,4	-6,0	-6,5	-9,3	-2,7	-11,2	-5,8	2,3
Receitas	65,5	42,9	76,8	84,8	90,5	88,4	41,1	90,6
Despesas	84,9	48,9	83,2	94,1	93,1	99,6	46,9	88,3

Fontes: Autoridades guineenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

<sup>1</sup> Valores em 2015 e 2016 excluem o resgate bancário de FCFA 34,2 mil milhões. O governo declarou a nulidade dos contratos do resgate.

Aguarda-se uma decisão final dos tribunais sobre a legalidade destes contratos.

<sup>2</sup> Em 2014, refere-se aos proventos do FUNPI, em 2015 reflete a venda das licenças 3G, a venda de madeira ilegal apreendida e as receitas da Euroatlântico e em 2016 reflete a venda de madeira apreendida.<sup>3</sup> Transferências em 2016 incluem o reembolso da dívida de FCFA 10,0 mil milhões em nome da Guiné Telecom.<sup>4</sup> Registados como atrasados quando os pagamentos não são feitos há mais de 30 dias para os ordenados e 90 dias para outras despesas.<sup>5</sup> No início de 2015, foram utilizados FCFA 3,7 mil milhões para pagar despesas de 2014.<sup>6</sup> O saldo primário interno é ajustado para refletir as Despesas Não Tituladas.

**Tabela 2b. Guiné-Bissau: Operações do Governo Central, 2014–17<sup>1</sup>**  
(Porcentagem do PIB)

	2014	2015			2016		2017 Proj.	
		Junho	EBS/15/72	Prel.	EBS/15/72	Proj.	Junho	Dez.
Receita e donativos	22,1	10,7	18,7	20,8	19,9	17,9	7,6	17,9
Receitas	12,6	7,1	12,6	14,1	14,0	13,2	5,8	12,8
Receitas fiscais	8,5	5,3	9,2	10,3	10,2	9,3	4,7	9,7
Receitas não fiscais	4,1	1,9	3,4	3,8	3,7	3,9	1,1	3,1
(d/q) receitas extraordinárias <sup>2</sup>	0,9	0,3	0,5	0,9	1,5	0,6	0,0	0,0
Donativos	9,5	3,6	6,0	6,7	6,0	4,6	1,8	5,1
Apoio orçamental	4,5	0,7	1,8	0,9	1,6	0,2	0,0	0,5
(d/q) Apoio às eleições	1,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Donativos para projetos	5,0	2,9	4,3	5,7	4,3	4,5	1,8	4,7
Total da despesa	24,3	11,8	20,9	23,4	22,0	22,1	10,1	19,7
Despesas correntes	16,8	7,4	13,8	15,1	13,4	15,0	6,6	12,5
Salários e ordenados	6,2	2,7	5,3	5,3	5,3	4,8	2,4	4,7
Bens e serviços	2,3	1,3	2,4	2,7	2,9	2,6	1,1	2,3
Transferências <sup>3</sup>	2,6	1,4	3,3	3,2	2,6	4,7	1,9	3,1
Outras despesas correntes	5,2	1,5	1,9	3,2	2,1	2,1	0,8	1,9
Juros programados	0,5	0,4	0,9	0,8	0,4	0,7	0,4	0,5
Despesas de investimento e concessão líq. de emp	7,6	4,4	7,1	8,2	8,5	7,1	3,6	7,2
Programa de Investimento Público	7,6	4,4	7,1	8,2	8,5	7,1	3,6	7,2
Financiamento interno	0,0	0,4	0,8	0,8	1,3	0,4	0,3	0,4
Financiamento externo	7,5	4,0	6,3	7,4	7,2	6,7	3,3	6,8
Outras despesas de investimento	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financiamento interno	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo global, incl. donativos (compromissos)	-2,3	-1,1	-2,3	-2,6	-2,1	-4,2	-2,5	-1,7
Saldo global, excl. donativos (compromissos)	-11,8	-4,7	-8,3	-9,3	-8,0	-8,8	-4,3	-6,9
Atrasados internos líquidos <sup>4</sup>	-0,3	-0,5	-1,3	-0,9	-0,5	-0,1	-0,1	-0,4
Acumulação no ano corrente	0,4	0,5	0,0	0,4	0,0	1,0	0,0	0,0
Pagamentos de anos anteriores	-0,8	-1,0	-1,3	-1,2	-0,5	-1,0	-0,1	-0,4
Atrasados de juros externos no ano corrente	0,0	-0,1	-0,2	-0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Despesas não tituladas <sup>5</sup>	-0,3	-0,8	0,0	-0,5	0,0	-0,3	-0,1	-0,1
Float e discrepâncias estatísticas	-0,1	0,0	0,0	0,3	0,0	0,0	0,0	0,3
Saldo total, incl. donativos (base de caixa)	-3,1	-2,5	-3,7	-3,7	-2,5	-4,5	-2,7	-2,0
Financiamento	3,1	2,5	3,7	3,7	2,5	4,5	2,7	2,0
Financiamento interno	0,7	1,5	0,7	2,3	-0,6	2,9	1,4	0,0
Financiamento bancário	0,7	1,5	0,7	2,3	-0,3	2,9	1,4	0,0
Crédito do BCEAO	0,6	0,0	0,0	0,4	-0,1	0,6	0,4	0,5
(d/q) FMI	0,6	0,0	0,0	0,4	-0,1	0,6	0,4	0,5
Depósitos no BCEAO (- = acumulação)	-1,5	0,4	0,7	0,4	-0,3	0,9	0,0	-0,5
Bancos nacionais	1,6	1,2	0,0	1,5	0,0	1,4	1,0	0,0
(d/q) Regional (incl. bilhetes do Tesouro)	2,9	0,8	0,0	0,2	0,0	1,9	0,0	0,0
Financiamento externo (líquido)	2,4	1,1	2,6	1,4	2,6	1,7	1,3	1,9
Desembolsos	2,5	1,1	2,1	1,7	2,9	2,2	1,4	2,1
Projetos	2,5	1,1	2,1	1,7	2,9	2,2	1,4	2,1
Programas	0,0	0,0	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Amortização (programada e atrasados)	-0,6	-0,1	-0,3	-0,2	-0,3	-0,6	-0,1	-0,2
Atrasados externos	0,0	-0,1	0,0	-0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Alívio da dívida	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Défice bruto de financiamento (+ = nec. de fin.)	0,0	0,0	0,8	0,0	0,6	0,0	0,0	0,0
Financiamento adicional	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Défice residual de financiamento	0,0	0,0	0,8	0,0	0,6	0,0	0,0	0,0
Saldo primário interno <sup>6</sup>	-3,7	-1,0	-1,1	-1,5	-0,4	-1,7	-0,8	0,3
Receitas	12,6	7,1	12,6	14,1	14,0	13,2	5,8	12,8
Despesas primárias	16,3	8,1	13,7	15,6	14,4	14,9	6,6	12,5

Fontes: Autoridades guineenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

<sup>1</sup> Valores em 2015 e 2016 excluem o resgate bancário de FCFA 34,2 mil milhões. O governo declarou a nulidade dos contratos do resgate. Aguarda-se uma decisão final dos tribunais sobre a legalidade destes contratos.

<sup>2</sup> Em 2014, refere-se aos proventos do FUNPI, em 2015 reflete a venda das licenças 3G, a venda de madeira ilegal apreendida e as receitas da Euroatlântico e em 2016 reflete a venda de madeira apreendida.

<sup>3</sup> Transferências em 2016 incluem o reembolso da dívida de FCFA 10,0 mil milhões em nome da Guiné Telecom.

<sup>4</sup> Registados como atrasados quando os pagamentos não são feitos há mais de 30 dias para os ordenados e 90 dias para outras despesas.

<sup>5</sup> No início de 2015, foram utilizados FCFA 3,7 mil milhões para pagar despesas de 2014.

<sup>6</sup> O saldo primário interno é ajustado para refletir as Despesas Não Tituladas.

**Tabela 3. Guiné-Bissau: Síntese Monetária, 2014–18<sup>1</sup>**

	2014	2015		2016		2017	2018
		EBS/15/72	Prel.	EBS/15/72	Proj.	Proj.	
(Mil milhões de FCFA)							
Ativos externos líquidos	160,7	204,1	196,4	250,2	224,1	238,2	248,0
Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO)	135,5	172,9	176,6	226,6	211,9	227,6	237,4
Bancos comerciais	25,2	31,2	19,8	23,6	12,2	10,6	10,6
Ativos internos líquidos	82,6	67,4	120,7	46,8	128,3	135,2	151,9
Crédito ao governo (líquido) <sup>2</sup>	25,2	26,9	28,2	25,3	13,2	9,5	9,5
Crédito à economia	61,1	67,7	96,8	75,1	115,1	125,7	142,4
Outras rubricas (líquido)	-3,7	-27,2	-4,3	-53,6	0,0	0,0	0,0
Massa monetária (M2)	244,1	271,4	317,3	297,0	352,4	373,5	399,9
Moeda fora dos bancos	151,8	168,3	199,4	184,1	221,5	234,7	251,3
Depósitos bancários	92,3	103,1	117,9	112,8	130,9	138,7	148,6
Base monetária (M0)	176,4	175,5	176,1	192,1	195,5	207,2	221,9
(Variação percentual na moeda em sentido lato no início do período)							
Contributo ao crescimento da moeda em sentido lato							
Massa monetária (M2)	22,4	10,9	30,0	9,4	11,0	6,0	7,1
Ativos externos líquidos	33,0	17,7	14,6	17,0	8,7	4,0	2,6
BCEAO	31,8	15,3	16,8	19,8	11,1	4,5	2,6
Bancos comerciais	1,2	2,5	-2,2	-2,8	-2,4	-0,5	0,0
Ativos internos líquidos	-11,4	-6,9	15,6	-7,6	2,4	2,0	4,5
Crédito ao governo central <sup>2</sup>	1,7	1,8	1,2	-0,6	-4,7	-1,0	0,0
Crédito ao setor privado	-2,7	2,7	14,6	2,7	5,8	3,0	4,5
Outras rubricas, líquido	-10,4	-11,4	-0,3	-9,7	1,4	0,0	0,0
<i>Por memória:</i>							
Massa monetária (M2, variação percentual anual)	22,4	10,9	30,0	9,4	11,0	6,0	7,1
Base monetária (M0, variação percentual anual)	36,8	10,9	-0,2	9,4	11,0	6,0	7,1
Crédito ao setor privado (variação percentual anual)	-8,2	10,9	58,4	10,9	19,0	9,2	13,3
Velocidade (PIB/M2)	2,1	2,2	1,9	2,1	1,9	1,9	1,9
Multiplicador monetário (M2/M0)	1,4	1,5	1,8	1,5	1,8	1,8	1,8
Fontes: BCEAO e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.							
<sup>1</sup> Fim do período.							
<sup>2</sup> Os valores em 2015 foram ajustados pelo corpo técnico para excluir o resgate bancário de FCFA 34,2 mil milhões. O governo declarou a nulidade dos contratos do resgate. Aguarda-se uma decisão final dos tribunais sobre a legalidade destes contratos.							

**Tabela 4. Guiné-Bissau: Balança de Pagamentos, 2014-18**

(Mil milhões de FCFA)

	2014	2015		2016		2017	2018
		EBS/15/72	Prel.	EBS/15/72	Proj.		
<b>Saldo da conta corrente</b>							
Incluindo todas as transferências oficiais	-18,1	-21,7	-6,6	-30,4	-14,7	-22,0	-28,8
Excluindo as transferências oficiais	-41,4	-32,3	-12,2	-41,0	-15,8	-25,3	-32,3
<b>Bens e serviços</b>	-67,9	-62,8	-39,8	-72,5	-44,9	-56,1	-62,8
<b>Bens</b>	-42,5	-30,2	0,9	-36,7	1,7	-7,1	-12,5
Exportações, FOB	83,8	114,5	156,0	122,2	179,2	179,9	179,4
Das quais: caju	69,2	97,0	134,4	101,6	152,9	155,9	153,9
Importações, FOB	-126,3	-144,7	-155,1	-158,8	-177,5	-186,9	-191,8
Das quais: alimentos	-40,7	-43,1	-41,5	-45,9	-50,2	-53,2	-57,0
produtos petrolíferos	-27,4	-29,5	-37,0	-31,5	-34,2	-42,4	-48,0
<b>Serviços (líquido)</b>	-25,4	-32,7	-40,7	-35,9	-46,6	-49,1	-50,4
Crédito	19,4	21,3	18,6	23,4	21,3	22,4	23,0
Débito	-44,8	-54,0	-59,3	-59,3	-67,9	-76,9	-78,1
<b>Rendimentos (líquido)</b>	11,2	11,3	11,7	11,3	11,8	13,0	12,4
Crédito	12,0	12,4	12,8	12,4	13,4	14,7	14,7
Compensação das pescas da UE	5,7	6,0	4,1	6,0	4,1	5,9	5,9
Outras taxas de licenciamento	6,3	6,4	8,7	6,4	9,3	8,8	8,8
Débito	-0,8	-1,2	-1,1	-1,2	-1,5	-1,7	-2,3
Dos quais: juros externos	-0,8	-1,2	-1,1	-1,2	-1,5	-1,7	-2,3
<b>Transferências correntes (líquidas)</b>	38,6	29,9	21,4	30,9	18,3	21,2	21,6
Oficiais <sup>1</sup>	23,3	10,7	5,6	10,7	1,0	3,3	3,5
Das quais: donativos em apoio à balança de pgtos.	23,3	10,7	5,6	10,7	1,0	3,3	3,5
Privadas	15,3	19,2	15,8	20,2	17,3	17,9	18,1
Das quais: remessas	15,3	19,2	15,8	20,2	17,3	17,9	18,1
<b>Conta de capital e financeira</b>	78,5	54,3	48,6	80,4	50,0	37,8	38,6
Conta de capital	26,5	26,3	34,7	28,1	30,1	33,4	39,0
Conta financeira	52,0	28,0	13,8	52,2	19,9	4,4	-0,5
Desembolsos oficiais a médio e a longo prazo	13,1	12,5	10,0	18,9	15,0	15,0	16,0
Empréstimos a projetos	13,1	12,5	10,0	18,9	15,0	15,0	16,0
Amortização	-0,9	-2,7	-2,2	-3,0	-4,4	-2,2	-2,9
Bilhetes do Tesouro e financiamento regional	15,0	0,0	1,0	0,0	13,0	0,0	0,0
Ativos externos líquidos dos bancos comerciais	-2,2	-6,0	5,3	7,6	7,6	1,6	0,0
Ativos externos líquidos privados	27,0	24,2	-0,3	28,7	-11,3	-10,0	-13,6
<b>Erros e omissões</b>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Saldo global</b>	60,4	32,6	42,0	50,0	35,3	15,8	9,8
<b>Financiamento</b>	-60,4	-32,6	-42,0	-50,0	-35,3	-15,8	-9,8
<b>Ativos externos líquidos (aumento = -)</b>	-63,4	-37,4	-41,1	-53,7	-35,3	-15,8	-9,8
Das quais: créditos líquidos do FMI	3,6	0,0	2,8	-1,0	4,6	4,6	1,6
compras e empréstimos	2,7	0,0	2,3	0,0	4,2	5,0	2,5
<b>Alívio da dívida</b>	3,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Varição dos atrasados do serviço da dívida (redução = -)</b>	0,0	-0,9	-0,9	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Défice bruto de financiamento</b>	0,0	4,7	0,0	3,7	0,0	0,0	0,0
Financiamento ECF proposto	0,0	4,7	0,0	3,7	0,0	0,0	0,0
Défice residual de financiamento	0,0	0,0	0,0	-0,1	0,0	0,0	0,0
<b>Por memória:</b>							
Volume das exportações de bens (variação % anual)	-1,4	8,7	27,1	5,0	12,9	2,0	2,3
Preços de exportação do caju (USD por tonelada)	1.000	1.100	1.210	1.103	1.400	1.400	1.400
Volume das importações de bens (variação % anual)	25,6	26,1	22,5	9,8	19,4	-0,7	1,5
<b>Reservas internacionais imputadas</b>							
Em milhões de USD	199,2	...	11,5	...	...	...	...
Como percentagem da moeda em sentido lato	37,1	...	38,3	...	...	...	...
<b>Reservas oficiais liq. da UEMOA (mil milhões de USD)</b>	13,2	...	11,5	...	...	...	...
Percentagem da moeda em sentido lato	...	...	...	...	...	...	...
<b>Serviço da dívida programado</b>							
Percentagem de exportações e créditos de serviço	-1,9	1,3	0,9	1,7	1,4	1,3	1,7
Percentagem do total da receita pública	-3,0	2,3	1,9	2,8	3,3	2,9	3,5
<b>Saldo de conta corrente (percentagem do PIB)</b>							
Incluindo transferências oficiais	-3,5	-3,6	-1,1	-4,7	-2,2	-3,1	-3,8
Excluindo as transferências oficiais	-10,1	-5,3	-4,0	-6,3	-4,1	-5,4	-5,9

Fontes: BCEAO e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

<sup>1</sup>Incluindo a ajuda alimentar e a assistência técnica a projetos.

**Tabela 5. Guiné-Bissau: Indicadores de Solidez Financeira do Sistema Bancário, 2010–16<sup>1</sup>**

(Porcentagem)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016 Junho
<b>Adequação dos fundos próprios</b>							
Fundos próprios/ativos ponderados pelo risco	28,5	22,3	23,7	22,7	20,1	19,3	19,0
Capital de nível 1/ativos ponderados pelo risco	28,5	22,3	22,3	23,1	21,4	13,9	15,3
Capital/total do ativo	15,3	11,8	13,2	13,5	11,0	16,8	16,8
<b>Distribuição setorial do crédito</b>							
Agricultura e pescas	3,1	4,1	3,4	2,6	2,6	2,6	2,3
Indústria	11,5	9,4	17,7	16,3	14,7	12,2	10,5
Eletricidade, gás e água	2,8	11,5	9,6	11,1	10,4	10,2	9,4
Construção civil	3,4	4,0	3,3	4,1	3,9	2,5	2,8
Comércio	54,0	52,9	45,6	42,5	44,0	47,4	48,1
Transportes e comunicações	0,0	0,1	0,1	0,2	0,1	0,2	0,3
Serviços	1,3	0,6	0,3	0,4	0,4	0,4	0,5
Serviços coletivos e sociais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras atividades	23,9	17,5	20,1	23,1	24,0	24,5	26,2
<b>Qualidade dos ativos</b>							
Empréstimos malparados/total do crédito	9,8	6,5	6,4	11,6	25,7	6,2	5,6
Empréstimos malparados/capital	42,6	51,8	59,2	55,2	91,0	65,2	41,2
Provisões/empréstimos malparados brutos	5,9	3,3	2,7	3,1	2,8	2,3	2,1
Provisões/empréstimos brutos	16,3	13,0	10,7	11,6	19,0	8,9	4,2
<b>Lucros e rentabilidade</b>							
Lucro líquido/ativos médios (ROA)	1,1	2,5	2,6	2,9	2,9	2,9	2,8
Lucro líquido/património médio (ROE)	6,2	17,7	18,0	17,9	17,5	17,5	16,5
<b>Liquidez</b>							
Ativos líquidos/ativo totais	22,2	30,0	34,3	25,2	34,0	26,8	17,0
Ativos líquidos/ativos de curto prazo	33,0	42,2	49,0	49,5	60,1	35,0	35,0
Rácio depósitos/ativos	33,1	35,6	45,9	56,2	59,2	45,7	43,3
Rácio empréstimos/depósitos	56,7	58,6	78,9	72,5	82,0	76,5	72,4
Reservas excessivas/moeda em sentido lato							
<b>Por memória:</b>							
Taxa de depósito	3,6	3,8	4,7	4,7	4,7	4,7	4,7
Taxas de empréstimo	10,6	10,6	10,2	9,2	9,2	9,2	9,2

Fonte: BCEAO.

<sup>1</sup> Os indicadores ISF de 2015 e 2016 não foram atualizados pelo BCEAO desde a declaração de anulação do resgate.

**Tabela 6. Guiné-Bissau: Indicadores da Capacidade de Reembolso ao FMI**

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
	Projeções									
	(Milhões de DSE, salvo indicação em contrário)									
Obrigações com o FMI com base no crédito existente										
Capital	0,48	1,45	1,45	1,45	1,45	1,29	0,57	0,57	0,57	0,57
Encargos e juros	0,00	0,00	0,00	0,02	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,00
Obrigações com o FMI com base no crédito existente e potencial										
Capital	0,5	1,5	1,5	1,5	2,2	2,0	2,6	3,8	4,1	3,4
Encargos e juros	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Obrigações totais baseadas no crédito existente e potencial										
Milhões de DSE	0,5	1,5	1,5	1,5	2,2	2,0	2,6	3,8	4,1	3,4
Mil milhões de FCFA	0,4	1,2	1,2	1,2	1,8	1,6	2,1	3,1	3,4	2,8
Porcentagem da receita pública	0,4	1,3	1,2	1,1	1,5	1,2	1,5	2,0	1,9	1,4
Porcentagem das exportações de bens e serviços	0,2	0,7	0,7	0,6	0,9	0,8	0,9	1,3	1,2	0,9
Porcentagem do serviço da dívida	15,5	49,3	37,8	31,0	48,0	51,6	65,7	89,4	127,1	107,6
Porcentagem do PIB	0,1	0,2	0,2	0,1	0,2	0,2	0,2	0,3	0,3	0,2
Porcentagem da quota	1,7	5,1	5,1	5,1	7,6	7,0	9,2	13,5	14,5	12,0
Porcentagem das reservas	0,2	0,5	0,5	0,5	0,7	0,6				
Saldo em dívida com o FMI										
Milhões de DSE	18,0	22,6	24,2	22,8	20,6	18,6	16,0	12,2	8,1	4,7
Mil milhões de FCFA	14,8	18,6	19,9	18,6	16,8	15,2	13,0	9,9	6,6	3,8
Porcentagem da receita pública	16,8	20,5	20,1	17,1	14,0	11,6	9,0	6,2	3,7	1,9
Porcentagem das exportações de bens e serviços	8,3	10,3	11,1	9,6	8,4	7,8	5,8	4,1	2,4	1,3
Porcentagem do serviço da dívida	581,9	769,5	631,9	486,7	457,8	480,6	404,1	285,2	249,0	147,0
Porcentagem do PIB	2,2	2,6	2,6	2,3	1,9	1,6	1,3	0,9	0,6	0,3
Porcentagem da quota	63,5	79,7	85,3	80,2	72,6	65,5	56,3	42,9	28,4	16,4
Porcentagem das reservas	7,0	8,2	8,4	7,4	6,4	5,5				
Uso líquido do crédito do FMI	4,6	4,6	1,6	-1,5	-2,2	-2,0	-2,6	-3,8	-4,1	0,0
Desembolsos	5,1	6,1	3,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Reembolsos e recompras	0,5	1,5	1,5	1,5	2,2	2,0	2,6	3,8	4,1	3,4
	(Mil milhões de FCFA)									
<i>Por memória:</i>										
PIB nominal	667,8	707,8	757,9	813,4	872,8	937,2	1.013,6	1.096,2	1.185,5	1.282,2
Exportações de bens e serviços	179,2	179,9	179,4	194,6	199,6	193,4	223,1	244,5	268,8	296,6
Receita pública	88,4	90,6	99,0	108,8	119,7	131,3	144,5	159,6	175,9	195,1
Serviço da dívida	2,6	2,4	3,1	3,8	3,7	3,2	3,2	3,5	2,6	2,6
Ativos externos líquidos do Banco Central	211,9	227,6	237,4	250,2	263,6	277,3	...	...	...	...
FCFA/DSE (média do período)	823,0	821,7	821,0	818,7	815,1	815,1	815,1	815,1	815,1	815,1
Quota (DSE)	28,4	28,4	28,4	28,4	28,4	28,4	28,4	28,4	28,4	28,4

Fonte: Estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

**Tabela 7. Guiné-Bissau: Critérios Quantitativos de Desempenho e Metas Indicativas para 2015**

(Acumulado desde o início do ano civil até ao fim do mês indicado; em mil milhões de FCFA, salvo indicação em contrário)

	Dez. 2014	2015											
		Junho				Set. <sup>1</sup>				Dez.			
		Stock	Prog.	Aju. Prog.	Efet.	Situação	Prog.	Aju. Prog.	Efet.	Situação	Prog.	Aju. Prog.	Efet.
<b>Critérios de desempenho<sup>1</sup></b>													
Total da receita fiscal interna (piso)	44,2	26,2	...	31,7	Cumpr.	40,7	...	49,7	Cumpr.	53,3	...	61,9	Cumpr.
Crédito bancário interno líquido ao governo central (teto)	2,7	8,2	10,2	9,2	Cumpr.	7,9	9,1	12,1	Não cumpr.	4,4	11,5	11,5	Cumpr.
Teto da dívida externa não concessional (milhões de USD) <sup>2</sup>	0,0	0,0	...	0,0	Cumpr.	0,0	...	0,0	Cumpr.	0,0	...	0,0	Cumpr.
Saldo da dívida externa contraída ou garantida pelo governo central com maturidades inferiores a um ano (teto) <sup>2</sup>	0,0	0,0	...	0,0	Cumpr.	0,0	...	0,0	Cumpr.	0,0	...	0,0	Cumpr.
Atrasados de pagamentos externos (piso) <sup>2</sup>	0,9	0,0	...	0,0	Cumpr.	0,0	...	0,0	Cumpr.	0,0	...	0,0	Cumpr.
<b>Metas indicativas</b>													
Novos atrasados internos (teto)	...	0,0	...	0,2	Não cumpr.	0,0	...	3,0	Não cumpr.	0,0	...	1,3	Não cumpr.
Despesas sociais e prioritários (piso)	21,3	12,9	...	20,0	Cumpr.	19,4	...	27,4	Cumpr.	25,8	...	36,5	Cumpr.
Saldo primário interno (base de compromissos, piso)	-19,4	-2,6	...	-2,9	Não cumpr.	-6,0	...	-6,6	Não cumpr.	-6,5	...	-9,3	Não cumpr.
Despesas não tituladas (DNT, teto)	...	0,4	...	4,8	Não cumpr.	0,6	...	0,4	Cumpr.	0,8	...	2,7	Não cumpr.
<i>Por memória:</i>													
Liquidação de atrasados de pagamentos internos	...	4,3	...	6,6		6,0	...	7,4		8,10	...	7,4	
Apoio orçamental externo (milhões de USD) <sup>3</sup>	24,0	7,6	...	7,0		15,8	...	7,0		23,6	...	19,5	
Desembolsos ECF (milhões de DSE, fluxo) <sup>4</sup>	10,8	0,0	...	0,0		2,84	...	2,84		2,84	...	0,0	

<sup>1</sup> Os critérios de desempenho e as metas indicativas são definidos no Memorando Técnico de Entendimento (MTE); as metas para o final de setembro de 2015 e final de março de 2016 são indicativas.

<sup>2</sup> Aplicáveis em bases contínuas.

<sup>3</sup> Inclui donativos e empréstimos.

<sup>4</sup> Propõe-se um desembolso de 20% da quota (DSE 2,84 milhões) aquando da aprovação do acordo ECF pelo Conselho em julho.



**Tabela 8a. Guiné-Bissau: Critérios Quantitativos de Desempenho e Metas Indicativas Propostos para 2016**

(Acumulado desde o início do ano civil até ao fim do mês indicado; em mil milhões de FCFA, salvo indicação em contrário)

	Dez. 2015	2016					CD proposto
		Mar. 1/		Jun.	Set. 1/	Dez.	
	Stock	MI	Prel.	MI	Prel.	Proj.	
<b>Critérios de desempenho<sup>1</sup></b>							
Total da receita fiscal interna (piso)	61,9	15,7	10,4	31,5	31,2	49,6	61,4
Crédito bancário interno líquido ao governo central (teto)	11,5	0,0	6,4	0,0	19,3	19,8	15,4
Teto da dívida externa não concessional (milhões de USD) <sup>2</sup>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo da dívida externa contraída ou garantida pelo governo central com maturidades inferiores a um ano (teto) <sup>2</sup>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Atrasados de pagamentos externos (piso) <sup>2</sup>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Metas indicativas</b>							
Novos atrasados internos (teto)	1,3	0,0	0,0	0,0	4,6	6,6	6,6
Despesas sociais e prioritárias (piso)	36,5	7,7	6,0	21,7	12,9	23,2	31,0
Saldo primário interno (base de compromissos, piso)	-9,3	-0,7	-7,1	-1,3	-15,8	-9,4	-11,2
Despesas não tituladas (DNT, teto)	2,7	0,2	2,1	0,4	7,8	1,0	2,0
<i>Por memória:</i>							
Liquidação de atrasados de pagamentos internos	7,4	0,8	3,3	1,8	6,4	5,7	7,0
Apoio orçamental externo (milhões de USD) <sup>3</sup>	19,5	5,9	0,0	9,2	0,0	1,7	1,7
Desembolsos ECF (milhões de DSE, fluxo) <sup>4</sup>	0,0	0,0	0,0	2,3	0,0	0,0	5,1
Empréstimos concessionais (milhões de USD) <sup>5</sup>	21,1	6,1	1,8	12,3	5,4	5,4	12,5

<sup>1</sup> Os critérios de desempenho e as metas indicativas são definidos no Memorando Técnico de Entendimento (MTE). As metas para final de março, final de junho e final de setembro são indicativas, enquanto as do final de dezembro são critérios de desempenho propostos.

<sup>2</sup> Aplicáveis em bases contínuas.

<sup>3</sup> Inclui donativos e empréstimos.

<sup>4</sup> Reflete o novo calendário de desembolsos proposto.

<sup>5</sup> Estes incluem empréstimos para projetos com uma componente de donativos superior ou igual a 35%.

**Tabela 8b. Guiné-Bissau: Critérios Quantitativos de Desempenho e Metas Indicativas Propostos para 2017**

(Acumulado desde o início do ano civil até ao fim do mês indicado; em mil milhões de FCFA, salvo indicação em contrário)

	Dez. 2016 Proj.	2017			
		Mar. 1/	Jun.	Set. 1/	Dez. 1/
		Proj.	CD proposto	Proj.	
<b>Critérios de desempenho<sup>1</sup></b>					
Total da receita fiscal interna (piso)	61,4	16,3	32,6	48,9	65,2
Crédito bancário interno líquido ao governo central (teto)	15,4	8,0	7,2	0,0	-3,7
Teto da dívida externa não concessional (milhões de USD) <sup>2</sup>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo da dívida externa contraída ou garantida pelo governo central com maturidades inferiores a um ano (teto) <sup>2</sup>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Atrasados de pagamentos externos (piso) <sup>2</sup>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Metas indicativas</b>					
Novos atrasados internos (teto)	6,6	0,0	0,0	0,0	0,0
Despesas sociais e prioritários (piso)	31,0	7,7	21,7	23,2	31,0
Saldo primário interno (base de compromissos, piso)	-11,2	-6,4	-5,8	-1,0	2,3
Despesas não tituladas (DNT, teto)	2,0	0,2	0,4	0,7	0,9
<i>Por memória:</i>					
Liquidação de atrasados de pagamentos internos	7,0	0,4	0,4	0,8	2,6
Apoio orçamental externo (milhões de USD) <sup>3</sup>	1,7	0,0	0,0	5,5	5,5
Desembolsos ECF (milhões de DSE, fluxo) <sup>4</sup>	5,1	0,0	3,0	0,0	3,0
Empréstimos concessionais (milhões de USD) <sup>5</sup>	12,5	4,6	9,3	13,9	18,6

<sup>1</sup> Os critérios de desempenho e as metas indicativas são definidos no Memorando Técnico de Entendimento (MTE). As metas para final de março, final de setembro e final de dezembro de 2017 são indicativas, enquanto as do final de junho são critérios de desempenho

<sup>2</sup> Aplicáveis em bases contínuas.

<sup>3</sup> Inclui donativos e empréstimos.

<sup>4</sup> Reflete o novo calendário de desembolsos proposto.

<sup>5</sup> Estes incluem empréstimos para projetos com uma componente de donativos superior ou igual a 35%.

**Tabela 9a. Guiné-Bissau: Indicadores de Referência Estruturais ao Abrigo do Programa ECF, 2015–16**

<b>Medidas</b>	<b>Prazo</b>	<b>Justificativa macro</b>	<b>Ponto da situação</b>
<b>Mobilização de receitas</b>			
Implantar um posto intracomercial em Safim para reconciliar os dados das mercadorias nas faturas com o conteúdo efetivo das cargas.	Set/2015	Reforçar a arrecadação.	Cumprido.
Elaborar um plano estratégico para melhorar a infraestrutura e as condições de trabalho dos funcionários na administração fiscal e aduaneira interna.	Dez/2015	Reforçar a arrecadação.	Não cumprido. O plano atual está a ser reformulado.
Criar novo regime para pequenos contribuintes através da introdução do NIF (número de identificação fiscal) universal.	Dez/2015	Melhorar o cumprimento voluntário e elevar a receita fiscal.	Não cumprido.
<b>Gestão das despesas</b>			
Preparar tabelas mensais regulares de projeção do fluxo de caixa do Tesouro coerente com o orçamento de 2015.	Jul/2015 com ref. a ago/2015, mensal daí em diante	Reforçar a gestão das despesas.	Cumprido.
Transição para o pagamento de ordenados e abonos a todos os funcionários públicos (incluindo o serviço de segurança) através da banca.	Set/2015	Reduzir o manuseamento de numerário pelo Tesouro e fortalecer a gestão das finanças públicas.	Não cumprido. Implementado em outubro de 2015.
Preparar relatórios trimestrais sobre a execução do PIP.	Relat. de dez/2015 ref. a set/2015, trimestral daí em diante	Reforçar a execução e o controlo do PIP.	Cumprido.
<b>Gestão da dívida</b>			
Reinstalar e operacionalizar o sistema informático de gestão da dívida.	Julho de 2015	Reforçar a capacidade de gestão da dívida e as políticas de contração de empréstimos.	Não cumprido. Implementado com atraso.
Elaborar relatórios trimestrais sobre os compromissos, acordos e desembolsos referentes à dívida externa.	Relatório de dez/2015 ref. a jun/2015, trimestral daí em diante	Reforçar a capacidade de gestão da dívida e a transparência nos compromissos da dívida externa.	Cumprido.
<b>Ambiente de negócios</b>			
Concluir uma auditoria internacional abrangente do Fundo de Promoção da Industrialização de Produtos Agrícolas (FUNPI)	Set/2015	Melhorar a produção e o comércio do caju.	Não cumprido. Relatório de auditoria apresentado ao Ministro das Finanças em abr/2016.
Elaborar um plano de auditoria de todas as empresas públicas e fundos autónomos.	Mar/2016	Melhorar os serviços e a sustentabilidade financeira das empresas públicas.	Não cumprido e reagendado.
Elaborar uma estratégia para promover a produção e a transformação do caju com base nos resultados da auditoria do FUNPI.	Junho de 2016	Reduzir os custos de transação.	Não cumprido e reagendado.

**Tabela 9b. Guiné-Bissau: Indicadores de Referência Estruturais Propostos ao Abrigo do Programa ECF, 2016–17**

<b>Medidas</b>	<b>Prazo</b>	<b>Justificativa macro</b>	<b>Ponto da situação</b>
Apresentação do orçamento de 2016 à Assembleia Nacional	Ação prévia para a 1ª. e 2ª. aval. comb. do programa	Gestão orçamental correta	Em preparação
<b>Mobilização de receitas</b>			
Preparar um projeto de lei, com AT do FMI, para o novo regime de pequenos contribuintes que seja simples e transparente, proteja a base de receita, reduza os custos de cumprimento e assegure ampla participação.	Dez/2017	Melhorar a administração e a regularidade fiscal.	Novo indicador de referência
<b>Gestão das despesas</b>			
Preparar tabelas mensais regulares de projeção do fluxo de caixa do Tesouro coerente com o orçamento de 2017.	Dez/2016 com ref. a jan/2017, mensal daí em diante	Reforçar a gestão das despesas.	Continuação de medida anterior.
Preparar relatórios trimestrais atempados de execução orçamental ao nível de ministério com pormenores sobre a classificação económica das despesas.	Dez/2016, trimestrais daí em diante.	Reforçar a execução e o controlo da execução orçamental.	Novo indicador de referência.
Como precursor da CUT planeada, elaborar uma lista (incl. os valores de 2015) das receitas de fonte própria cobradas por ministérios, direções e agências públicas.	Dez/2016	Fortalecer a gestão das finanças públicas	Novo indicador de referência
<b>Gestão da dívida</b>			
Elaborar relatórios trimestrais sobre os compromissos, acordos e desembolsos referentes à dívida externa.	Relatório de dez/2016 com ref. a set/2016, trimestral daí em diante.	Reforçar a capacidade de gestão da dívida e a transparência nos compromissos da dívida externa.	Continuação de medida anterior.
O Conselho de Ministros deverá editar um decreto que defina a autoridade para a emissão de dívida e o processo de prestação de garantias do estado, reempréstimos e a assunção de grandes passivos.	Dez/2016	Adequação da política de gestão da dívida da Guiné-Bissau ao regulamento da UEMOA.	Novo indicador de referência
<b>Ambiente de negócios</b>			
Elaborar um plano de auditoria de todas as empresas públicas e fundos autónomos.	Nov/2016	Melhorar os serviços e a sustentabilidade financeira das empresas públicas.	Não cumprido e reagendado.
A EAGB irá apresentar relatórios que pormenorizarão os seus fluxos financeiros para o exercício de 2015, os primeiros três trimestres de 2016 e emitirá relatórios mensais a partir de outubro de 2016.	Dezembro de 2016	Incutir transparência às operações e à posição financeira da EAGB.	Novo indicador de referência
Concluir, com a assistência da Comissão Bancária da UEMOA, uma avaliação dos dois bancos afetados pelo resgate e articular um plano de ação para que estes bancos cumpram as normas prudenciais.	15 de abril de 2017	Fortalecer a saúde do sistema bancário.	Novo indicador de referência
Elaborar uma estratégia para promover a produção e a transformação do caju com base nos resultados da auditoria do FUNPI.	Junho de 2017	Reduzir os custos de transação.	Não cumprido e reagendado.

**Tabela 10. Guiné-Bissau: Calendário de Desembolsos Proposto ao Abrigo do Acordo ECF, 2015–18<sup>1</sup>**

Disponibilidade	Desembolsos		Condição para o Desembolso	Ponto da situação
	Em milhões de DES	Em % da Quota <sup>2</sup>		
10 de julho de 2015	2.840	10.000	Aprovação do acordo ECF trienal.	Desembolsado
15 de outubro de 2015	2.840	10.000	Conclusão da primeira avaliação pelo Conselho com base no cumprimento dos critérios de desempenho para 30 de junho de 2015.	
15 de abril de 2016	2.272	8.000	Conclusão da segunda avaliação pelo Conselho com base no cumprimento dos critérios de desempenho para 31 de dezembro de 2015.	
15 de abril de 2017	3.030	10.669	Conclusão da terceira avaliação pelo Conselho com base no cumprimento dos critérios de desempenho para 31 de dezembro de 2016.	
15 de outubro de 2017	3.030	10.669	Conclusão da quarta avaliação pelo Conselho com base no cumprimento dos critérios de desempenho para 30 de junho de 2017.	
15 de abril de 2018	3.028	10.662	Conclusão da quinta avaliação pelo Conselho com base no cumprimento dos critérios de desempenho para 31 de dezembro de 2017.	
<b>Total de Desembolsos</b>	<b>17.040</b>	<b>60.000</b>		

Fonte: Estimativas do corpo técnico do FMI.  
 1/ A primeira e a segunda avaliações estão combinadas.  
 2/ Baseado na nova quota para a Guiné-Bissau no âmbito da XIV Avaliação Geral das Quotas.

**Tabela 11. Guiné-Bissau: Necessidades e Fontes de Financiamento Externo, 2015–18**

(Milhões de USD; salvo indicação em contrário)

	2015	2016	2017	2018
1. Necessidades brutas de financiamento	89,9	89,5	76,2	77,3
Défice da conta corrente externa <sup>1</sup>	20,3	26,7	42,9	55,1
Conta de capital <sup>1</sup>	0,3	0,3	0,3	0,3
Amortização da dívida	2,1	2,1	4,1	3,1
Variação dos atrasados, líquida	-0,8	0,0	0,0	0,0
Acumulação bruta de reservas	68,1	59,8	26,8	16,7
Reembolsos ao FMI	0,0	0,7	2,0	2,0
2. Financiamento disponível	89,9	89,5	76,2	77,3
Investimento direto estrangeiro líquido	17,9	22,8	34,4	36,8
Desembolsos identificados	57,6	53,6	59,2	70,8
Donativos	55,9	48,2	53,8	63,5
Projetos <sup>3</sup>	55,9	48,2	53,8	63,5
Programas	0,0	0,0	0,0	0,0
Empréstimos	1,7	5,4	5,4	7,3
Projetos	1,7	5,4	5,4	7,3
Programas	0,0	0,0	0,0	0,0
Desembolsos da ECF	3,9	7,1	8,4	4,2
Outros fluxos líquidos <sup>2</sup>	10,5	6,0	-25,8	-34,5
3. Défice de financiamento	0,0	0,0	0,0	0,0
Por memória:				
Défice orçamental (base de compromisso, em % do PIB)	-2,6	-4,2	-1,7	-2,1
Défice da conta corrente (em percentagem do PIB)	-1,1	-2,2	-3,1	-3,8

Fontes: Autoridades guineenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

<sup>1</sup> Exclui transferências oficiais.<sup>2</sup> Inclui estimativas e projeções dos fluxos financeiros privados de curto prazo.<sup>3</sup> Exclui donativos para projetos da CEDEAO, da UEMOA e do BOAD.

## Anexo I. Guiné-Bissau: Atualização da Análise da Sustentabilidade da Dívida<sup>1</sup>

*Esta atualização da Análise da Sustentabilidade da Dívida (ASD) conjunta FMI-Banco Mundial indica que a Guiné-Bissau enfrenta um risco de sobre-endividamento moderado, com base na avaliação da dívida pública externa, mas com um risco global de sobre-endividamento que reflete vulnerabilidades significativas em relação à dívida interna.<sup>2,3</sup> No cenário de base, todos os rácios de valor atual (VA) da dívida externa apresentaram melhorias em relação à última ASD, em grande medida devido ao bom desempenho da receita em 2015 e aos esperados desenvolvimentos favoráveis dos termos de troca e do PIB nominal. No cenário de choque mais extremo, o rácio VA da dívida/expoções ultrapassa o limiar apenas durante um curto período, ao contrário da última ASD, quando a rutura se estendia por um longo período. Em contrapartida, o indicador de dívida pública global piorou em relação à última ASD, devido sobretudo ao aumento da dívida interna, por conta dum passivo contingente realizado, a emissão de novos bilhetes do Tesouro e os novos empréstimos internos – que elevaram o risco global de sobre-endividamento. A economia continua vulnerável a choques negativos para as exportações, que poderão ser exacerbados pela piora dos termos de troca ou um declínio (ou uma redução aquém das projeções) do investimento direto estrangeiro.*

**1. Em comparação com a última ASD, as principais diferenças nos pressupostos internos são uma previsão de melhoria da administração tributária, da gestão das finanças públicas e dos termos de troca.** O crescimento de PIB real deverá praticamente acompanhar a trajetória definida na última ASD, à média de 5 por cento ao longo do período da projeção (Tabela de Texto 1 e Tabela 1). A receita fiscal, que apresenta uma trajetória de curto prazo lenta, deverá recuperar-se a longo prazo em reação ao crescimento dos rendimentos e à melhoria contínua na administração tributária. Estes avanços, conjugados com as melhorias paralelas na gestão das finanças públicas, deverão gerar ganhos no saldo orçamental global, com a queda gradual do défice primário e a sua conversão em excedentes até ao final do período da projeção, em 2036.

**2. No caso dos preços internacionais, a atualização da ASD baseia-se nas projeções de médio prazo de preços de produtos combustíveis e não combustíveis do WEO do FMI, que sustentam os termos de troca, os valores de exportação e o PIB nominal da Guiné-Bissau e ajudam a moderar as vulnerabilidades da dívida.** Em particular, como o preço do caju (o principal produto de exportação do país) deverá aumentar no médio prazo, prevê-se que os termos de troca do país se fortaleçam com os seus valores de exportação Denotando a previsão de melhora dos

<sup>1</sup> Esta ASD atualiza a análise apresentada ao Conselho de Administração do FMI em julho de 2015. A Atualização da ASD foi aprovada pelos Srs. Roger Nord e Peter Allum (FMI) e a Sra. Paloma Anos-Casero (AID).

<sup>2</sup> Os corpos técnicos do FMI e da AID, em consulta com a Unidade de Gestão da Dívida do Ministério da Economia e Finanças guineense, prepararam esta atualização do ASD em conjunto. O exercício fiscal da Guiné-Bissau vai de 1 de janeiro a 31 de dezembro. A ASD completa anterior foi preparada em 24 de junho de 2015 (ver Relatório Nacional do FMI N.º 15/194).

<sup>3</sup> Os limiares da sustentabilidade da dívida são determinados pelas médias trianuais (2013-2015) da nota da Avaliação Institucional e de Políticas Nacionais (CPIA) (2,50) que classifica a Guiné-Bissau com tendo um desempenho político e um quadro institucional fracos.

termos de troca da Guiné-Bissau, espera-se que agora o crescimento das exportação se dê a uma taxa mais elevada (10,2 por cento do PIB em média no longo prazo, contra 7,5 por cento na última ASD); o crescimento das importações também deverá ser mais elevado, dada a previsão de aumento dos rendimentos e dos fluxos de IDE. Como resultado, o saldo da conta corrente externa excluindo juros deverá apresentar um défice médio de longo prazo mais baixo do que na última ASD.

Paralelamente, a expansão dos valores de exportação e do PIB nominal deverão ajudar o ingresso de receitas internas, as quais deverão crescer a um ritmo um pouco maior do que na última ASD. Em vista destas expectativas, conjugadas com a procura de donativos e crédito altamente concessional pelas autoridades guineenses, prevê-se que os rácios VA da dívida/PIB, dívida/exportações e dívida/receita ratios de base se mantenham abaixo dos seus respetivos limiares no longo prazo, com um perfil semelhante para os rácios de serviço da dívida.

### 3. Os pressupostos macroeconómicos de base subjacentes a esta atualização da ASD são os seguintes:

- **Crescimento do PIB real:** Prevê-se que o crescimento económico se mantenha robusto, em cerca de 5 por cento em média no médio prazo. No longo prazo, o crescimento poderá fortalecer-se com a concretização dos ingressos de IDE previstos e melhorias das infraestruturas promotoras de crescimento, que deverão ficar acima das médias históricas durante o período da previsão (Tabela de Texto 1).<sup>4</sup>
- **A inflação dos preços ao consumidor** deverá crescer no médio prazo com o aumento dos rendimentos disponíveis, à medida que a economia sustenta a sua recuperação. Após cair para -1 por cento no final de 2014, a inflação média aumentou para 1,5 por cento no final de 2015 e deverá chegar ao limiar da UEMOA (3 por cento) até ao final de 2018 e manter-se nesse valor no longo prazo.
- **Saldos do governo central:** O défice orçamental primário deverá diminuir gradualmente no médio e longo prazos. Especificamente, o défice primário, que aumentou em 2015 por conta da fraca gestão das finanças públicas (GFP) no contexto duma crise política prolongada, deverá melhorar à medida que as autoridades fortalecem a GFP e melhoram o seu esforço fiscal. Daí em diante, as melhorias contínuas na administração tributária e na cobrança de receitas deverão provocar um declínio gradual do défice primário para níveis irrisórios até 2021 e gerar excedentes até 2026, com um excedente médio para o período 2022–36 (Quadro 3). A despesa primária excluindo juros deverá ser contida numa média de cerca de 19 por cento do PIB ao ano em 2016-21 (esta foi de 20,8 por cento em 2015).
- **Défice da conta corrente externa:** Denotando os esperados termos de troca favoráveis e o aumento dos volumes de exportação, o défice da conta corrente deverá permanecer baixo, em cerca de 2 por cento do PIB em 2016 e numa média de 3 por cento em 2017–22; prevê-se que se manterá dentro desta média no longo prazo (2023–36), devido sobretudo ao

<sup>4</sup> As autoridades alteraram as taxas de crescimento do PIB real de 2012–14, com base na AT do AFRITAC para finalizar as contas nacionais destes anos.



esperado crescimento global dos rendimentos e aos aumentos nas importações associadas ao crescimento dos ingressos de IDE.

- **Fluxos de financiamento:** O aumento do IDE está projetado em 2,6 por cento do PIB por ano em média em 2017–21 (devido sobretudo ao projeto dos fosfatos), após ter ficado abaixo de 2,0 por cento do PIB em 2015–16. No longo prazo (2022–36), o IDE deverá cair para uma média de 1,5 por cento do PIB por ano (Tabela 1). Esta previsão assenta nas melhorias da situação política e do ambiente de negócios. As transferências oficiais deverão aumentar durante o período da projeção e o financiamento equivalente a donativos formará o grosso (cerca de 85–90 por cento) do financiamento externo projetado.

**Tabela de Texto 1. Guiné-Bissau: Evolução dos principais indicadores macroeconómicos**

	2012	2013	2014	2015	Longo prazo <sup>1</sup>
<i>Crescimento real do PIB (por cento)</i>					
ASD anterior	-1.8	0.8	2.5	4.7	5.0
ASD atual	-1.7	3.3	2.3	4.8	5.0
<i>Receita e donativos (por cento do PIB)</i>					
ASD anterior	11.4	11.6	21.0	18.7	23.0
ASD atual	11.5	11.3	22.1	20.8	22.6
<i>Despesa primária (excl. juros) (por cento do PIB)</i>					
ASD anterior	13.5	13.2	22.0	17.9	24.3
ASD atual	13.6	12.9	23.2	21.6	22.1
<i>Saldo primário (por cento do PIB)</i>					
ASD anterior	-2.0	-1.6	-1.0	-0.8	-1.3
ASD atual	-2.0	-1.6	-1.1	-0.8	-0.5
<i>Défice da conta corrente excl. juros (por cento do PIB)</i>					
ASD anterior	8.8	4.3	0.9	3.5	4.6
ASD atual	8.8	7.1	3.2	0.4	2.1
<i>Crescimento das exportações (por cento)</i>					
ASD anterior	-44.8	16.3	12.7	13.1	7.5
ASD atual	-44.8	24.7	9.4	41.3	10.2
<i>Crescimento das importações (por cento)</i>					
ASD anterior	-24.4	0.6	24.7	7.9	6.2
ASD atual	-24.4	6.1	15.0	2.5	9.2

Fonte: Autoridades guineenses e estimativas do corpo técnico.

<sup>1</sup> O valor do indicador a longo prazo é definido como a média dos últimos 15 anos das projeções.

**4. A ASD aponta uma melhoria na sustentabilidade da dívida externa da Guiné-Bissau.** Os riscos de deterioração da perspetiva macroeconómica no âmbito da última ASD, na forma de termos de troca e exportações em queda, não se materializaram; pelo contrário, o país logrou um aumento dos termos de troca e dos volumes de exportação, reforçando os valores de exportação. Como resultado, todos os indicadores de base da dívida externa se mantiveram comodamente abaixo dos respetivos limiares indicativos de dependência de políticas durante o período da projeção (2016–36) (Figura 1). Todavia, todos os cinco indicadores de dívida externa são altamente sensíveis aos choques

de exportações. No cenário de choque mais extremo, um indicador – o rácio VA da dívida/exportações – rompeu o seu limiar, embora por uma margem mais baixa e por um período mais curto do que na ASD anterior. A Guiné-Bissau, portanto, mantém-se em risco moderado de sobre-endividamento.

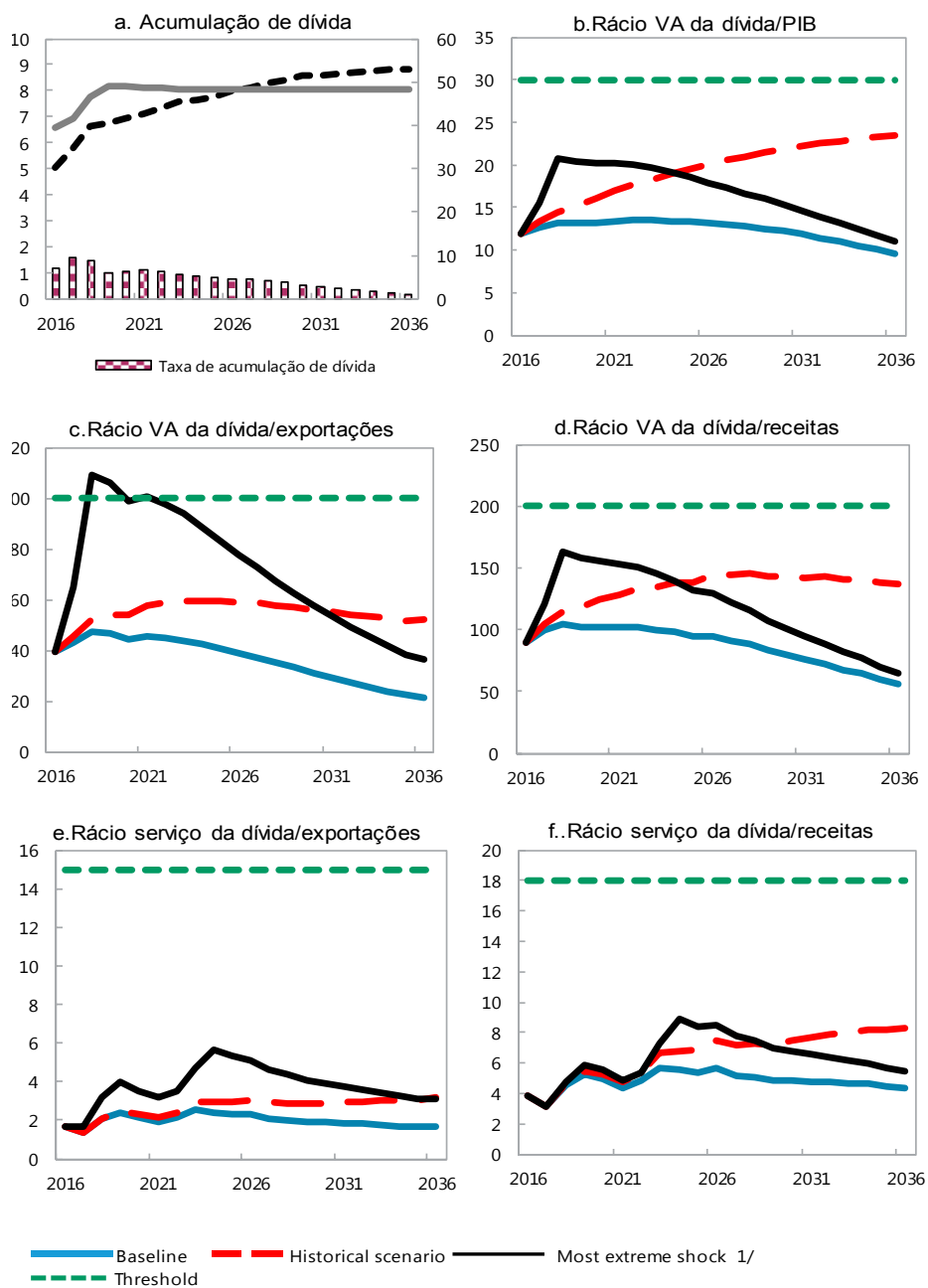
**5. Devido a um aumento na dívida interna, porém, os indicadores de dívida pública global e de serviço da dívida pioraram.** A contração de empréstimos internos adicionais pelo governo (emissão de bilhetes do Tesouro no total de FCFA 13 mil milhões) e a realização dum passivo contingente (FCFA 9,8 mil milhões) provocaram a subida do rácio VA da dívida pública/PIB de base e a rutura do limiar no cenário de choque mais extremo passou a se estender por um período mais longo do que na última ASD.<sup>5</sup> Os novos empréstimos internos aumentaram a dívida pública em cerca de 3,4 por cento do PIB, o que fez com que o rácio do VA de base em 2016 ficasse acima do indicador de referência durante mais tempo do que na ASD anterior. A queda deste rácio passou a se dar a um ritmo mais lento do que na última ASD e o rácio de VA do saldo primário fixo também se mantém acima do seu limiar. Na mesma linha, os rácios de serviço da dívida não diminuem com a mesma velocidade da última ASD, destacando o risco provável dum encargo do serviço da dívida elevado caso ocorram choques de receita adversos (Figura 2).

**6. Os resultados da ASD atualizada mostram que a economia guineense permanece vulnerável a choques adversos.** Estes choques, incluindo nas exportações e nos ingressos de investimento direto estrangeiro (IDE), e desvalorização nominal da moeda com o fortalecimento do dólar dos Estados Unidos em relação ao euro (no qual o FCFA está fixado), poderão fazer com que diversos limiares sejam excedidos no curto e médio prazos. Apesar da atual situação favorável com o rácio externo VA da dívida/exportações a ficar abaixo do seu limiar, após uma breve rutura, e com os outros rácios comodamente abaixo dos seus respetivos limiares, choques adversos poderão causar problemas de sobre-endividamento. O corpo técnico, portanto, reitera a necessidade de se manterem políticas de crédito prudentes, de reforço da receita, de melhorias sustentadas na gestão das finanças públicas e da aplicação de novas reformas estruturais promotoras de crescimento.

**7. No geral, as autoridades guineenses concordam com a avaliação do corpo técnico e as políticas recomendadas.** Concordam que a sustentabilidade da dívida depende acima de tudo de políticas macroeconómicas sólidas que, por sua vez, aumentam as suas possibilidades de aceder a financiamento concessional. Reconhecem o contributo da gestão prudente da dívida em conjunto com outras reformas estruturais de apoio para melhorar o ambiente de negócios e impulsionar o crescimento em geral e as perspetivas de exportação.

<sup>5</sup> Em 2015, a dívida interna (toda ela expressa em FCFA) era 58 por cento da dívida pública total, excluindo passivos contingentes relacionados à anulação do resgate da banca. É devida ao BCEAO (46 por cento), a instituições financeiras regionais (sendo 42 por cento a bancos e o restante ao BOAD) e o resto a instituições não financeiras (sobretudo na forma de atrasados a fornecedores). Esta configuração não deverá mudar significativamente no médio e a longo prazo, exceto pela orçada liquidação gradual de atrasados a fornecedores nacionais.

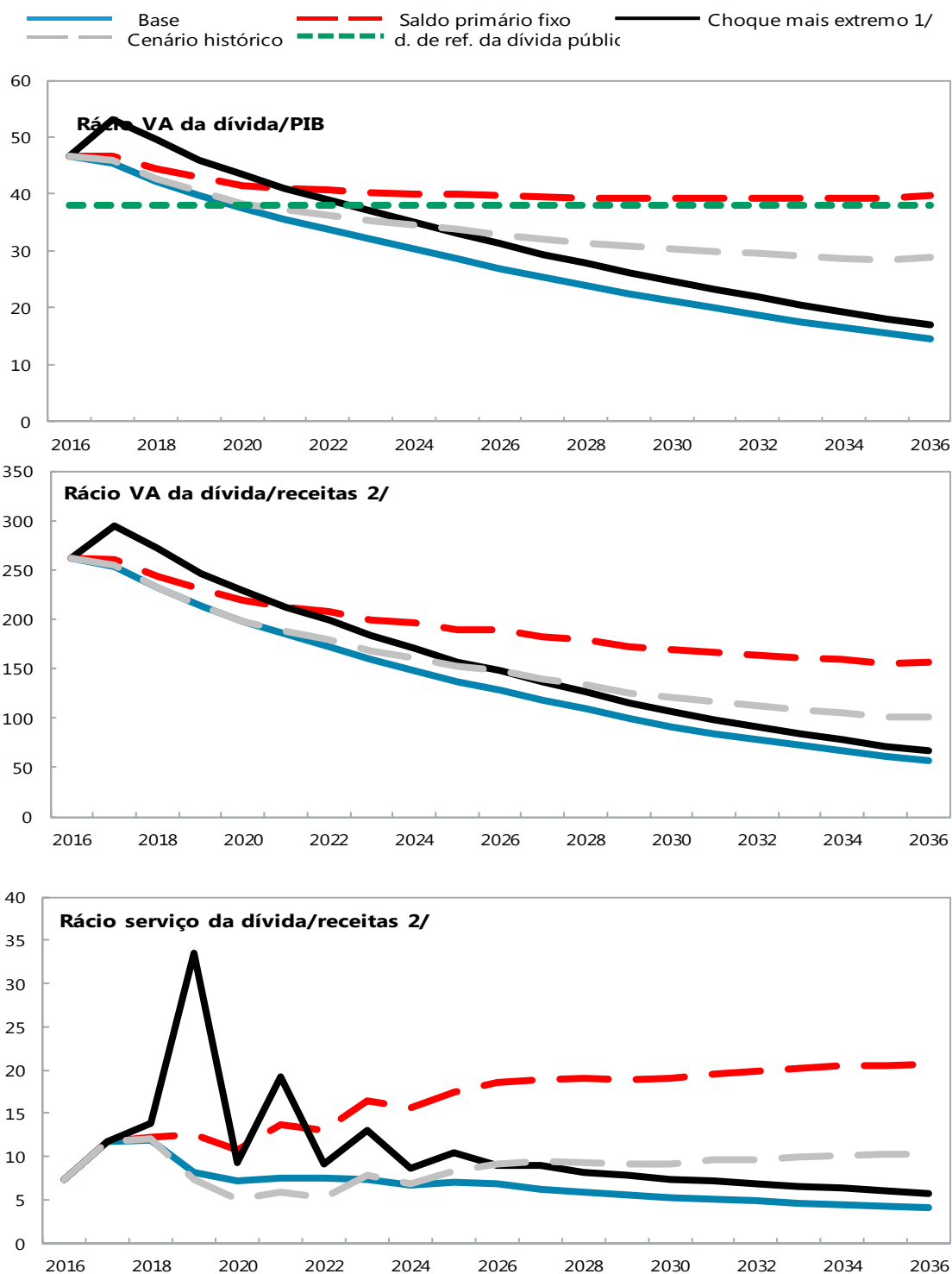
**Figura 1. Guiné-Bissau: Indicadores da Dívida Externa Pública e com Garantia Pública em Cenários Alternativos, 2016-2036 1/**



Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projeções do corpo técnico.

1/ O teste de stress mais extremo é o que produz o rácio mais elevado em ou antes de 2026. Em (b) corresponde a um choque Exports; em (c) a um choque Exports; em (d) a um choque Exports; em (e) a um choque Exports e em (f) a um choque Exports.

**Figura 2. Guiné-Bissau: Indicadores da Dívida Pública em Cenários Alternativos, 2016-2033 1/**



Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projeções do corpo técnico.

1/ O teste de estresse mais extremo é o que produz o rácio mais elevado em ou antes de 2026.

**Tabela 1. Guiné-Bissau: Quadro de Sustentabilidade da Dívida Externa, Cenário-base, 2013–36 <sup>1/</sup>**

(Em percentagem do PIB, salvo indicação em contrário)

	Efetivo			Média <sup>6/</sup> histórica	Desvio <sup>6/</sup> padrão	Projeções													
	2013	2014	2015			2016	2017	2018	2019	2020	2021	2016-2021 Média			2026	2036	2022-2036 Média		
<b>Dívida externa (nominal) 1/</b>	<b>16.2</b>	<b>14.9</b>	<b>15.0</b>			<b>14.1</b>	<b>14.5</b>	<b>15.4</b>	<b>15.9</b>	<b>16.3</b>	<b>16.9</b>						<b>18.1</b>	<b>13.9</b>	
<i>d/q: pública e com garantia pública (PGP)</i>	16.1	14.9	14.9			14.1	14.5	15.4	15.9	16.3	16.9						18.1	13.9	
Variação da dívida externa	-10.6	-1.2	0.0			-0.9	0.4	0.9	0.5	0.5	0.6						0.1	-0.7	
Fluxos líquidos geradores de dívida identificados	3.7	1.4	-0.5			0.3	0.5	1.3	0.9	0.9	0.9						0.4	-0.4	
<b>Déficit em conta corrente, excl. juros</b>	<b>7.1</b>	<b>3.2</b>	<b>0.4</b>	<b>4.5</b>	<b>3.6</b>	<b>2.6</b>	<b>4.0</b>	<b>4.5</b>	<b>3.8</b>	<b>3.7</b>	<b>3.7</b>						<b>2.7</b>	<b>1.0</b>	
Déficit da balança de bens e serviços	10.5	13.0	5.9			5.8	7.5	7.9	7.1	6.5	6.3						5.9	2.9	
Exportações	18.1	19.8	29.0			30.0	29.4	27.8	28.1	29.8	29.3						33.8	44.8	
Importações	28.6	32.8	34.9			35.9	36.8	35.7	35.3	36.3	35.6						39.7	47.7	
Transferências correntes líquidas (negativo = ingresso)	-3.6	-7.4	-3.6	-6.4	2.5	-1.1	-1.6	-1.5	-1.5	-1.2	-1.3						-1.9	-0.9	
<i>d/q: oficiais</i>	-0.8	-4.5	-0.9			-0.2	-0.5	-0.5	-0.5	-0.5	-0.5						-0.5	-0.5	
Outros fluxos de transações correntes (negativo = ing. líq.)	0.3	-2.5	-1.9			-2.1	-1.9	-2.0	-1.9	-1.6	-1.4						-1.3	-1.0	
<b>IDE líquido (negativo = ingresso)</b>	<b>-1.9</b>	<b>-2.0</b>	<b>-1.8</b>	<b>-2.0</b>	<b>0.8</b>	<b>-2.0</b>	<b>-2.9</b>	<b>-2.9</b>	<b>-2.5</b>	<b>-2.4</b>	<b>-2.3</b>						<b>-1.7</b>	<b>-0.9</b>	
<b>Dinâmica endógena da dívida 2/</b>	<b>-1.5</b>	<b>0.3</b>	<b>0.8</b>			<b>-0.3</b>	<b>-0.6</b>	<b>-0.3</b>	<b>-0.4</b>	<b>-0.5</b>	<b>-0.5</b>						<b>-0.6</b>	<b>-0.5</b>	
Contributo da taxa de juro nominal	0.1	0.3	0.3			0.3	0.1	0.3	0.4	0.3	0.2						0.3	0.2	
Contributo do crescimento do PIB real	-0.8	-0.4	-0.7			-0.6	-0.7	-0.7	-0.7	-0.7	-0.8						-0.8	-0.7	
Contributo das variações cambiais e de preços	-0.8	0.3	1.3			...	...	...	...	...	...						...	...	
<b>Resíduo (3-4) 3/</b>	<b>-14.3</b>	<b>-2.6</b>	<b>0.6</b>			<b>-1.1</b>	<b>-0.2</b>	<b>-0.3</b>	<b>-0.5</b>	<b>-0.4</b>	<b>-0.3</b>						<b>-0.4</b>	<b>-0.3</b>	
<i>d/q: financiamento excepcional</i>	0.0	-0.6	0.2			0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0						0.0	0.0	
VA da dívida externa 4/	...	...	12.3			11.9	12.7	13.2	13.1	13.2	13.4						13.1	9.5	
Em percentagem das exportações	...	...	42.3			39.6	43.2	47.3	46.6	44.2	45.6						38.8	21.3	
<b>VA da dívida externa PGP</b>	<b>...</b>	<b>...</b>	<b>12.3</b>			<b>11.9</b>	<b>12.7</b>	<b>13.2</b>	<b>13.1</b>	<b>13.2</b>	<b>13.4</b>						<b>13.1</b>	<b>9.5</b>	
Em percentagem das exportações	...	...	42.2			39.6	43.1	47.3	46.6	44.2	45.6						38.8	21.3	
Em percentagem da receita pública	...	...	87.0			89.7	98.9	103.9	101.9	101.6	101.5						94.7	56.0	
<b>Rácio serviço da dívida/exportações (em percentagem)</b>	<b>1.8</b>	<b>2.3</b>	<b>1.5</b>			<b>1.7</b>	<b>1.4</b>	<b>2.1</b>	<b>2.4</b>	<b>2.1</b>	<b>1.9</b>						<b>2.3</b>	<b>1.6</b>	
<b>Rácio serviço da dívida PGP/exportações (em percentagem)</b>	<b>1.8</b>	<b>2.3</b>	<b>1.5</b>			<b>1.7</b>	<b>1.4</b>	<b>2.1</b>	<b>2.4</b>	<b>2.1</b>	<b>1.9</b>						<b>2.3</b>	<b>1.6</b>	
<b>Rácio serviço da dívida PGP/receitas (em percentagem)</b>	<b>4.1</b>	<b>3.6</b>	<b>3.1</b>			<b>3.8</b>	<b>3.1</b>	<b>4.5</b>	<b>5.2</b>	<b>4.9</b>	<b>4.3</b>						<b>5.6</b>	<b>4.3</b>	
Total da necessidade bruta de financiamento (milhões de USD)	58.8	16.8	-9.3			12.3	18.6	28.3	27.4	29.6	31.8						39.6	38.4	
Déficit da conta corrente excl. juros que estabiliza o rácio da dívida	17.7	4.4	0.4			3.5	3.6	3.5	3.3	3.2	3.1						2.6	1.6	
<b>Principais pressupostos macroeconómicos</b>																			
Crescimento do PIB real (em percentagem)	3.3	2.3	4.8	3.4	2.4	4.8	5.0	5.0	5.0	5.0	5.0	5.0	5.0	5.0	5.0	5.0	5.0	5.0	5.0
Deflador do PIB em USD (variação percentual)	3.0	-1.9	-8.1	2.8	11.3	6.3	1.0	2.2	2.9	3.0	2.0	2.9	2.0	2.0	2.0	2.0	2.0	2.0	2.0
Taxa de juro efetiva (por cento) 5/	0.3	1.9	1.7	0.8	0.7	2.5	0.4	2.4	2.5	1.8	1.5	1.9	1.7	1.4	1.6	1.6	1.4	1.4	1.6
Crescimento das export. de bens e serviços (em termos de USD, %)	24.7	9.4	41.3	16.0	31.2	15.2	3.6	1.7	9.2	14.5	5.4	8.3	10.6	5.9	10.2	10.2	10.6	5.9	10.2
Crescimento das import. de bens e serviços (em termos de USD, %)	6.1	15.0	2.5	9.8	14.8	14.4	8.9	4.1	6.6	11.3	5.1	8.4	9.5	6.1	9.2	9.2	9.5	6.1	9.2
Elemento de donativo novo endividamento do setor público (%)	...	...	...	...	...	39.5	41.5	46.7	49.1	48.9	48.8	45.7	48.3	48.3	48.4	48.4	48.3	48.3	48.4
Receita pública (excl. donativos, em percentagem do PIB)	7.9	12.6	14.1			13.2	12.8	12.7	12.9	12.9	13.2						13.9	17.0	15.0
Fluxos de ajuda financeira (em milhões de USD) 7/	45.2	126.7	84.9			57.9	71.9	96.1	107.8	119.6	130.9						201.9	419.0	
<i>d/q: Donativos</i>	35.9	100.3	67.9			52.4	61.8	72.0	80.4	90.0	99.1						162.4	380.6	
<i>d/q: Empréstimos concessionais</i>	9.2	26.4	17.0			5.4	10.1	24.1	27.4	29.6	31.8						39.6	38.4	
Financiamento equivalente aos donativos (em % do PIB) 8/	...	...	...			5.1	5.8	6.6	6.7	6.9	7.1						8.0	8.8	
Financiamento equivalente aos donativos (em % do fin. externo) 8/	...	...	...			88.3	86.5	85.0	87.1	87.4	87.6						89.9	95.3	
<i>Por memória:</i>																			
PIB nominal (milhões de USD)	1052.5	1055.9	1017.3			1133.1	1201.4	1289.5	1392.7	1506.1	1613.8						2274.0	4515.3	
Crescimento nominal do PIB em USD	6.3	0.3	-3.7			11.4	6.0	7.3	8.0	8.1	7.2	8.0	7.1	7.1	7.1	7.1	7.1	7.1	7.1
VA da dívida externa PGP (em milhões de USD)	...	...	122.3			134.4	152.3	170.2	183.3	198.0	215.1						297.8	429.3	
(VAT-VAt-1)/PIBt-1 (em percentagem)	...	...	...			1.2	1.6	1.5	1.0	1.1	1.1	1.2	0.8	0.2	0.6	0.6	0.8	0.2	
Remessas brutas dos trabalhadores (milhões de USD)	29.9	31.0	26.7			27.6	28.5	29.6	30.7	31.8	33.0						39.7	57.3	
PA da dívida externa PGP (em percentagem do PIB + remessas)	...	...	12.0			11.6	12.4	12.9	12.8	12.9	13.1						12.9	9.4	
PA da dívida externa PGP (em percentagem das exportações + reme)	...	...	38.7			36.6	39.9	43.7	43.2	41.2	42.7						36.9	20.7	
Serviço da dívida externa PGP (em percentagem das exportações +	...	...	1.4			1.6	1.3	1.9	2.2	2.0	1.8						2.2	1.6	

Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projeções do corpo técnico.

1/ Inclui a dívida externa dos setores público e privado.

2/ Derivado como  $[r - g - p(1+g)] / (1+g+p+g)$  multiplicado pelo rácio da dívida no período anterior, sendo  $r$  = a taxa de juro nominal;  $g$  = a taxa de crescimento do PIB real e  $p$  = a taxa de crescimento do crescimento do deflador do PIB em USD.

3/ Inclui o financiamento excepcional (ou seja, variação dos atrasados e alívio da dívida), variação dos ativos externos brutos e ajustes por reavaliação. Nas projeções, inclui também o contributo das variações variações cambial e de preços.

4/ Presume que o VA da dívida do setor privado seja equivalente ao seu valor facial.

5/ Pagamentos de juros no ano corrente divididos pelo stock da dívida do período anterior.

6/ As médias históricas e os desvios-padrão são em geral obtidos com base nos 10 anos anteriores, dependendo da disponibilidade de dados.

7/ Definidos como donativos, empréstimos concessionais e alívio da dívida.

8/ O financiamento equivalente aos donativos inclui os donativos concedidos ao governo por via direta e através de novos empréstimos (diferença entre o valor facial e o VA da nova dívida).

**Tabela 2. Guiné-Bissau: Análise de Sensibilidade dos Principais Indicadores da Dívida Externa Pública e com Garantia Pública, 2016–36**  
(Em percentagem)

	Projeções							2036
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2026	
<b>Rácio VA da dívida/PIB</b>								
<b>Base</b>	12	13	13	13	13	13	<b>13</b>	10
<b>A. Cenários alternativos</b>								
A1. Principais variáveis a médias históricas em 2016-2036 1/	12	13	14	15	16	17	<b>20</b>	23
A2. Novos empréstimos do setor público em condições menos favoráveis em 2016-2036 2	12	13	14	14	15	15	<b>17</b>	14
<b>B. Testes-limite</b>								
B1. Crescimento real do PIB à média histórica menos um desvio-padrão em 2017-2018	12	13	14	14	14	14	<b>14</b>	10
B2. Crescimento do valor das export. à média histórica menos um desvio-padrão em 2017-2018 3/	12	16	21	20	20	20	<b>18</b>	11
B3. Deflator do PIB em USD à média histórica menos um desvio-padrão em 2017-2018	12	14	16	16	16	16	<b>16</b>	12
B4. Fluxos líq. não geradores de dívida à média hist. menos um desvio-padrão em 2017-2018 4/	12	12	12	12	12	13	<b>13</b>	9
B5. Combinação de B1-B4 usando choques de meio desvio-padrão	12	13	15	15	15	15	<b>15</b>	11
B6. Depreciação nominal e pontual de 30% em relação ao cenário de base em 2017 5/	12	18	19	19	19	19	<b>19</b>	14
<b>Rácio VA da dívida/exportações</b>								
<b>Base</b>	40	43	47	47	44	46	<b>39</b>	21
<b>A. Cenários alternativos</b>								
A1. Principais variáveis a médias históricas em 2016-2036 1/	40	45	52	54	54	58	<b>59</b>	52
A2. Novos empréstimos do setor público em condições menos favoráveis em 2016-2036 2	40	44	50	51	49	52	<b>50</b>	32
<b>B. Testes-limite</b>								
B1. Crescimento real do PIB à média histórica menos um desvio-padrão em 2017-2018	40	43	47	47	44	46	<b>39</b>	21
B2. Crescimento do valor das export. à média histórica menos um desvio-padrão em 2017-2018 3/	40	65	109	106	99	101	<b>77</b>	36
B3. Deflator do PIB em USD à média histórica menos um desvio-padrão em 2017-2018	40	43	47	47	44	46	<b>39</b>	21
B4. Fluxos líq. não geradores de dívida à média hist. menos um desvio-padrão em 2017-2018 4/	40	42	45	44	42	43	<b>37</b>	21
B5. Combinação de B1-B4 usando choques de meio desvio-padrão	40	43	47	47	44	46	<b>39</b>	22
B6. Depreciação nominal e pontual de 30% em relação ao cenário de base em 2017 5/	40	43	47	47	44	46	<b>39</b>	21
<b>Rácio VA da dívida/receitas</b>								
<b>Base</b>	90	99	104	102	102	101	<b>95</b>	56
<b>A. Cenários alternativos</b>								
A1. Principais variáveis a médias históricas em 2016-2036 1/	90	104	114	118	124	128	<b>144</b>	137
A2. Novos empréstimos do setor público em condições menos favoráveis em 2016-2036 2	90	101	110	111	114	116	<b>122</b>	84
<b>B. Testes-limite</b>								
B1. Crescimento real do PIB à média histórica menos um desvio-padrão em 2017-2018	90	103	113	111	110	110	<b>102</b>	60
B2. Crescimento do valor das export. à média histórica menos um desvio-padrão em 2017-2018 3/	90	121	163	158	155	153	<b>129</b>	65
B3. Deflator do PIB em USD à média histórica menos um desvio-padrão em 2017-2018	90	109	128	126	125	125	<b>116</b>	69
B4. Fluxos líq. não geradores de dívida à média hist. menos um desvio-padrão em 2017-2018 4/	90	96	98	97	96	96	<b>91</b>	55
B5. Combinação de B1-B4 usando choques de meio desvio-padrão	90	102	115	113	112	112	<b>106</b>	64
B6. Depreciação nominal e pontual de 30% em relação ao cenário de base em 2017 5/	90	141	148	146	145	144	<b>134</b>	79

**Tabela 2. Guiné-Bissau: Análise de Sensibilidade dos Principais Indicadores da Dívida Externa Pública e com Garantia Pública, 2016–36 (conclusão)**  
(Em percentagem)

<b>Rácio serviço da dívida/exportações</b>								
<b>Base</b>	2	1	2	2	2	2	<b>2</b>	2
<b>A. Cenários alternativos</b>								
A1. Principais variáveis a médias históricas em 2016-2036 1/	2	1	2	2	2	2	<b>3</b>	3
A2. Novos empréstimos do setor público em condições menos favoráveis em 2016-2036 2	2	1	2	3	2	2	<b>3</b>	2
<b>B. Testes-limite</b>								
B1. Crescimento real do PIB à média histórica menos um desvio-padrão em 2017-2018	2	1	2	2	2	2	<b>2</b>	2
B2. Crescimento do valor das export. à média histórica menos um desvio-padrão em 2017-2018 3/	2	2	3	4	4	3	<b>5</b>	3
B3. Deflator do PIB em USD à média histórica menos um desvio-padrão em 2017-2018	2	1	2	2	2	2	<b>2</b>	2
B4. Fluxos liq. não geradores de dívida à média hist. menos um desvio-padrão em 2017-2018 4/	2	1	2	2	2	2	<b>2</b>	2
B5. Combinação de B1-B4 usando choques de meio desvio-padrão	2	1	2	2	2	2	<b>2</b>	2
B6. Depreciação nominal e pontual de 30% em relação ao cenário de base em 2017 5/	2	1	2	2	2	2	<b>2</b>	2
<b>Rácio serviço da dívida/receitas</b>								
<b>Base</b>	4	3	5	5	5	4	<b>6</b>	4
<b>A. Cenários alternativos</b>								
A1. Principais variáveis a médias históricas em 2016-2036 1/	4	3	5	5	5	5	<b>7</b>	8
A2. Novos empréstimos do setor público em condições menos favoráveis em 2016-2036 2	4	3	5	6	6	5	<b>7</b>	7
<b>B. Testes-limite</b>								
B1. Crescimento real do PIB à média histórica menos um desvio-padrão em 2017-2018	4	3	5	6	5	5	<b>6</b>	5
B2. Crescimento do valor das export. à média histórica menos um desvio-padrão em 2017-2018 3/	4	3	5	6	6	5	<b>8</b>	6
B3. Deflator do PIB em USD à média histórica menos um desvio-padrão em 2017-2018	4	3	6	6	6	5	<b>7</b>	5
B4. Fluxos liq. não geradores de dívida à média hist. menos um desvio-padrão em 2017-2018 4/	4	3	4	5	5	4	<b>5</b>	4
B5. Combinação de B1-B4 usando choques de meio desvio-padrão	4	3	5	6	6	5	<b>6</b>	5
B6. Depreciação nominal e pontual de 30% em relação ao cenário de base em 2017 5/	4	4	6	7	7	6	<b>8</b>	6
<i>Por memória:</i>								
Elemento de donativo presumido sobre o financiamento residual (ou seja, o financiamento necessário acima do cenário de base) 6/	47	47	47	47	47	47	<b>47</b>	47

Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projeções do corpo técnico.

1/ As variáveis incluem o crescimento do PIB real, o crescimento do deflator do PIB (em USD), a conta corrente excl. juros em percentagem do PIB e os fluxos não geradores de dívida.

2/ Presume que a taxa de juro sobre novos empréstimos seja dois pontos percentuais superior à do cenário de base, mas que os prazos de carência e de vencimento sejam os mesmos do cenário de base.

3/ Presume que os valores das exportações permaneçam permanentemente no nível mais baixo, mas que a conta corrente como parcela do PIB retorne ao seu valor base após o choque (presumindo implicitamente um ajuste compensatório no nível das importações).

4/ Inclui as transferências oficiais e privadas e o IDE.

5/ Define-se a depreciação como o declínio percentual da taxa de câmbio dólar/moeda nacional, de modo que ela nunca ultrapassa os 100%.

6/ Aplica-se a todos os cenários de estresse, excepto A2 (financiamento menos favorável), no qual as condições de todos os novos empréstimos são aquelas especificadas na nota 2.

**Tabela 3. Guiné-Bissau: Quadro de Sustentabilidade da Dívida do Setor Público, Cenário-base, 2013–36**  
(Em percentagem do PIB, salvo indicação em contrário)

	Efetivo			Média	5/	Desvio padrão	Estimativa					Projeções			
	2013	2014	2015				2016	2017	2018	2019	2020	2021	2016-21 média	2026	2036
<b>Dívida do setor público 1/</b>	48.9	50.5	48.5				49.0	47.2	44.5	42.6	40.6	39.2		32.0	18.8
<i>d/q: expressa em moeda estrangeira</i>	16.1	14.9	14.9				14.1	14.5	15.4	15.9	16.3	16.9		18.1	13.9
<b>Variação da dívida do setor público</b>	-7.5	1.7	-2.0				0.5	-1.8	-2.7	-1.9	-2.0	-1.5		-1.5	-1.2
<b>Fluxos geradores de dívida identificados</b>	-1.4	2.7	-4.1				-2.4	-1.8	-1.4	-1.9	-1.6	-2.4		-2.3	-2.4
Déficit primário	1.6	1.1	0.8	0.5		3.0	2.5	0.8	1.3	0.9	1.1	0.1	1.1	-0.4	-1.3
Receita e donativos	11.3	22.1	20.8				17.9	17.9	18.3	18.6	18.9	19.3		21.0	25.5
<i>d/q: donativos</i>	3.4	9.5	6.7				4.6	5.1	5.6	5.8	6.0	6.1		7.1	8.4
Despesas primárias (excl. juros)	12.9	23.2	21.6				20.3	18.8	19.6	19.6	20.0	19.4		20.7	24.2
Dinâmica automática da dívida	-2.5	2.1	-4.5				-4.4	-2.3	-2.4	-2.4	-2.4	-2.2		-1.8	-1.1
Contributo do diferencial taxa de juro/crescimento	-1.9	-0.3	-5.1				-3.6	-2.4	-2.4	-2.3	-2.3	-2.2		-1.8	-1.1
<i>d/q: contributo da taxa de juro real média</i>	-0.1	0.8	-2.7				-1.3	-0.1	-0.1	-0.2	-0.3	-0.3		-0.2	-0.2
<i>d/q: contributo do crescimento do PIB real</i>	-1.8	-1.1	-2.3				-2.2	-2.3	-2.2	-2.1	-2.0	-1.9		-1.6	-0.9
Contributo da depreciação da taxa de câmbio real	-0.6	2.4	0.6				...	...	...	...	...	...		...	...
Outros fluxos geradores de dívida identificados	-0.4	-0.4	-0.5				-0.4	-0.4	-0.4	-0.3	-0.3	-0.3		-0.2	-0.1
Receita de privatizações (negativa)	0.0	0.0	0.0				0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0		0.0	0.0
Reconhecimento de passivos implícitos ou contingentes	0.0	0.0	0.0				0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0		0.0	0.0
Alívio da dívida (HIPC e outros)	-0.5	-0.5	-0.5				-0.5	-0.4	-0.4	-0.4	-0.3	-0.3		-0.2	-0.1
Outros (especificar, ex. recapitalização bancária)	0.0	0.1	0.1				0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0		0.0	0.0
Residual, incl. variação dos ativos	-6.1	-1.1	2.1				2.8	0.1	-1.3	0.0	-0.4	0.9		0.9	1.3
<b>Outros indicadores de sustentabilidade</b>															
<b>VA da dívida do setor público</b>	...	...	45.8				46.8	45.4	42.2	39.8	37.5	35.6		27.0	14.4
<i>d/q: expressa em moeda estrangeira</i>	...	...	12.3				11.9	12.7	13.2	13.1	13.2	13.4		13.1	9.5
<i>d/q: externa</i>	...	...	12.3				11.9	12.7	13.2	13.1	13.2	13.4		13.1	9.5
VA dos passivos contingentes (não incl. na div. do setor públ)	...	...	...				...	...	...	...	...	...		...	...
Necessidade bruta de financiamento 2/	8.1	7.6	7.0				8.4	6.8	7.1	5.8	5.6	4.3		2.3	-0.2
Rácio VA da dívida do setor público/receitas e donativos (em %)	...	...	220.6				261.7	253.0	231.4	213.7	198.0	184.4		128.5	56.7
Rácio VA da dívida do setor público/receita (em %)	...	...	325.0				353.1	354.8	333.4	309.7	289.3	270.4		194.7	84.7
<i>d/q: externa 3/</i>	...	...	87.0				89.7	98.9	103.9	101.9	101.6	101.5		94.7	56.0
Rácio serviço da dívida/receitas e donativos (em %) 4/	6.1	2.6	5.1				7.3	11.7	11.9	8.2	7.2	7.5		6.9	4.1
Rácio serviço da dívida/receitas (em %) 4/	8.8	4.6	7.6				9.8	16.4	17.2	11.8	10.5	11.0		10.4	6.1
Déficit primário que estabiliza o rácio dívida/PIB	9.1	-0.5	2.8				2.0	2.6	4.0	2.8	3.0	1.6		1.1	-0.1
<b>Principais pressupostos macroeconómicos e orçamentais</b>															
Crescimento do PIB real (em percentagem)	3.3	2.3	4.8	3.4		2.4	4.8	5.0	5.0	5.0	5.0	5.0	5.0	5.0	5.0
Taxa de juro nominal média sobre a dívida em ME (em %)	0.3	1.9	1.7	0.8		0.7	2.5	0.4	2.4	2.5	1.8	1.5	1.9	1.7	1.4
Taxa de juro nominal média sobre a dívida interna (em %)	0.8	2.2	-8.3	-2.8		5.7	-4.6	0.5	-0.5	-0.8	-0.9	-0.8	-1.2	-1.0	-1.2
Depreciação da taxa de câmbio real (em %, + indica depreciação)	-2.5	15.0	4.2	-0.5		8.2	-6.2	...	...	...	...	...	...	...	...
Taxa de inflação (deflador do PIB, em percentagem)	-0.3	-2.0	10.1	3.6		6.4	6.0	0.9	2.0	2.2	2.2	2.0	2.6	2.0	2.0
Cresc. da desp. primária real (deflacionado pelo deflador do PIB, em %)	-1.9	84.3	-2.4	8.0		26.8	-1.3	-3.1	9.4	4.9	7.4	1.9	3.2	5.5	3.8
Elemento de donativo do novo financiamento externo (em %)	...	...	...	...		...	39.5	41.5	46.7	49.1	48.9	48.8	45.7	48.3	48.3

Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projeções do corpo técnico.

1/ [Indica a cobertura do setor público, ex. governo geral ou setor público não financeiro. Indica também se a dívida utilizada é líquida ou bruta.]

2/ A necessidade bruta de financiamento é definida como o déficit primário mais o serviço da dívida mais o stock da dívida de curto prazo no final do período anterior.

3/ Receitas excluindo os donativos.

4/ O serviço da dívida é definido como a soma dos juros e amortizações da dívida de médio e longo prazo.

5/ As médias históricas e os desvios-padrão são em geral obtidos com base nos 10 anos anteriores dependendo da disponibilidade de dados.



**Tabela 4. Guiné-Bissau: Análise de Sensibilidade dos Principais Indicadores da Dívida Pública, 2016–36**

	Projeções							
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2026	2036
<b>Rácio VA da dívida/PIB</b>								
<b>Base</b>	47	45	42	40	37	36	27	14
<b>A. Cenários alternativos</b>								
A1. Crescimento do PIB real e saldo primário às médias históricas	47	46	43	40	38	37	33	29
A2. Saldo primário permanece inalterado em relação a 2016	47	47	44	43	41	41	40	40
A3. Crescimento do PIB permanentemente mais baixo 1/	47	46	43	41	39	37	31	25
<b>B. Testes-limite</b>								
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio-padrão em 2017-201	47	48	47	45	43	42	35	27
B2. Saldo primário à média histórica menos um desvio-padrão em 2017-2018	47	47	46	43	40	38	29	16
B3. Combinação de B1-B2 usando choques de meio desvio-padrão	47	48	46	44	42	40	33	23
B4. Depreciação real e pontual de 30% em 2017	47	50	47	44	41	39	28	15
B5. Aumento de 10% do PIB nos outros fluxos geradores de dívida em 2017	47	53	50	46	43	41	31	17
<b>Rácio VA da dívida/receitas 2/</b>								
<b>Base</b>	262	253	231	214	198	184	128	57
<b>A. Cenários alternativos</b>								
A1. Crescimento do PIB real e saldo primário às médias históricas	262	254	231	214	198	188	148	101
A2. Saldo primário permanece inalterado em relação a 2016	262	260	243	230	219	212	189	156
A3. Crescimento do PIB permanentemente mais baixo 1/	262	254	234	218	203	191	144	96
<b>B. Testes-limite</b>								
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio-padrão em 2017-201	262	262	251	236	222	211	163	102
B2. Saldo primário à média histórica menos um desvio-padrão em 2017-2018	262	264	251	231	213	198	138	62
B3. Combinação de B1-B2 usando choques de meio desvio-padrão	262	263	247	231	217	204	154	89
B4. Depreciação real e pontual de 30% em 2017	262	280	256	234	216	200	134	57
B5. Aumento de 10% do PIB nos outros fluxos geradores de dívida em 2017	262	295	272	247	230	212	149	67
<b>Rácio serviço da dívida/receitas 2/</b>								
<b>Base</b>	7	12	12	8	7	7	7	4
<b>A. Cenários alternativos</b>								
A1. Crescimento do PIB real e saldo primário às médias históricas	7	12	12	7	5	6	9	10
A2. Saldo primário permanece inalterado em relação a 2016	7	12	12	13	11	14	18	21
A3. Crescimento do PIB permanentemente mais baixo 1/	7	12	12	8	8	8	9	11
<b>B. Testes-limite</b>								
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio-padrão em 2017-201	7	12	13	10	10	11	13	11
B2. Saldo primário à média histórica menos um desvio-padrão em 2017-2018	7	12	12	15	13	11	8	5
B3. Combinação de B1-B2 usando choques de meio desvio-padrão	7	12	13	11	9	11	11	9
B4. Depreciação real e pontual de 30% em 2017	7	12	13	10	9	10	10	7
B5. Aumento de 10% do PIB nos outros fluxos geradores de dívida em 2017	7	12	14	34	9	19	9	6

Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projeções do corpo técnico.  
 1/ Presume que o crescimento do PIB real seja o do cenário de base menos um desvio-padrão, dividido pela raiz quadrada da duração do período de projeção.  
 2/ A definição das receitas inclui os donativos.

## Apêndice I. Carta de Intenções

Bissau, Guiné-Bissau  
8 de novembro de 2016

Exma. Sra. Christine Lagarde  
Diretora-Geral  
Fundo Monetário Internacional  
Washington, D.C. 20431  
EUA

Senhora Diretora-Geral:

1. O Acordo de Facilidade de Crédito Alargado (ECF) trienal, aprovado para a Guiné-Bissau pelo Conselho de Administração do Fundo Monetário Internacional (FMI), no montante de DSE 17,04 milhões em 10 de julho de 2015, é um apoio bem-vindo para o nosso programa económico de médio prazo centrado no reacender da atividade económica e na redução da pobreza. A recente crise política reforçou a incerteza, sufocou o funcionamento eficaz do governo e ameaçou anular os ganhos alcançados desde que este assumiu funções; a situação foi controlada e o governo em entrou em funções.

2. O Memorando de Políticas Económicas e Financeiras (MPEF) em anexo atualiza o MPEF de 20 de junho de 2015. Ele resume os recentes desenvolvimentos económicos e a implementação das nossas políticas em 2015–16, discute o desempenho no âmbito do programa apoiado pela ECF e define as nossas políticas macroeconómicas e medidas estruturais para 2016–17.

3. Conforme explicado no MPEF anexo, todos os critérios de desempenho (CD) para o final de junho de 2015 e, após correção do resgate da banca, também para o final de dezembro de 2015 foram cumpridos, com a geração de receitas suplementares (de 1,5 por cento do PIB) em relação à meta do final de dezembro. Contudo, o impasse político que resultou numa série de mudanças de governos entre agosto de 2015 e junho deste ano, atrasou as avaliações de programa programadas. Também retardou a agenda de reformas estruturais, dado que só conseguimos aplicar quatro dos nove indicadores de referência estruturais previstos até ao final de 2015. O governo reassumiu o compromisso duma aplicação atempada das medidas atrasadas, de acordo com o calendário revisto proposto. Portanto, o governo solicita a conclusão das primeira e segunda avaliações do programa apoiado pela ECF e o desembolso dos respetivos empréstimos, no montante de DSE 5,11 milhões, para além da conclusão da respetiva avaliação das garantias de financiamento, a reformulação dos desembolsos e das respetivas avaliações e as alterações dos critérios de desempenho sobre o crédito bancário interno líquido ao governo central e pagamentos de atrasados externos pelo governo central.

4. A gestão económica e financeira em 2015 foi desafiadora, em parte devido ao impasse político, apesar dos ganhos significativos alcançados na mobilização de receita. Apesar de incipiente, a recuperação da atividade económica após o restabelecimento da regra constitucional em 2014, manteve-se em 2015 e 2016, aproveitando a estabilização das exportações de castanha de caju e um fortalecimento da atividade agrícola, da construção e dos serviços. O crédito ao setor privado teve um crescimento marginal, após um declínio em 2014. Os nossos esforços de administração tributária geraram ganhos consideráveis em 2015, mas o progresso na liquidação de

atrasados internos no contexto de deficiências institucionais desafiadoras, resultaram numa despesa e num défice primário acima do previsto.

5. A nossa execução orçamental depois de assumirmos funções este ano, foi restritiva devido a perda de apoio ao orçamento e das quedas de receita por conta do impasse político. O orçamento de 2016, que [foi submetido à Assembleia], contém, por conseguinte, medidas de geração de receitas (venda de madeira apreendida e aumento da taxa do imposto sobre as vendas de combustíveis importados) e ajustamento da despesa (sobretudo, massa salarial, bens e serviços), conjugada com empréstimos internos. As nossas projeções para 2017 incluem a restrição da política orçamental, que será apoiada por uma vigorosa mobilização de receita e moderação das despesas. Para que isto seja alcançado, continuaremos a fortalecer a administração tributária e o processo de gestão das finanças públicas nas nossas reuniões semanais do comité de tesouraria.

6. O governo anulou o resgate da banca de 2015 que resultou na perda de apoio ao orçamento por parte de parceiros do desenvolvimento e complicou a gestão económica em 2016. Com a intenção de limpar a carteira de empréstimos de dois bancos comerciais assente em empréstimos improdutivos e, portanto, ajudar a revitalizar a intermediação financeira, o governo assumiu estes empréstimos dos bancos em meados de 2015 pelo seu valor original, o que significa um prémio e, portanto, um lucro extraordinário para os bancos. Dados os custos orçamentais associados, a perda de apoio ao orçamento por parte de parceiros do desenvolvimento e a evidente falta de base jurídica suficiente para a operação, anulámos os contratos do resgate – uma decisão que estamos a tentar confirmar em tribunal depois da recusa dos bancos comerciais afetados em desfazer o resgate. Neste contexto, pedimos a Comissão Bancária da UEMOA que realizasse uma inspeção local do sistema bancário e requeresse medidas de correção prudenciais para que os bancos passem a estar em total conformidade com os regulamentos. Seguiremos esta inspeção de perto e aplicaremos as medidas à nossa disposição para fortalecer o setor bancário.

7. O governo acredita que os compromissos assumidos no MPEF anexo são suficientes para que se alcancem os objetivos do programa. Porém, está pronto para tomar quaisquer medidas adicionais que se possam tornar necessárias para este efeito. A fim de se garantir a o sucesso na aplicação do nosso programa económico, manteremos um diálogo político estreito com o FMI e trataremos de obter assistência técnica, na medida do necessário. O governo consultará o FMI sobre a adoção de quaisquer medidas adicionais, antes de qualquer alteração de políticas incluídas no MPEF anexo, de acordo com as políticas de FMI para estes assuntos. Ademais, continuaremos a fornecer ao FMI informações sobre o progresso na aplicação de políticas e reformas no âmbito do programa.

8. O governo autoriza a publicação desta carta, os seus anexos e o respetivo relatório do corpo técnico, inclusivamente a colocação destes documentos no sítio do FMI, de acordo com os seus procedimentos.

Com os melhores cumprimentos,

/s/

Henrique Horta dos Santos  
Ministro da Economia e Finanças  
Guiné-Bissau

Anexos: I. Memorando de Políticas Económicas e Financeiras  
II. Memorando Técnico de Entendimento

## Anexo I. Memorando de Políticas Económicas e Financeiras

Bissau, 8 de novembro de 2016

### I. Contexto

**1. O impasse político do último trimestre de 2015 e do início de 2016 e as incertezas daí decorrentes ameaçavam corroer os avanços alcançados pela Guiné-Bissau no curto período de volta à regra constitucional.** O país virou a página desde esse impasse, que começou com a demissão do governo em meados de agosto de 2015 e de 15 deputados do PAIGC no início deste ano. A situação de segurança tem-se mantido calma e há atualmente um governo em funções, chefiado pelo novo Primeiro-Ministro Baciro Djá. Porém, a tensão política dentro do PAIGC continua a ser o principal risco para a estabilidade, mas pode culminar num governo que inclua os principais partidos políticos, o PAIGC e o PRS. Neste contexto, o atual governo reiterou o seu compromisso com o programa económico e financeiro para 2015–18 apoiado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado (ECF).<sup>1</sup> O objetivo do programa é consolidar a estabilidade macroeconómica e promover as reformas estruturais de apoio ao crescimento inclusivo e à redução da pobreza, além de tratar de problemas de governação.

**2. Este Memorando de Políticas Económicas e Financeiras (MPEF) complementa o MPEF de 20 de junho de 2015.** Apresenta o desempenho em relação aos critérios de desempenho e outras metas previstas no acordo trienal ao abrigo da ECF e descreve as políticas económicas e financeiras, para além das reformas estruturais para 2016 e 2017.

### II. Evolução Económica até ao Fim de 2005

**3. A recuperação económica observada em 2014 e 2015 manteve-se em 2016, apesar das incertezas decorrentes do impasse político.** O ritmo da recuperação teve o apoio de medidas tomadas pelo governo para melhorar o abastecimento de eletricidade, remover barreiras à definição de preços e à exportação de caju (inclusivamente a suspensão da taxa do FUNPI) e amparar a mecanização da produção de arroz. Em paralelo, e antes do impasse político, houve uma expansão das atividades de construção e serviços. Durante a última campanha do caju, o governo aumentou o preço de referência interno do produto para USD 950 por tonelada e intensificou o controlo de fronteiras para minimizar o seu contrabando. Como resultado, as exportações do produto aumentaram de 175 mil toneladas em 2015 para 198 mil toneladas em 2016 e contribuíram significativamente para a mobilização de receita interna. Como consequência destes desenvolvimentos, estima-se que a economia tenha crescido 4,8 por cento em 2015. A inflação média aumentou 1,5 por cento por conta da forte procura agregada, apesar do declínio dos preços mundiais do petróleo.

**4. O saldo da conta corrente externa de transações correntes diminuiu consideravelmente devido à melhoria dos termos de troca em 2015.** Os termos de troca da

<sup>1</sup> [Relatório do FMI nº 15/194. Guiné-Bissau: Pedido de Acordo Trienal ao Abrigo da Facilidade de Crédito Alargado — Relatório do Corpo Técnico.](#)

Guiné-Bissau melhoraram em 45 por cento, com a queda dos preços mundiais dos combustíveis e outros produtos, enquanto o preço da principal exportação do país, a castanha de caju, aumentou 16 por cento. A evolução favorável dos termos de troca ajudou a diminuir o déficit da conta corrente em 2 pontos percentuais do PIB, para 1,25 por cento do PIB no fim de 2015. Assim, a balança de pagamentos registou um excedente significativo que ajudou no acúmulo de reservas.

**5. O sistema bancário está a ser sobrecarregado pelos empréstimos malparados e a baixa intermediação financeira.** O resgate de dois bancos pelo governo em 2015 tinha por objetivo remover os créditos malparados da carteira da banca, para assim reativar o crédito ao setor privado. O governo declarou a nulidade deste resgate. No pós-resgate, o crédito bancário total cresceu 8,5 por cento, entre o final de dezembro de 2015 e o final de junho de 2016 (a uma taxa anualizada de 18 por cento). No final de junho de 2016, o rácio dos empréstimos malparados (EMP) sobre o crédito bruto total era de 7,5 por cento, segundo os balanços dos bancos. Este rácio estaria num nível mais elevado, de cerca de 25 por cento, se não se considerasse o resgate.

**6. Apesar do apoio de parceiros de desenvolvimento em 2015 ter ajudado a melhorar o espaço orçamental e a capacitação, o apoio ao orçamento ficou aquém das expectativas.** Além de ter ajudado o ritmo das reformas estruturais, o programa apoiado pela ECF aprovado pelo Conselho de Administração do FMI para a Guiné-Bissau também catalisou a assistência de outros parceiros de desenvolvimento. Por exemplo, a UE reativou o acordo de compensação financeira para a pesca, enquanto o Banco Africano de Desenvolvimento e o Banco Mundial desembolsaram apoios ao orçamento e a projetos do país. Com efeito, as preocupações acerca da estabilidade política e a falta de avanços nas reformas estruturais – sobretudo, o não cumprimento das metas indicativas necessárias para os desembolsos – reduziram o montante recebido em apoio ao orçamento. Contudo, as atividades de desenvolvimento de capacidade financiadas por parceiros de desenvolvimento ajudaram a apoiar a administração tributária (UE, FMI e Banco Mundial), a gestão das finanças públicas (FMI) e o ambiente de negócios (FMI e Banco Mundial).

### III. Desempenho do Programa em 2015

**7. Todos os critérios de desempenho quantitativos para o final de junho de 2015 e, após a correção motivada pelo resgate à banca, o final de dezembro de 2015 foram cumpridos (Tabela 1).** O limite mínimo (piso) da receita tributária interna total foi excedido no final de junho e de dezembro em margens consideráveis devido a uma expansão da atividade económica acima das previsões e uma administração tributária vigilante. Enquanto o limite máximo (teto) do final de junho para o crédito interno ao governo central foi facilmente cumprido depois do ajuste decorrente da liquidação do excesso de atrasados internos, o teto ajustado do final de dezembro só foi cumprido após se considerar a queda do apoio ao orçamento (que implicou a substituição do financiamento interno por financiamento externo) e a correção referente ao resgate da banca. Os novos empréstimos externos em condições não concessionais e de curto prazo ou a sua garantia foram compatíveis com os respetivos tetos zero previstos no programa. O governo honrou todas as obrigações de serviço da dívida externa e continua a tentar reestruturar e/ou simplesmente cancelar dívidas que estão a ser discutidas com credores bilaterais.

**8. As receitas tributárias ficaram muito acima das previsões, denotando as várias medidas iniciadas durante 2015.** O governo limitou os subsídios aos combustíveis às forças armadas, melhorou o cumprimento de obrigações fiscais pelos grandes contribuintes e intensificou o controlo alfandegário para conter a fraude e a subfaturação por parte dos importadores. Conjugadas com a intensificação da vigilância da administração tributária e uma atividade económica florescente, estas medidas aumentarão a cobrança de impostos para FCFA 31,7 mil milhões no final de junho de (cerca de 21 por cento acima da meta do programa) e FCFA 61,9 mil milhões no final de dezembro (10 por cento do PIB e 10 por cento acima do piso do CD para o fim do exercício).

**9. Simultaneamente, a execução orçamental ficou aquém das previsões e enfraqueceu a política orçamental em 2015.** As despesas não salariais aumentaram durante o ano, motivado sobretudo pelos aumentos em outras despesas corrente, elevando a despesa corrente para cerca de 0,9 por cento do PIB acima da previsão do programa. Por outro lado, a despesa de investimento superou as expectativas em 0,8 por cento do PIB por conta dos donativos a projetos de investimento público acima do programado. Em virtude destes desenvolvimentos, o défice interno primário superou as metas do meio e do final do ano (1,1 por cento do PIB no fim de 2015). Todavia, o aumento da despesa foi compensado pelo desempenho surpreendente da receita, gerando um défice interno primário acima das previsões, de 1,5 por cento do PIB.

**10. Apenas uma das quatro metas indicativas quantitativas definidas para o final de junho e o fim dezembro foi cumprida nas datas previstas.** Com os esforços do governo para liquidar atrasados internos históricos e evitar novos (meta indicativa do programa), conjugados com o problema persistente das despesas não tituladas (meta indicativa), superou-se a meta indicativa quantitativa do final de junho para o saldo primário interno (Tabela 1). Ao mesmo tempo, o piso indicativo para as despesas relacionadas à pobreza (sociais e prioritárias) totalizou FCFA 20,0 mil milhões, cerca de FCFA 7,1 mil milhões acima da meta do final de junho, denotando um investimento em áreas sociais acima do previsto no programa. O desempenho manteve-se estável até no final de dezembro, uma vez que só a meta de despesas sociais e prioritárias foi observada; os tetos das despesas não tituladas e de novos atrasados internos foram ultrapassados, tal como o piso do saldo primário interno.

**11. Dos nove indicadores estruturais de referência previstos para o final de 2015, quatro foram implementados ao abrigo do programa, tal como previsto, enquanto dois não o foram e outros três registaram atrasos ou foram parcialmente implementados, também devido ao impasse político (Tabela 4a).** As medidas não cumpridas, cuja conclusão estava marcada para o final de dezembro de 2015, relacionam-se i) à elaboração dum plano estratégico de melhoria das infraestruturas e das condições de trabalho dos funcionários da administração tributária e alfandegária e ii) à implementação dum regime de pequenos contribuintes. As medidas restantes foram implementadas da seguinte forma:

- Implantar um posto intracomercial em Safim para reconciliar os dados das mercadorias nas faturas com o conteúdo efetivo das cargas (cumprida como previsto).
- O governo preparou uma tabela mensal contínua de projeção do fluxo de caixa coerente com o orçamento de 2015 (cumprida como previsto);

- O governo preparou relatórios trimestrais sobre a execução do programa de investimento público (PIP) e os compromissos, os acordos e os desembolsos da dívida externa previstos – ambos para o final de dezembro, conforme previsto para as operações da primeira metade 2015 (cumprida como previsto); e
- Os indicadores estruturais de referência que não foram cumpridos, mas foram implementados com atraso no final de dezembro de 2015 incluem: i) a reinstalação do sistema informático de gestão da dívida – concluído com atraso no final de outubro de 2015. Porém, apesar do sistema auxiliar na análise do *stock* e do calendário do serviço da dívida, o fornecedor do *software* lançou uma nova versão e parou de dar assistência à anterior; estamos a tentar atualizá-lo para a nova versão. ii) transição para o pagamento de salários através do sistema bancário para todos os funcionários públicos. As autoridades alargaram o pagamento de salários via sistema bancário a todos os seus colaboradores apenas no final de outubro de 2015; e iii) o governo realizou, apesar do atraso, uma auditoria internacional e abrangente do Fundo de Promoção da Industrialização de Produtos Agrícolas (FUNPI) em [março de] 2016 (IRE de setembro de 2015). O resultado da auditoria deverá ser publicado após aprovação parlamentar.

## IV. Perspetivas e Políticas Económicas para 2016–17

### A. Perspetivas Económicas

**12. As perspetivas macroeconómicas continuam a ser favoráveis, apesar dos riscos de deterioração.** O quadro macroeconómico atualizado prevê que o crescimento do PIB real avance 4,5 por cento ao ano em 2016–17, em linha com a esperada forte expansão continuada da atividade na agricultura, na construção e nos serviços, apoiada pelas melhorias no abastecimento de energia e de água. Sustentadas por termos de troca favoráveis e pelo propício aumento do seu preço de referência, de USD 900 para USD 950 por quilograma, as exportações de caju atingiram 198 mil toneladas na temporada de 2016 e a prevê-se que 2017 também seja um ano forte, o que poderá ajudar a reduzir o défice da conta corrente para 0,3 por cento do PIB em 2016 e 1 por cento em 2017. A esperada expansão da produção beneficiar-se-ia do aumento do investimento bruto de 13 por cento do PIB ao ano, em média, em 2016–17, sustentado, na sua maioria, pela componente pública. O governo planeia prosseguir com projetos de infraestruturas, incluindo a construção de linhas de alta tensão para aceder ao abastecimento de energia de países vizinhos e reduzir a crónica escassez de energia, e expandir a rede de estradas do país. A inflação dos preços ao consumidor no período deverá ficar em 2,3 por cento em média (abaixo dos 3 por cento previstos nos critérios de convergência da UEMOA), à medida que a procura interna melhora com o aumento dos rendimentos. A expansão na atividade económica continua a se dever principalmente à recuperação após o declínio de 2012 e, portanto, não deverá criar procura excessiva em 2016–17.

**13. A recente recuperação da intermediação financeira emergente deverá se manter em 2016 por conta duma perspetiva positiva para a campanha do caju de 2016–17.** O BCEAO continuará a fortalecer a supervisão bancária com a aplicação rigorosa de normas prudenciais e a tentativa de fortalecê-las em colaboração com a Comissão Bancária da UEMOA, sobretudo devido às consequências da recente anulação da operação de resgate à banca de 2015. O capital mínimo

exigido dos bancos deverá duplicar até meados de 2017, para FCFA 10 mil milhões, para todos os bancos da região.

## B. Políticas Económicas

**14. Depois de nove meses difíceis, o objetivo do programa até ao final de 2017 é retomar uma gestão financeira sólida que estimule a estabilidade macroeconómica e melhore o crescimento económico no médio prazo, apoiando a criação de empregos e a redução da pobreza.** Para atingir estes objetivos, o governo terá de revitalizar a gestão sólida das finanças públicas e acelerar as reformas estruturais na administração tributária e na gestão da dívida em particular, o que deverá ajudar a libertar e a expandir os recursos orçamentais necessários para melhorar os serviços sociais e desenvolver as infraestruturas básicas. O governo continuará a centrar-se na melhoria do ambiente de negócios e a promover a transparência das políticas, a boa governação e o respeito pelo estado de direito, de forma a resgatar a confiança das famílias, dos investidores privados e dos parceiros de desenvolvimento.

**15. A aprovação do programa económico do governo para 2016, que é coerente com o seu programa de desenvolvimento de médio prazo (2014-18), foi paralisada por uma decisão do Supremo Tribunal de Justiça.** Este Tribunal julgou inconstitucional o órgão parlamentar que tinha aprovado uma versão anterior em janeiro de 2016. O programa é a principal referência para as políticas económicas e financeiras do país em 2016–17 e abarca três níveis de intervenção:

- i) um Programa de Ação de Impacto Imediato; ii) um Programa de Contingência, e iii) um Plano Estratégico e Operacional de Desenvolvimento.
- O programa económico procura: i) abordar os problemas mais prementes que afetam as diversas entidades públicas com soluções rápidas (programa de ação de impacto imediato); ii) rever vários contratos, obrigações e atos assinados pelo estado ou nos quais o estado tem participação e que requerem clarificação, inclusivamente em áreas como extração de recursos naturais (fosfatos, bauxite e areias pesadas e petróleo), serviços públicos de energia e água (EAGB), telecomunicações, o FUNPI e fundos autónomos (programa de contingência); e iii) alterar o quadro macroeconómico, social e político do país que afeta negativamente o seu desenvolvimento humano. Os principais elementos do Plano Estratégico e Operacional de Desenvolvimento do país são o desenvolvimento de infraestruturas, a industrialização e a urbanização.
- O governo prevê que o programa irá i) apoiar o crescimento através da prossecução de políticas económicas prudentes, dando preferência às despesas sociais prioritárias e em infraestruturas de forma a reduzir a pobreza; ii) melhorar a gestão das finanças públicas e expandir o espaço orçamental através de administração tributária eficaz e da melhoria da gestão de despesas; e iii) contribuir para a modernização do ambiente de negócios para incentivar o desenvolvimento do setor privado e melhorar a competitividade.

### Políticas fiscais

**16. A crise política criou desafios orçamentais consideráveis em 2016, uma vez que a perda de 2,6 por cento do PIB em apoio ao orçamento obrigou a que fizessem ajustamentos**



**substanciais de despesas.** O orçamento de 2016, que foi apresentado à Assembleia Nacional (ação anterior) inclui custos relativos a realizações de passivos contingentes de 1,5 por cento do PIB relacionados a garantias da Guiné Telecom e 0,8 por cento do PIB relacionados à EAGB e à redução de recursos devido à perda de apoio ao orçamento (2,6 por cento do PIB) de parceiros de desenvolvimento. Ademais, tendo em conta as falhas na gestão de despesas e um desempenho ligeiramente mais fraco da receita em termos nominais, o orçamento apresenta reduções das despesas com salários, bens e serviços e do investimento com financiamento interno, o que ajuda a reduzir o impacto dos choques orçamentais negativos no saldo global. Apesar destas medidas, o orçamento pressupõe um déficit primário mais elevado (1,5 por cento do PIB) em relação às previsões anteriores no âmbito do programa.

**17. Será necessária receita extraordinária em 2016 por conta das falhas na gestão das despesas e a perda de apoio ao orçamento.** A projeção de receita interna, excluindo receitas pontuais, é de 12,4 por cento do PIB em 2016, ligeiramente inferior ao programa original (12,5 por cento do PIB) e representa uma queda em relação a 2015 (13,2 por cento do PIB). Esta queda reflete em larga medida as dificuldades na mobilização de receitas que advêm da crise política em curso. Contudo, as medidas de geração de receitas mencionadas acima, incluindo a venda expedita de madeira ilegal apreendida (0,9 por cento do PIB), e medidas chave de administração tributária para incentivar a regularidade fiscal trouxeram algum alívio ao espaço orçamental.

**18. O orçamento de 2016 é em grande parte financiado por fontes internas, uma vez que o externo fica muito aquém das expectativas iniciais.** Por conseguinte, o objetivo é obter crédito líquido de bancos nacionais e no mercado de valores mobiliário regional (2,3 por cento do PIB no total) para cobrir a queda do apoio ao orçamento. A gestão das finanças públicas ainda é um desafio, apesar do avanço no funcionamento **do comité de tesouraria**, o que conduziu ao aumento dos atrasados internos. Para minimizar/evitar o acúmulo de atrasados internos e conter o peso da dívida interna, o governo está pronto para reduzir as despesas em itens não prioritários e o investimento financiado internamente, caso faltem recursos orçamentais. Ademais, o governo está empenhado em aplicar as receitas extraordinárias acima do orçamento de ambos os exercícios na redução do *stock* de atrasados internos.

**19. A política orçamental será mais restritiva em 2017 para ajustar se parcialmente ao acúmulo de dívidas em 2015 e 2016 devido aos choques externos.** As projeções para 2017 visam restringir a política orçamental em relação ao programa, e preveem um excedente interno primário de 0,1 por cento do PIB. Isto é resultado da combinação de receitas mais altas, menos as receitas pontuais, e da diminuição das despesas em relação ao programa e em 2016, o que conduzirá ao acúmulo líquido de depósitos em 2017 e a um CLG de 0,5 por cento do PIB (CD proposto) para compensar, em parte, o aumento dos empréstimos em 2015 e 2016 provocado pela queda no apoio ao orçamento.

### **Medidas para melhorar a Gestão das Finanças Públicas**

**20. O governo continuará a melhorar a gestão das finanças públicas, em particular, fortalecendo o funcionamento do comité de tesouraria e adotando um plano de tesouraria como base da disciplina orçamental.** As reuniões semanais do comité de tesouraria ajudarão a alinhar as despesas com os recursos disponíveis (redefinição de prioridades, se necessário) e a

monitorizar a conformidade com regras de GFP ao longo da cadeia de despesas. Neste contexto, o governo irá reduzir cada vez mais o recurso a despesas não tituladas (DNT) e o acúmulo de atrasados a fornecedores e empreiteiros nacionais (Tabelas 2 e 3). Para tal, irá:

- Criar e aplicar, através dum decreto ministerial, uma “lista negativa” que descreva em detalhe as despesas e os pagamentos que não podem ser processados como DNT;
- Introduzir um limite contínuo de FCFA 1 mil milhões sobre o *stock* da dívida e um limite trimestral de 1 por cento da despesa corrente, conforme previsto no Plano de Tesouraria, sobre o *fluxo* de DNT (para proteger a cadeia de execução orçamental e assegurar a disponibilidade de recursos para mandatos emitidos de forma a evitar o acúmulo de atrasados);
- Preparar títulos e emitir mandatos no começo de cada mês para antecipar DNT pagas através do sistema bancário e ajustar o *resto por pagar*, deduzindo os pagamentos proporcionalmente, até que a despesa esteja totalmente paga;
- Incumbir e apetrechar o comité de tesouraria com o mandato de acompanhar as DNT e assegurar a regularização atempada destas despesas. Fornecer informações sobre o uso de DNT à reunião semanal do comité de tesouraria para a racionalização de despesas e confirmar a sua regularização;
- Exigir a utilização, pela Direção do Tesouro, da aplicação SIGFIP que regista automaticamente os pagamentos de DNT na Direção de Orçamento, facilitando assim a sua regularização;
- Incluir uma secção nos relatórios do comité de tesouraria para a avaliação da prestação de dados a esta comissão e a denúncia de irregularidades, alegando incumprimento;
- Continuar a preparar e a rever a tabela mensal contínua de projecção do fluxo de caixa do Tesouro compatível com o orçamento de 2016 (IRE para julho de 2015 e mensal daí em diante; Tabela 4a). O governo também assegurará que as projeções do fluxo de caixa e a execução orçamental são relatadas nas reuniões semanais do comité de tesouraria;
- Preparar uma lista dos tipos de receitas de fonte própria (incluindo os valores de 2015) cobradas por ministérios, direções e agências públicas (IRE proposto para dezembro de 2016; Tabela 4b) em preparação para a planeada Conta Única do Tesouro. (Para tal, o governo solicitou e recebeu dos bancos nacionais uma lista de todas as suas contas e está a cruzar essa lista com as informações das contas prestadas por ministérios, direções e agências públicas de forma a avaliar o cumprimento voluntário);
- Continuar a fortalecer a gestão de tesouraria mediante a melhoria dos processos contabilísticos, através dum sistema de partidas dobradas e a utilização do módulo contabilístico do SIGFIP (sistema integrado de finanças públicas); e
- Preparar relatórios trimestrais atempados sobre execução orçamental (IRE proposto para dezembro de 2016 e trimestral daí em diante; Tabela 4b). A execução orçamental será orientada pelos nossos planos de despesa, apoiados por concursos públicos abertos e transparentes.

- Preparar relatórios trimestrais sobre a execução do PIP.

**21. O governo irá priorizar medidas para fortalecer a melhoria da capacidade e elaborar e controlar planos de ação com prazos fixos para a aplicação atempada das recomendações da AT.** A este respeito, o governo criará uma unidade, ou atribuirá esta tarefa a uma unidade existente, encarregada com a responsabilidade de identificar necessidades de assistência técnica e ajudar a aplicar recomendações das missões de AT. A unidade incluirá consultores estrangeiros de longo prazo e peritos locais para trabalho em conjunto com funcionários públicos nos organismos públicos afetados. Também ajudará a fornecer formação para se transferirem o conhecimento e a especialização necessários à utilização eficaz das recomendações de AT.

### Medidas do lado da receita

**22. A mobilização de receitas internas continuará a aproveitar as medidas para alargar a base tributária e fortalecer administração tributária.** Para 2016 e daí em diante, o governo assegurará o cumprimento da meta de receita com a aplicação das seguintes medidas:

- Após a conclusão da intervenção, introduzir uma nova fatura de venda harmonizada, a começar pelas grandes empresas até dezembro de 2016, para os contribuintes médios até março de 2017 e, finalmente, para os restantes contribuintes até junho de 2017;
- Introduzir um sistema de acesso para as redes de comunicação, que facilitará o controlo dos impostos e a monitorização da regularidade fiscal na estratégia de comunicação;
- Preparar um projeto de lei para o novo regime de pequenos contribuintes com a assistência técnica do FMI, de forma a facilitar a sua regularidade fiscal (dezembro de 2017);
- Após compilar a lista de 5.412 contribuintes e atribuir números de identificação fiscal a 28 por cento deles, alcançar 75 por cento de atribuição até dezembro de 2016 e 100 por cento até março de 2017;
- Após uma mudança significativa do pessoal, com a substituição de funcionários mal preparados e ociosos por novos, contratados por meio de concursos realizados com apoio de AT do FMI, fornecer urgentemente espaço de trabalho adequado para os novos funcionários de impostos e acomodar os equipamentos e as mobílias fornecidos através dum projeto do Banco Mundial;
- Exigir a certidão de quitação de impostos previsto em lei para todos os contratos e pagamentos realizados pelo governo (dezembro de 2016). Aplicar o imposto retido na fonte previsto em lei para todas as reformas e remunerações adicionais, incluindo subsídios (dezembro de 2016); e aplicar a compensação de créditos do estado prevista na Lei n.º 3/2015, especialmente impostos atrasados, com pagamentos a realizar por este (dezembro de 2016);
- Eliminar os processos de desembaraço aduaneiro especiais sem o devido lançamento no SYDONIA antes da sua realização e garantir a automatização total dos processos da operação de emissão de relatórios dentro do sistema; e

- Continuar a minimizar as isenções fiscais e aperfeiçoar os subsídios. A este respeito, o governo continuará a utilizar a comissão de isenções para identificar e quantificar o valor dos subsídios e das isenções e reitera o compromisso de avaliar os seus impactos sobre os mais pobres e de contabilizá-los com transparência no orçamento.

## **Políticas de contração de empréstimos e gestão da dívida**

**23. O governo continuará a priorizar donativos e o financiamento concessional para salvaguardar a sustentabilidade da dívida de longo prazo.** O sistema informático de gestão a dívida que era utilizado para detetar o acúmulo de dívidas e obrigações do serviço da dívida, de modo eliminar atrasos nos pagamentos, foi reinstalado (IRE para julho de 2015; Tabela 4a) até à recente atualização do programa pelo fornecedor e à consequente perda de assistência por parte deste. O programa será atualizado para a versão mais recente (SYGADE 6.0) e a assistência do fornecedor será reposta. Ao mesmo tempo, continuaremos a fortalecer a comunicação entre a unidade de gestão da dívida e o Tesouro, além de mantermos a formação contínua dos quadros dessa unidade para eliminar deficiências de capacidade. Ademais, o governo está em negociações com os seus credores bilaterais (membros e não membros do Clube de Paris) sobre a dívida cuja reestruturação ou simples cancelamento está a ser discutido. Isto inclui esforços para formalizar acordos como o Brasil, a Rússia e Angola e iniciar negociações com os EAU, a Líbia, o Paquistão e Taiwan, Província da China. O governo está a cumprir as restantes obrigações da dívida externa.

**24. A gestão da dívida interna será reforçada em três frentes principais para assegurar a contabilização precisa e o serviço atempado da dívida.** Primeiro, reiniciaremos o inventário de todos os contratos relativos à dívida interna e à garantia dessas dívidas assinados pelo governo, para incluir as dívidas e o seu reembolso na base de dados da dívida pública. A este respeito, estão prontos os Termos de Referência para auditar e validar os atrasados internos de 2008–12; os resultados da auditoria estão previstos para o [fim do ano], e logo de seguida elaboraremos uma estratégia de reembolso para liquidar estes atrasados depois da compensação de quaisquer passivos fiscais dos beneficiários. Segundo, o governo continuará a negociar uma componente de donativos mais elevada na contração de empréstimos do Banco Oeste Africano de Desenvolvimento (BOAD). Também garantimos que serão refletidos de forma transparente nos planos de empréstimo e nos orçamentos anuais. Terceiro, de forma a reduzir o peso financeiro dos empréstimos temporários, as necessidades de liquidez de curto prazo serão financiadas com a emissão de bilhetes do tesouro. Se houver a necessidade de financiamento de bancos comerciais, todos esses empréstimos serão, na medida do possível, realizados através de leilões transparentes.

**25. Continuaremos a fortalecer a gestão do investimento público mediante avaliações e relatórios frequentes sobre a execução de projetos (ver ¶[20] acima).** Para assegurar uma contração prudente e contínua de empréstimos para financiar necessidades sociais e de infraestruturas, os projetos de investimento serão cuidadosamente priorizados para garantir a sustentabilidade da dívida e a coerência com os objetivos nacionais de longo prazo antes da sua inclusão nos planos de empréstimo anuais. Ademais, será solicitada ao FMI uma missão de Avaliação da Gestão do Investimento Público (PIMA) para avaliar a força das nossas instituições fiscais em termos de

gestão do investimento público, de forma a melhorar a eficiência desse investimento e tomarmos medidas de acordo com as suas recomendações.

**26. Para melhorar a transparência e a responsabilização, o governo já redigiu um decreto que define a autoridade para a emissão de dívida e o processo de prestação de garantias do estado, reempréstimos e a assunção de grandes passivos fora do processo orçamental.** A versão final deste decreto será submetida à aprovação do Conselho de Ministros até ao final de dezembro de 2016. O decreto fará com que as práticas de gestão da dívida da Guiné-Bissau fiquem compatíveis com o regulamento de gestão da dívida da UEMOA (Regulamento 09/2007/CM/UEMOA).

### **Políticas do setor financeiro**

**27. Ao reconhecer que um sistema bancário saudável e cumpridor é essencial para o aprofundamento financeiro e o crescimento económico, o governo recomenda a adoção e a implementação de planos de medidas corretivas.** Para tal e ao declarar a nulidade dos contratos de resgate com os bancos, o governo espera que a Comissão Bancária realize de imediato inspeções diretas dos bancos para avaliar a saúde do sistema bancário e exigir que as instituições incumpridoras das normas regulamentares preparem planos de ação com prazo fixos para corrigir essas violações. Estamos totalmente empenhados em tomar as medidas necessárias para assegurar que tais planos serão implementados.

**28. O governo continua empenhado em fortalecer a legislação sobre falências e melhorar o clima de negócios.** Com a ajuda de parceiros de desenvolvimento, o governo continuará a envidar esforços destinados a desenvolver os mercados financeiros (inclusivamente para as PME), fortalecer a aplicação de contrato e melhorar o ambiente de negócios para os bancos. Ademais, i) implementará a nova ação harmonizada sobre processos coletivos da OHADA para agilizar a cobrança de garantias, ii) fortalecerá a legislação das falências e iii) aplicará medidas destinadas a assegurar o registo de preços reais pagos em transações imobiliárias e evitar pagamentos em numerário.

### **C. Outras Reformas Estruturais**

**29. O governo continua empenhado na reforma do setor de defesa e segurança, mas ainda não conseguiu levar adiante a desmobilização e a reintegração de soldados.** O primeiro grupo de 500 soldados não foi tratado tal como era pretendido no quadro do programa devido a instabilidade política persistente e à falta de recursos para a campanha de consciencialização pública. O governo criou um fundo de pensão especial com um custo estimado de USD 82 milhões destinado aos 2.500 efetivos da defesa e segurança que serão desmobilizados e reintegrados gradualmente no prazo de cinco anos. Para facilitar uma reforma mais lata do setor de defesa e segurança e apoiar o fundo de pensão, a comissão da CEDEAO afetou USD 63 milhões e deverá finalizar uma modalidade revista da reforma com o governo. O fundo de construção da paz da ONU também depositou USD 1,1 milhões no Fundo de Pensão, enquanto o governo fez um depósito inicial de USD 90 mil. Garantiremos o financiamento da consciencialização e continuaremos a envolver parceiros para garantir recursos adicionais para facilitar o processo.

**30. O governo irá preparar planos de auditoria para todas as empresas públicas (EP) e fundos autónomos para fortalecer a supervisão e a prestação de serviços.** Em relação à monitorização da EAGB, exigiremos a apresentação de relatórios que pormenorizem os seus fluxos financeiros para o exercício de 2015, os primeiros três trimestres de 2016 e, daí em diante, relatórios mensais a partir de outubro de 2016 (IRE para o final de dezembro de 2016). Para sustentar a posição financeira da EAGB, o governo autorizou a sua reestruturação para se tornar uma entidade autónoma. Por conseguinte, as suas contas e os seus processos contabilísticos foram divididos em água e eletricidade, criou-se um organismo regulamentar para a supervisão total do setor elétrico, o recém-aprovado estatuto da EAGB foi posto em prática, foi nomeado um novo Conselho, com reuniões mensais, e a legislação aplicável para permitir a participação do setor privado no mercado foi revista. Esta permitirá às empresas privadas operar e manter ativos de geração para assegurar um abastecimento de energia fiável e as operações da EAGB foram adjudicadas a uma firma de gestão.

### **Melhorar as estatísticas económicas**

**31. O governo continua a melhorar a compilação de estatísticas com a AT do FMI e doutros parceiros de desenvolvimento.** Para fortalecer a utilização das recomendações da AT, o governo criará uma unidade encarregada de identificar necessidades de assistência técnica e ajudar a aplicar recomendações relacionadas a dados (ver ¶19). Instituímos reuniões regulares entre o BCEAO, a Agência Nacional do Caju (ANCA), o Ministério da Agricultura, o Ministério do Comércio e o Instituto Nacional de Estatística (INE) para reconciliar as estatísticas oficiais, em particular as da produção e exportação para fins do cálculo do rendimento nacional e as estatísticas da balança de pagamentos. Ademais, o governo garantiu financiamento para a realização dum inquérito do setor agrícola, incluindo o caju e a cultura cerealífera, e estamos a avaliar uma estratégia para a melhoria da produtividade e da transformação com base nos resultados da auditoria do FUNPI (IRE para junho de 2017). O governo, com a ajuda dos seus parceiros de desenvolvimento, está a realizar um inquérito às empresas que irá ajudar a melhorar a qualidade dos dados sobre agregados económicos. [Para tal, o governo nomeou o Ministério da Agricultura como o responsável legal pela divulgação de dados agrícolas, inclusivamente dados sobre a produção de caju]. O governo continuará a fornecer ao corpo técnico do FMI informações relevantes (conforme definido no Memorando Técnico de Entendimento (MTE) anexo) para que possa avaliar o desempenho no âmbito do programa apoiado pela ECF.

### **Combate à corrupção e à procura de rendas improdutivas**

**32. O governo aproveitará os seus esforços atuais para lidar com a corrupção e a procura de rendas improdutivas.** Será dada autonomia e recursos suficientes ao Centro Nacional de Tratamento de Informação Financeira (CENTIF) para exercer o seu mandato, para além de assegurar a ratificação adequada das declarações de ativos de altos funcionários públicos. O quadro de Combate ao Branqueamento de Capitais/Financiamento do Terrorismo (CBC/FT) também será fortalecido e mobilizado eficazmente para ajudar a detetar, processar e dissuadir crimes relacionados à corrupção e ao contrabando dentro do quadro da lei de CBC/FT da UEMOA. O Conselho de Ministros aprovou, para este efeito, o plano de estratégia nacional de CBC/FT, o qual foi apresentado à Assembleia Nacional para aprovação. Este plano de estratégia adequará o nosso quadro às normas do GAFI de 2012. Ademais, leis

e processos de concursos públicos serão aplicados com rigor e os infratores serão processados com rapidez para dissuadir e erradicar a procura de rendas improdutivas nos setores público e privado. Após uma missão de AT de diagnóstico do FMI, o governo tomará as medidas adequadas para atenuar o risco de branqueamento de capitais em áreas identificadas pela missão.

## V. Monitorização do Programa

**33. O programa continuará sujeito a monitorização semestral pelo Conselho de Administração do FMI com base em critérios de desempenho quantitativos, metas indicativas e indicadores estruturais de referência (Tabelas 2-4).** Os critérios de desempenho para o final de dezembro de 2016 e o final de junho de 2017 estão a ser propostos e foi solicitada a modificação dos critérios sobre crédito bancário interno líquido ao governo central e o pagamento de atrasados externos do governo central, para além do reescalonamento dos desembolsos e das respetivas avaliações. Os critérios de desempenho e os indicadores estão definidos no Memorando Técnico de Entendimento (MTE) anexo, junto com os ajustes pertinentes. A terceira avaliação do programa basear-se-á nos critérios de desempenho para o final de dezembro de 2016 e a sua conclusão está prevista para 15 de abril de 2017. A quarta avaliação do programa basear-se-á nos critérios de desempenho para o final de junho de 2017 e a sua conclusão está prevista para 15 de outubro de 2017. A quinta avaliação (a última depois do reescalonamento dos desembolsos e da redução no número de avaliações tendo em vista os atrasos na implementação do programa) basear-se-á nos critérios de desempenho para o fim de dezembro de 2017 e a sua conclusão está prevista para 15 de abril de 2018 ou após esta data. Por conseguinte, o governo compromete-se:

- A abster-se de acumular novos atrasados interno (MI) para além dos especificados no MTE e de contrair empréstimos externos não concessionais;
- A não criar ou aumentar restrições sobre pagamentos e transferências relacionadas a transações correntes internacionais, celebrar quaisquer acordos de pagamento bilaterais que não esteja de acordo com o Artigo VIII do Convénio Constitutivo do FMI ou impor ou intensificar restrições às importações para fins de balança de pagamentos; e
- A adotar quaisquer medidas financeiras e estruturais adicionais que se façam necessárias, para assegurar o êxito das suas políticas, apenas em consulta com o FMI.

**Tabela 1. Guiné-Bissau: Critérios de Desempenho Quantitativos e Metas Indicativas para 2015**  
(Acumulado desde o início do ano civil até ao fim do mês indicado; em mil milhões de FCFA, salvo indicação em contrário)

	Dez. 2014	2015											
		Junho				Set. <sup>1</sup>				Dez.			
		Stock	Prog.	Aju. Prog.	Efet.	Situação	Prog.	Aju. Prog.	Efet.	Situação	Prog.	Aju. Prog.	Efet.
<b>Critérios de desempenho<sup>1</sup></b>													
Total da receita fiscal interna (piso)	44.2	26.2	...	31.7	Cumpr.	40.7	...	49.7	Cumpr.	53.3	...	61.9	Cumpr.
Crédito bancário interno líquido ao governo central (teto)	2.7	8.2	10.2	9.2	Cumpr.	7.9	9.1	12.1	Não cumpr.	4.4	11.5	11.5	Cumpr.
Teto da dívida externa não concessional (milhões de USD) <sup>2</sup>	0.0	0.0	...	0.0	Cumpr.	0.0	...	0.0	Cumpr.	0.0	...	0.0	Cumpr.
Saldo da dívida externa contraída ou garantida pelo governo central com maturidades inferiores a um ano (teto) <sup>2</sup>	0.0	0.0	...	0.0	Cumpr.	0.0	...	0.0	Cumpr.	0.0	...	0.0	Cumpr.
Atrasados de pagamentos externos (piso) <sup>2</sup>	0.9	0.0	...	0.0	Cumpr.	0.0	...	0.0	Cumpr.	0.0	...	0.0	Cumpr.
<b>Metas indicativas</b>													
Novos atrasados internos (teto)	...	0.0	...	0.2	Não cumpr.	0.0	...	3.0	Não cumpr.	0.0	...	1.3	Não cumpr.
Despesas sociais e prioritários (piso)	21.3	12.9	...	20.0	Cumpr.	19.4	...	27.4	Cumpr.	25.8	...	36.5	Cumpr.
Saldo primário interno (base de compromissos, piso)	-19.4	-2.6	...	-2.9	Não cumpr.	-6.0	...	-6.6	Não cumpr.	-6.5	...	-9.3	Não cumpr.
Despesas não tituladas (DNT, teto)	...	0.4	...	4.8	Não cumpr.	0.6	...	0.4	Cumpr.	0.8	...	2.7	Não cumpr.
<i>Por memória:</i>													
Liquidação de atrasados de pagamentos internos	...	4.3	...	6.6		6.0	...	7.4		8.10	...	7.4	
Apoio orçamental externo (milhões de USD) <sup>3</sup>	24.0	7.6	...	7.0		15.8	...	7.0		23.6	...	19.5	
Desembolsos ECF (milhões de DSE, fluxo) <sup>4</sup>	10.8	0.0	...	0.0		2.84	...	2.84		2.84	...	0.0	

<sup>1</sup> Os critérios de desempenho e as metas indicativas são definidos no Memorando Técnico de Entendimento (MTE); as metas para o final de setembro de 2015 e final de março de 2016 são indicativas.

<sup>2</sup> Aplicáveis em bases contínuas.

<sup>3</sup> Inclui donativos e empréstimos.

<sup>4</sup> Propõe-se um desembolso de 20% da quota (DSE 2,84 milhões) aquando da aprovação do acordo ECF pelo Conselho em julho.



**Tabela 2. Guiné-Bissau: Critérios de Desempenho Quantitativos e Metas Indicativas Propostos para 2016**

(Acumulado desde o início do ano civil até ao fim do mês indicado; em mil milhões de FCFA, salvo indicação em contrário)

	Dez. 2015	2016					CD proposto
		Mar. 1/		Jun.	Set. 1/	Dez.	
	Stock	MI	Prel.	MI	Prel.	Proj.	
<b>Critérios de desempenho<sup>1</sup></b>							
Total da receita fiscal interna (piso)	61.9	15.7	10.4	31.5	31.2	49.6	61.4
Crédito bancário interno líquido ao governo central (teto)	11.5	0.0	6.4	0.0	19.3	19.8	15.4
Teto da dívida externa não concessional (milhões de USD) <sup>2</sup>	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Saldo da dívida externa contraída ou garantida pelo governo central com maturidades inferiores a um ano (teto) <sup>2</sup>	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Atrasados de pagamentos externos (piso) <sup>2</sup>	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
<b>Metas indicativas</b>							
Novos atrasados internos (teto)	1.3	0.0	0.0	0.0	4.6	6.6	6.6
Despesas sociais e prioritárias (piso)	36.5	7.7	6.0	21.7	12.9	23.2	31.0
Saldo primário interno (base de compromissos, piso)	-9.3	-0.7	-7.1	-1.3	-15.8	-9.4	-11.2
Despesas não tituladas (DNT, teto)	2.7	0.2	2.1	0.4	7.8	1.0	2.0
<i>Por memória:</i>							
Liquidação de atrasados de pagamentos internos	7.4	0.8	3.3	1.8	6.4	5.7	7.0
Apoio orçamental externo (milhões de USD) <sup>3</sup>	19.5	5.9	0.0	9.2	0.0	1.7	1.7
Desembolsos ECF (milhões de DSE, fluxo) <sup>4</sup>	0.0	0.0	0.0	2.3	0.0	0.0	5.1
Empréstimos concessionais (milhões de USD) <sup>5</sup>	21.1	6.1	1.8	12.3	5.4	5.4	12.5

<sup>1</sup> Os critérios de desempenho e as metas indicativas são definidos no Memorando Técnico de Entendimento (MTE). As metas para final de março, final de junho e final de setembro são indicativas, enquanto as do final de dezembro são critérios de desempenho propostos.

<sup>2</sup> Aplicáveis em bases contínuas.

<sup>3</sup> Inclui donativos e empréstimos.

<sup>4</sup> Reflete o novo calendário de desembolsos proposto.

<sup>5</sup> Estes incluem empréstimos para projetos com uma componente de donativos superior ou igual a 35%.

**Tabela 3. Guiné-Bissau: Critérios Quantitativos de Desempenho e Metas Indicativas Propostos para 2017**

(Acumulado desde o início do ano civil até ao fim do mês indicado; em mil milhões de FCFA, salvo indicação em contrário)

	Dez. 2016 Proj.	2017			
		Mar. 1/ Proj.	Jun. CD proposto	Set. 1/ Proj.	Dez. 1/ Proj.
<b>Critérios de desempenho<sup>1</sup></b>					
Total da receita fiscal interna (piso)	61.4	16.3	32.6	48.9	65.2
Crédito bancário interno líquido ao governo central (teto)	15.4	8.0	7.2	0.0	-3.7
Teto da dívida externa não concessional (milhões de USD) <sup>2</sup>	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Saldo da dívida externa contraída ou garantida pelo governo central com maturidades inferiores a um ano (teto) <sup>2</sup>	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Atrasados de pagamentos externos (piso) <sup>2</sup>	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
<b>Metas indicativas</b>					
Novos atrasados internos (teto)	6.6	0.0	0.0	0.0	0.0
Despesas sociais e prioritários (piso)	31.0	7.7	21.7	23.2	31.0
Saldo primário interno (base de compromissos, piso)	-11.2	-6.4	-5.8	-1.0	2.3
Despesas não tituladas (DNT, teto)	2.0	0.2	0.4	0.7	0.9
<i>Por memória:</i>					
Liquidação de atrasados de pagamentos internos	7.0	0.4	0.4	0.8	2.6
Apoio orçamental externo (milhões de USD) <sup>3</sup>	1.7	0.0	0.0	5.5	5.5
Desembolsos ECF (milhões de DSE, fluxo) <sup>4</sup>	5.1	0.0	3.0	0.0	3.0
Empréstimos concessionais (milhões de USD) <sup>5</sup>	12.5	4.6	9.3	13.9	18.6

<sup>1</sup> Os critérios de desempenho e as metas indicativas são definidos no Memorando Técnico de Entendimento (MTE). As metas para final de março, final de setembro e final de dezembro de 2017 são indicativas, enquanto as do final de junho são critérios de desempenho

<sup>2</sup> Aplicáveis em bases contínuas.

<sup>3</sup> Inclui donativos e empréstimos.

<sup>4</sup> Reflete o novo calendário de desembolsos proposto.

<sup>5</sup> Estes incluem empréstimos para projetos com uma componente de donativos superior ou igual a 35%.

<b>Tabela 4a. Guiné-Bissau: Indicadores de Referência Estruturais ao Abrigo do Programa ECF, 2015-16</b>			
<b>Medidas</b>	<b>Prazo</b>	<b>Justificativa Macro</b>	<b>Ponto da Situação</b>
<b>Mobilização de receitas</b>			
Implantar um posto intracomercial em Safim para reconciliar os dados das mercadorias nas faturas com o conteúdo efetivo das cargas.	Set/2015	Reforçar a arrecadação.	Cumprido.
Elaborar um plano estratégico para melhorar a infraestrutura e as condições de trabalho dos funcionários na administração fiscal e aduaneira interna.	Dez/2015	Reforçar a arrecadação.	Não cumprido. O plano atual foi reformulado.
Criar um novo regime para pequenos contribuintes através da introdução do NIF (número de identificação fiscal) universal	Dez/2015	Melhorar o cumprimento voluntário e elevar a receita fiscal.	Não cumprido.
<b>Gestão das despesas</b>			
Preparar uma tabela mensal contínua de projeção do fluxo de caixa do Tesouro coerente com o orçamento de 2015.	Julho de 2015 referente a agosto de 2015 e mensal daí em diante	Reforçar a gestão das despesas.	Cumprido.
Transição para o pagamento de ordenados e abonos a todos os funcionários públicos (incluindo o serviço de segurança) através da banca.	Set/2015	Reduzir o manuseamento de numerário pelo Tesouro e fortalecer a gestão das finanças públicas.	Não cumprido. Implementado em outubro de 2015.
Preparar relatórios trimestrais sobre a execução do PIP.	Dez/2015 referente a set/2015 e trimestral daí em diante	Aprimorar a execução e o controlo do PIP.	Cumprido.
<b>Gestão da dívida</b>			
Reinstalar e operacionalizar o sistema informático de gestão da dívida.	Julho de 2015	Reforçar a capacidade de gestão da dívida e as políticas de contração de empréstimos.	Não cumprido. Implementado com atraso.

<b>Tabela 4a. Guiné-Bissau: Indicadores de Referência Estruturais ao Abrigo do Programa ECF, 2015-16</b>			
<b>Medidas</b>	<b>Prazo</b>	<b>Justificativa Macro</b>	<b>Ponto da Situação</b>
Preparar relatórios trimestrais sobre os compromissos, acordos e desembolsos referentes à dívida externa.	Dez/2015 referente a jun/2015, trimestral daí em diante	Reforçar a capacidade de gestão da dívida e a transparência nos compromissos da dívida externa.	Cumprido.
<b>Ambiente de negócios</b>			
Concluir uma auditoria internacional abrangente do Fundo de Promoção da Industrialização de Produtos Agrícolas (FUNPI)	Set/2015	Melhorar a produção e o comércio do caju.	Não cumprido. Relatório de auditoria apresentado ao Ministro das Finanças em abril de 2016.
Elaborar um plano de auditoria de todas as empresas públicas e fundos autónomos.	Mar/2016	Melhorar os serviços e a sustentabilidade financeira das empresas públicas.	Não cumprido e remarcado.
Elaborar uma estratégia para promover a produção e a transformação do caju com base nos resultados da auditoria do FUNPI.	Junho de 2016	Reduzir os custos de transação.	Não cumprido e remarcado.

**Tabela 4b. Guiné-Bissau: Indicadores de Referência Estruturais Propostos ao Abrigo do Programa ECF, 2016–17**

<b>Medidas</b>	<b>Prazo</b>	<b>Justificativa Macro</b>	<b>Ponto da Situação</b>
Apresentação do orçamento de 2016 à Assembleia Nacional	Ação prévia para as primeira e segunda avaliações combinadas do programa	Gestão orçamental correta	Em preparação
<b>Mobilização de receitas</b>			
Preparar um projeto de lei, com assistência técnica do FMI, para o novo regime de pequenos contribuintes que seja simples e transparente, proteja a base de receita, reduza os custos de cumprimento e assegure participação mundial.	Dez/2017	Melhorar a administração e a regularidade fiscal.	Novo indicador de referência
<b>Gestão das despesas</b>			
Preparar uma tabela mensal contínua de projeção do fluxo de caixa do Tesouro coerente com o orçamento de 2017.	Dez/2016 referente a Jan/2017, e mensal daí em diante	Reforçar a gestão das despesas.	Continuação de medida anterior.
Preparar relatórios trimestrais atempados de execução orçamental ao nível de ministério com pormenores sobre a classificação económica das despesas.	Dez/2016, e trimestrais daí em diante.	Reforçar a execução e o controlo da execução orçamental.	Novo indicador de referência.
Como precursor da Conta Única do Tesouro planeada, elaborar uma lista (incluindo os valores de 2015) das receitas de fonte própria cobradas por ministérios, direções e agências públicas.	Dez/2016	Fortalecer a gestão das finanças públicas	Novo indicador de referência
<b>Gestão da dívida</b>			
Preparar relatórios trimestrais sobre os compromissos, acordos e desembolsos referentes à dívida externa.	Dez/2016 referente ao relatório de set/2016 e trimestral daí em diante.	Reforçar a capacidade de gestão da dívida e a transparência nos compromissos da dívida externa.	Continuação de medida anterior.
Conselho de Ministros deverá editar um decreto que define a autoridade para a emissão de dívida e o processo de prestação de garantias do estado, reempréstimos e a assunção de grandes passivos.	Dez/2016	Adequação da política de gestão da dívida da Guiné-Bissau ao regulamento da UEMOA.	Novo indicador de referência
<b>Ambiente de negócios</b>			

**Tabela 4b. Guiné-Bissau: Indicadores de Referência Estruturais Propostos ao Abrigo do Programa ECF, 2016–17**

<b>Medidas</b>	<b>Prazo</b>	<b>Justificativa Macro</b>	<b>Ponto da Situação</b>
Elaborar um plano de auditoria de todas as empresas públicas e fundos autónomos.	Nov/2016	Melhorar os serviços e a sustentabilidade financeira das empresas públicas.	Não cumprido e remarcado.
A EAGB irá apresentar relatórios que pormenorizarão os seus fluxos financeiros para o exercício de 2015, os primeiros três trimestres de 2016 e mensais a partir de outubro de 2016.	Dezembro de 2016	Incutir transparência às operações e à posição financeira da EAGB.	Novo indicador de referência
Concluir, com a assistência da Comissão Bancária da UEMOA, uma avaliação dos dois bancos afetados pelo resgate e articular um plano de ação para que estes bancos cumpram normas prudenciais.	15 de abril de 2017	Fortalecer a saúde do sistema bancário.	Novo indicador de referência
Elaborar uma estratégia para promover a produção e a transformação do caju com base nos resultados da auditoria do FUNPI.	Junho de 2017	Reduzir os custos de transação.	Não cumprido e remarcado.

## Anexo II. Memorando Técnico de Entendimento<sup>1</sup>

Bissau, Guiné-Bissau, 8 de novembro de 2016

### INTRODUÇÃO

1. O presente memorando descreve os entendimentos entre as autoridades Bissau Guineenses e o Fundo Monetário Internacional (FMI) com respeito à definição dos critérios de desempenho quantitativos e indicadores estruturais de referência para o programa apoiado ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado (ECF), bem como a respetiva informação a ser reportada. Salvo indicação em contrário, todos os critérios de desempenho quantitativos e metas indicativas serão avaliados em termos de fluxos cumulativos a partir do início do período, conforme especificado na Tabela 1 do Memorando de Políticas Económicas e Financeiras (MPEF).
2. **Taxas de câmbio do programa.**<sup>2</sup> Para os fins do programa, os valores expressos em moeda estrangeira referentes a 2015 serão convertidos em moeda nacional (francos CFA) com base na taxa de câmbio do programa de FCFA 532.2/USD e nas taxas cruzadas no fim de dezembro de 2014.

### CRITÉRIOS DE DESEMPENHO QUANTITATIVOS

#### A. Limite Mínimo (Piso) do Total da Receita Tributária Doméstica

3. **Definição.** Define-se receita tributária de modo a abranger os impostos diretos e indiretos apresentados no quadro de operações financeiras do governo central, bem como a recuperação programada de impostos em atraso.
4. **Cláusulas de ajustamento.** O piso do total da receita tributária interna será ajustado para baixo (para cima) pelo montante da insuficiência (excesso) em relação à recuperação programada de impostos em atraso.

#### B. Crédito Bancário Interno Líquido ao Governo Central (CIL)

5. **Definição.** CDL refere-se ao crédito líquido do sistema bancário ao governo central calculado pela Direção do Tesouro. Define-se da seguinte forma:
  - a. a posição líquida do governo com o BCEAO nacional, abrangendo: bilhetes e títulos do Tesouro; menos a) depósitos do governo central (excluindo depósitos relacionados a projetos) no BCEAO;
  - b. a posição líquida do governo com os bancos comerciais, abrangendo: a) bilhetes do Tesouro; b) títulos do Tesouro ao portador; e c) créditos e adiantamentos dos bancos

<sup>1</sup> A MTE proposta substitui a versão de junho de 2015 e introduz modificações (indicadas em *itálico*) para esclarecer melhor e reforçar a monitorização e a avaliação do desempenho do programa.

<sup>2</sup> A fonte das taxas de câmbio cruzadas é a publicação *International Financial Statistics*.

comerciais a o governo central; menos depósitos do governo central (excluindo os depósitos relacionados a projetos) nos bancos comerciais; e

- c. *Quaisquer garantias de empréstimos internos emitidas pelo governo serão incluídas na posição líquida do governo, tal como definida em a. e b. acima.*

**6. Cláusulas de ajustamento.** O teto da variação do crédito bancário interno líquido ao governo central será ajustado a) para cima (para baixo) até ao montante em FCFA da insuficiência (excesso) de donativos e empréstimos externos para programas, incluídos os saques junto ao FMI — o ajustamento para cima será limitado ao equivalente a FCFA 10 mil milhões; e b) para baixo (para cima) pelo montante em FCFA do excesso (insuficiência) das receitas de privatizações programadas. Ademais, os depósitos do governo central no BCEAO e nos bancos comerciais serão ajustados para baixo pela liquidação de atrasados domésticos (*excluindo quaisquer atrasados acumulados durante a vigência do programa, 2015–18*) além do previsto no programa; (c) *para baixo pelo excesso em FCFA das receitas provenientes do imposto sobre as sociedades decorrente do resgate da banca, à luz da ordem judicial que suspendeu as operações a ele associadas; e (d) para cima pelo montante do resgate (FCFA 34.2 mil milhões), caso o CDL inclua o resgate e o processo pendente em tribunal não seja concluído a tempo da terceira avaliação.*

**7. Fonte dos dados.** A fonte dos dados para o referido acima será o quadro da síntese monetária (*Position Nette du Gouvernement (PNG)*), enviado ao corpo técnico do FMI mensalmente pelo BCEAO.

**8. Definição de governo central.** Define-se governo central para os fins do presente memorando de modo a abranger a administração central da República da Guiné-Bissau, mas sem abarcar nenhuma administração local, o banco central nem nenhuma outra entidade pública ou de propriedade do Estado com personalidade jurídica autónoma que não esteja incluída na Tabela de Operações Financeiras do Estado (TOFE).

## C. Nova Dívida Externa Não Concessional Contraída ou Garantida pelo Governo Central com Vencimento Original Igual ou Superior a um Ano

**9. Definição.** Todas as formas de nova dívida com vencimento original igual ou superior a um ano contraídas ou garantidas pelo governo central. Para este fim, a nova dívida externa não concessional excluirá os créditos comerciais normais para as importações e a dívida denominada em francos CFA, mas abrangerá as dívidas em moeda estrangeira (outras que não o franco CFA) detidas no país. Este critério de desempenho quantitativo não se aplica apenas à dívida conforme definida no Ponto 8 das Diretrizes sobre Condicionalidade da Dívida Pública em Acordos com o FMI, anexas à Decisão n.º 15688-(14/107), de 05/12/2014, mas também aos compromissos contraídos ou garantidos sem contraprestação. Excluem-se desse critério de desempenho quantitativo os desembolsos do FMI e as dívidas sujeitas a reescalonamento para as quais já se tenha chegado a um acordo verbal. Este critério de desempenho quantitativo será aplicado continuamente.

**10. Requisito de declaração de dados.** O governo comunicará ao corpo técnico do Fundo qualquer novo empréstimo externo contraído ou garantido pelo governo, bem como os seus



respetivos termos, no mais tardar duas semanas após a contratação ou garantia do referido empréstimo.

#### D. Dívida Externa de Curto Prazo Contraída ou Garantida pelo Governo Central

**11. Definição.** Define-se a dívida externa de curto prazo como o stock da dívida externa com prazo de vencimento inferior a um ano contraída ou garantida pelo governo central. Dívida está definida no Anexo I do presente MTE. Para este fim, a dívida de curto prazo excluirá os créditos comerciais normais para as importações e a dívida denominada em francos CFA, mas abrangerá as dívidas em moeda estrangeira (outras que não o franco CFA) detidas no país. Para os fins deste critério de desempenho quantitativo, o governo central está definido no parágrafo 8 acima. Este critério de desempenho quantitativo será aplicado continuamente.

#### E. Atrasados de Pagamentos Externos do Governo Central

**12. Definição.** Para os fins deste critério de desempenho quantitativo, os atrasados de pagamentos externos, com base no teste de moeda, são pagamentos do serviço da dívida que deixaram de ser pagas nas datas de vencimento (tomando em conta os prazos de carência contratuais, se for o caso) e que não são pagos no prazo de 30 dias após essas datas. *Atrasados que não devem ser considerados como tal nos critérios de desempenho, ou atrasados "fora do programa", definem-se como: (i) atrasados acumulados no serviço de uma dívida externa para a qual existe um pedido de reescalonamento ou reestruturação; e/ou (ii) os montantes objeto de litígios que não são considerados atrasados para fins dos critérios de desempenho. São definidos como ou atrasados "fora do programa".*

## METAS INDICATIVAS QUANTITATIVAS

#### A. Novos Atrasados Internos do Governo Central

**13. Definição.** O teto dos atrasados internos é definido como as contas a pagar (*rest-a-payer*) acumuladas durante o ano ainda não saldadas até um mês após o trimestre no caso de ordenados e salários (incluídas as pensões) e até três meses no caso de bens, serviços e transferências.

#### B. Despesas Sociais e Prioritárias Relacionadas à Pobreza

**14. Definição.** Definem-se as despesas sociais e prioritárias relacionadas à pobreza de modo a abranger os gastos em saúde, educação e no Ministério da Mulher, Família e Coesão Social (Quadro 3).

#### C. Saldo Primário Interno (Base de Compromissos)

**15. Calcula-se o déficit orçamental primário interno (base de compromisso)** como a diferença entre a receita do governo e as despesas primárias internas na base de compromissos. A receita do governo inclui todas as receitas fiscais e não fiscais e exclui os donativos externos. A

despesa interna primária consiste na despesa corrente somada às despesas de capital com financiamento interno, excluindo todos os pagamentos de juros. Os compromissos do governo incluem todas as despesas cuja cabimentação tenha sido aprovada pelo Ministério das Finanças; as despesas automáticas (tais como salários e ordenados, pensões, serviços de utilidade pública e outras despesas cujo pagamento seja centralizado), e despesas efetuadas por via de operações de compensação.

#### D. Despesas Não Tituladas (DNT)

**16. Definição.** Todo gasto do Tesouro que não tenha sido devidamente contabilizado pela Direção Geral do Orçamento e/ou não tenha sido incluído no orçamento.

### MONITORIZAÇÃO DO PROGRAMA

**17.** A terceira avaliação do programa basear-se-á nos critérios de desempenho para o fim de dezembro de 2016 e será concluída em 15 de abril de 2017. A quarta avaliação do programa basear-se-á nos critérios de desempenho para o fim de junho de 2017 e será concluída em 15 de outubro de 2017. A quinta avaliação (a última depois do reescalamento dos desembolsos e da redução no número de avaliações tendo em vista os atrasos na implementação do programa) basear-se-á nos critérios de desempenho para o fim de dezembro de 2017 e será concluída em 15 de abril de 2018 ou após esta data. As autoridades Bissau-Guineenses recomendarão as respostas de política, informarão o FMI mensalmente sobre o progresso do programa e transmitirão a informação de apoio necessária para a avaliação dos critérios de desempenho quantitativos e indicadores de referência em formato eletrónico, conforme indicado na tabela resumida anexa, ao corpo técnico do FMI (Quadro 1).

**18. Para monitorizar devidamente as principais variáveis macroeconómicas, incluindo os indicadores de desempenho no âmbito da ECF, coordenar a assistência técnica e acompanhar o avanço na implementação das reformas, o governo vai equipar a sua unidade de reforma e proporcionar-lhe os meios necessários.** Essa unidade de reforma informa periodicamente o Ministro das Finanças os avanços na consecução dos indicadores de desempenho e objetivos de desenvolvimento acordados. Também manterá atualizadas listas de todos os seus parceiros, priorizará a assistência técnica e acordará com os parceiros a divisão do trabalho na assistência técnica. Por último, providenciará o intercâmbio de informações, inclusive por meio de relatórios de assistência técnica com os parceiros envolvidos na mesma área, a fim de evitar conflitos e sobreposições em matéria de aconselhamento.

**Quadro 1. Guiné-Bissau: Resumo dos Requisitos de Reporte**

<b>Informação</b>	<b>Frequência</b>	<b>Prazo de reporte</b>	<b>Responsável</b>
<b>Setor das finanças públicas</b>			
Orçamento e resultado do governo central	Mensal	30 dias após o fim do mês	Direção do Orçamento
Donativos	Mensal	30 dias após o fim do mês	Direção do Orçamento
Donativos ao orçamento	Mensal	30 dias após o fim do mês	Direção do Orçamento
Donativos a projetos	Mensal	30 dias após o fim do mês	Direção do Orçamento
Variação no stock de atrasados internos	Mensal	30 dias após o fim do mês	Direção do Orçamento
Créditos não pagos	Mensal	30 dias após o fim do mês	Direção do Orçamento
Juros atrasados	Mensal	30 dias após o fim do mês	Direção do Orçamento
Produto dos títulos emitidos no mercado regional da UEMOA	Mensal	30 dias após o fim do mês	Direção do Orçamento
<b>Setor real e externo</b>			
Updates on annual National Accounts by sector	Anual	No prazo de 6 semanas de disponibilidade	GCE/MEF <sup>1</sup>
Dados da balança de pagamentos	Anual	No prazo de 6 semanas de disponibilidade	GCE/MEF
Detalhes da desagregação das exportações	Trimestral	30 dias após o fim do trimestre	GCE/MEF
Detalhes da desagregação das importações	Trimestral	30 dias após o fim do trimestre	GCE/MEF
IPC	Mensal	30 dias após o fim do mês	GCE/MEF
<b>Dívida</b>			
Dívida externa e interna e dívida garantida por credor	Mensal	30 dias após o fim do mês	UGD <sup>2</sup>
Desembolsos	Mensal	30 dias após o fim do mês	UGD
Amortização	Mensal	30 dias após o fim do mês	UGD
Pagamentos de juros	Mensal	30 dias após o fim do mês	UGD
Stock de dívida externa	Mensal	30 dias após o fim do mês	UGD
Stock de dívida interna	Mensal	30 dias após o fim do mês	UGD
Juros de mora e capital	Mensal	30 dias após o fim do mês	UGD
Financiamento interno excecional	Mensal	30 dias após o fim do mês	UGD
Cópias de novos acordos de empréstimo	Quando ocorrer		UGD
1/ Gabinete Central de Estatística / Ministério da Economia e Finanças.			
2/ Unidade de Gestão da Dívida, Ministério da Economia e Finanças.			



# GUINÉ-BISSAU

PRIMEIRA E SEGUNDA AVALIAÇÕES NO ÂMBITO DA FACILIDADE DE CRÉDITO ALARGADO, PEDIDO DE REPROGRAMAÇÃO DOS DESEMBOLSOS, MODIFICAÇÃO DE CRITÉRIOS DE DESEMPENHO E AVALIAÇÃO DAS GARANTIAS DE FINANCIAMENTO — ANEXO INFORMATIVO

10 de novembro de 2016

Elaborado por

Departamento de África  
(Em consulta com outros departamentos)

## ÍNDICE

RELAÇÕES COM O FMI	2
RELAÇÕES COM O GRUPO BANCO MUNDIAL	8
RELAÇÕES COM O GRUPO DO BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO	9
QUESTÕES ESTATÍSTICAS	10

## RELAÇÕES COM O FMI

(Em 30 de setembro de 2016)

### Admissão e Regime de Consultas

Admitido em 24 de março de 1977; Artigo VIII

<b>Conta de Recursos Gerais:</b>	<b>Milhões de DSE</b>	<b>% da quota</b>
Quota	28,40	100,00
Haveres do FMI na moeda do país (taxa de câmbio)	24,48	86,2
Posição na tranche de reservas	3,59	13,9

<b>Departamento de DSE:</b>	<b>Milhões de DSE</b>	<b>% da alocação</b>
Alocação acumulada líquida	13,60	100,00
Haveres	8,59	63,14

<b>Saldo de compras e empréstimos:</b>	<b>Milhões de DSE</b>	<b>% da quota</b>
Empréstimos RCF	3,55	25,00
Acordos ECF	7,24	51,00

### Acordos financeiros mais recentes:

<b>Tipo</b>	<b>Data do acordo</b>	<b>Data do vencimento</b>	<b>Montante aprovado (Milhões de DSE)</b>	<b>Montante sacado (Milhões de DSE)</b>
ECF	10/07/2015	09/07/2018	17,04	2,84
ECF	07/05/2010	06/05/2013	22,37	15,12
ECF <sup>1</sup>	15/12/2000	14/12/2003	14,20	5,08
ECF <sup>1</sup>	18/01/1995	24/07/1998	10,50	10,50

### Projeção dos pagamentos ao FMI<sup>2</sup>

(Milhões de DSE; com base no presente uso de recursos e haveres correntes em DSE):

	<b>Próximos</b>				
	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
<b>Capital</b>	<b>0,48</b>	<b>1,45</b>	<b>1,45</b>	<b>1,45</b>	<b>2,16</b>
<b>Comissões/juros</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,02</b>	<b>0,01</b>
<b>Total</b>	<b>0,48</b>	<b>1,45</b>	<b>1,45</b>	<b>1,47</b>	<b>2,17</b>

<sup>1</sup> Antigo PRGF.

<sup>2</sup> Quando um país membro tem obrigações financeiras vencidas há mais de três meses, o montante desses atrasados é apresentado nesta secção.

**Implementação da Iniciativa HIPC:**

	Quadro reforçado
Compromissos da assistência HIPC	
Data do ponto de decisão	Dez. 2000
Assistência comprometida por todos os credores (milhões de USD) <sup>3</sup>	421,70
Da qual: assistência do FMI (milhões de USD)	11,91
(equivalente em milhões de DSE)	9,20
Data do ponto de conclusão	Dez. 2010
Desembolso da assistência do FMI (milhões de DSE)	
Assistência prestada ao país membro	9,20
Assistência intercalar	1,56
Saldo no ponto de conclusão	7,64
Desembolso adicional do rendimento de juros <sup>4</sup>	0,23
<b>Total dos desembolsos</b>	<b>9,43</b>

**Implementação da Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral (MDRI):**

Dívida habilitada à MDRI (milhões de DSE) <sup>5</sup>	0,51
Financiada por: Fundo MDRI	0,00
Recursos HIPC remanescentes	0,51

Alívio da dívida por tipo de facilidade (milhões de DSE)

	<b>Dívida habilitada</b>		
<b>Data da prestação</b>	<b>GRA</b>	<b>PRGT</b>	<b>Total</b>
Dezembro de 2010	N/A	0,51	0,51

<sup>3</sup> A assistência comprometida ao abrigo do quadro original está expressa em termos do valor atual líquido (VAL) no ponto de conclusão; a assistência comprometida ao abrigo do quadro reforçado está expressa em termos de VAL no ponto de decisão. Por este motivo, não é possível somar os dois montantes.

<sup>4</sup> No âmbito do quadro reforçado, é efetuado um desembolso adicional no ponto de conclusão correspondente ao rendimento dos juros auferidos sobre o montante comprometido no ponto de decisão mas não desembolsado no período intercalar.

<sup>5</sup> A MDRI proporciona 100 por cento de alívio da dívida aos países membros habilitados que se qualificam para tal assistência. A assistência concessional do Fundo MDRI e dos recursos HIPC proporciona alívio da dívida suficiente para cobrir a totalidade do stock da dívida com o FMI no final de 2004 que continua pendente de pagamento no momento em que o país membro se qualifica para esta modalidade de alívio da dívida.

**Implementação do Alívio da Dívida após Catástrofes (PCDR):**

Não se aplica.

**Avaliações das salvaguardas:**

O Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO) é o banco central comum aos países da União Económica e Monetária Oeste-Africana (UEMOA). A mais recente avaliação do BCEAO foi concluída em 13 de dezembro de 2013. A avaliação constatou que o banco continuou a ter um forte ambiente de controlo e que, com a implementação da Reforma Institucional da UEMOA de 2010, reforçou seu quadro de governação. Mais especificamente, foi criado um comité de auditoria para fiscalizar os processos de auditoria e reporte financeiro, aumentou-se a transparência com a publicação mais atempada das demonstrações financeiras auditadas e o BCEAO comprometeu-se com a implementação das IFRS até ao final de 2014. A avaliação identificou também algumas limitações no processo de auditoria externa e recomendou que fossem tomadas medidas para assegurar a adequação do mecanismo por meio da seleção de uma segunda firma de auditoria experiente para realizar auditorias conjuntas. Todas as recomendações feitas pela avaliação foram implementadas.

**Regime e disposições cambiais**

A Guiné-Bissau aceitou as obrigações das Secções 2, 3 e 4 do Artigo VIII, a partir de 1 de janeiro de 1997. O país aderiu à UEMOA em 1997 e não dispõe duma moeda de curso legal distinta. O regime cambial é isento de práticas monetárias múltiplas e restrições cambiais sobre os pagamentos e transferências para transações internacionais correntes. Desde 1 de janeiro de 1999, o franco CFA está indexado ao euro a uma taxa fixa de € 1 = FCFA 655,957. Em 8 de outubro de 2016, a taxa do franco CFA em termos de DSE era de FCFA 1009,95 = DSE 1. Em 1 de janeiro de 2007, o regime cambial dos países da UEMOA deixou de ser classificado como regime cambial sem outra moeda de curso legal e passou à categoria de mecanismo convencional de vinculação. A nova classificação baseia-se no comportamento da moeda comum, ao passo que a anterior se baseava na ausência de outra moeda de curso legal. Dessa forma, a nova classificação reflete apenas uma mudança de definição e não se baseia numa opinião de que houve uma mudança assinalável no regime cambial ou noutras políticas da união monetária ou dos seus países membros.

**Consulta ao abrigo do Artigo IV**

A Guiné-Bissau segue o ciclo de consultas de 24 meses. As últimas discussões de consulta ao país nos termos do Artigo IV foram realizadas em Bissau, no período de 23 de abril a 5 de maio de 2015. O relatório do corpo técnico foi discutido pelo Conselho de Administração e a consulta foi concluída em 10 de julho de 2015.

<b>Assistência técnica (2008–16)</b>			
<b>Departamento</b>	<b>Tipo de assistência</b>	<b>Data da prestação</b>	<b>Finalidade</b>
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Junho de 2008	Administração aduaneira
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Junho de 2008	Gestão da despesa pública
STA	Perito	Junho de 2008	Estatísticas da balança de pagamentos
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Julho de 2008	Estatísticas das finanças públicas
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Agosto de 2008	Estatísticas multissetoriais
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Set. de 2008	Estatísticas do setor real
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Maio de 2009	Contas nacionais
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de longo prazo	Junho de 2009	Contas nacionais
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Junho de 2009	Gestão da despesa pública
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Junho de 2009	Gestão da dívida pública
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Junho de 2009	Supervisão bancária
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Set. de 2009	Administração aduaneira
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Nov. de 2009	Gestão da dívida pública
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Nov. de 2009	Estatísticas do setor real
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Fev. de 2010	Gestão da dívida pública
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Fev. de 2010	Estatísticas das finanças públicas
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Maio de 2010	Administração da receita
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Julho de 2010	Contas nacionais
FAD	Corpo técnico	Set. de 2010	Receitas fiscais e administração aduaneira
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Set. de 2010	Gestão das despesas
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Set. de 2010	Contas nacionais
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Fev. de 2011	Administração tributária
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Fev. de 2011	Estatísticas das finanças públicas
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Março de 2011	Estatísticas das finanças públicas
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Abril de 2011	Gestão da dívida pública
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Abril de 2011	Gestão das finanças públicas
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Abril de 2011	Gestão das finanças públicas
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Abril de 2011	Estatísticas do setor real
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Junho de 2011	Estatísticas das finanças públicas
FAD	Corpo técnico	Set. de 2011	Estratégia de reforma tributária, modernização da DGCI e mobilização de receitas
FAD	Corpo técnico	Set. de 2011	Administração aduaneira
FAD	Perito em missão de curto prazo	Out. de 2011	Administração tributária
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Out. de 2011	Modernização da DGCI
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Out. de 2011	Estatísticas do setor real, contas nacionais
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Jan. de 2012	Gestão financeira pública, contabilidade
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Jan. de 2012	Gestão das finanças públicas
FAD	Perito em missão de curto prazo	Fev. de 2012	Administração tributária



<b>Assistência técnica (2008–16)</b>			
<b>Departamento</b>	<b>Tipo de assistência</b>	<b>Data da prestação</b>	<b>Finalidade</b>
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Fev. de 2012	Gestão das finanças públicas
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Fev. de 2012	Estatísticas do setor real
FAD	Perito em missão de curto prazo	Março de 2012	Administração tributária
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Março de 2012	Administração aduaneira
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Fev. de 2013	Gestão das finanças públicas
FAD	Corpo técnico	Abril de 2013	Administração da receita
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Abril de 2013	Contas nacionais
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Abril de 2013	Gestão das finanças públicas
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Set. de 2013	Administração aduaneira
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Set. de 2013	Estatísticas do setor real
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Out. de 2013	Estatísticas das finanças públicas
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Março de 2014	Estatísticas do setor real
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Agosto de 2014	Administração tributária
FAD	Corpo técnico	Set. de 2014	Gestão das finanças públicas
FAD	Corpo técnico	Set. de 2014	Administração tributária
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Set. de 2014	Modernização das alfândegas
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Set. de 2014	Estatísticas das finanças públicas
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Set. de 2014	Estatísticas do setor real
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Fev. de 2015	Análise e previsão macroeconómica
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Fev. de 2015	Administração tributária
MCM	Corpo técnico	Março de 2015	Setor bancário: EMP
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Março de 2015	Gestão das finanças públicas
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Março de 2015	Contas nacionais
FAD	Corpo técnico	Abril de 2015	Administração da receita
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Abril de 2015	Estatísticas do setor real
FAD	Perito em missão de curto prazo	Junho de 2015	Administração tributária
FAD	Perito em missão de curto prazo	Julho de 2015	Administração tributária
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Julho de 2015	Contas nacionais
FAD	Perito em missão de curto prazo	Set. de 2015	Administração da receita
FAD	Perito em missão de curto prazo	Set. de 2015	Administração tributária
FAD	Perito em missão de curto prazo	Out. de 2015	Administração tributária
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Out. de 2015	Estatísticas das finanças públicas
FAD	Corpo técnico	Dez. de 2015	Administração tributária
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Dez. de 2015	Contas nacionais
FAD	Perito em missão de curto prazo	Jan. de 2016	Administração tributária
FAD	Perito em missão de curto prazo	Março de 2016	Administração tributária
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Março de 2016	Administração aduaneira
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Março de 2016	Contas nacionais
FAD	Perito em missão de curto prazo	Abril de 2016	Administração aduaneira

<b>Assistência técnica (2008–16)</b>			
<b>Departamento</b>	<b>Tipo de assistência</b>	<b>Data da prestação</b>	<b>Finalidade</b>
FAD	Perito em missão de curto prazo	Abril de 2016	Administração tributária
FAD	Perito em missão de curto prazo	Junho de 2016	Administração tributária
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Julho de 2016	Administração tributária
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Julho de 2016	Contas nacionais
FAD	Corpo técnico	Set. de 2016	Administração tributária

### Representante Residente

O Representante Residente do Senegal também cobriu a Guiné-Bissau entre setembro de 1997 e julho de 2007. O escritório do Representante Residente na Guiné-Bissau foi reaberto em junho de 2011 e o Sr. Alfredo Torrez ocupou o cargo até ao final de maio de 2015. O Sr. Oscar Melhado assumiu o posto de Representante Residente em agosto de 2015.

<b>Tabela 1. Guiné-Bissau: Acordos com o FMI, 1984–2016</b>			
<b>Acordo</b>	<b>Data da aprovação</b>	<b>Montante aprovado</b>	<b>Observações</b>
Compra na primeira tranche de crédito	27 de agosto de 1984	DSE 1,875 milhões	
Programa de Financ. para Ajustamento Estrutural	14 de outubro de 1987	DSE 5,25 milhões	Segundo acordo anual foi adiado; não houve terceiro acordo anual.
Programa Reforçado de Financiamento para Ajustamento Estrutural	18 de janeiro de 1995	DSE 10,5 milhões	No terceiro acordo anual, o montante do acordo foi acrescido em DSE 1,05 milhão (10 por cento da quota).
Assistência de emergência pós-conflito	14 de setembro de 1999	DSE 2,13 milhões	
Assistência de emergência pós-conflito	7 de janeiro de 2000	DSE 1,42 milhões	
Programa de Financ. para Redução da Pobreza e Crescimento	15 de dezembro de 2000	DSE 14,2 milhões	O PRGF expirou sem que fosse concluída uma avaliação.
Assistência de emergência pós-conflito	10 de janeiro de 2008	DSE 1,77 milhões	
Assistência de emergência pós-conflito	20 de maio de 2009	DSE 1,77 milhões	
Facilidade de Crédito Alargado	7 de maio de 2010	DSE 22,365 milhões	O acordo expirou em 6 de maio de 2013.
Linha de Crédito Rápido	3 de nov. de 2014	DSE 3,55 milhões	
Facilidade de Crédito Alargado	10 de julho de 2015	DSE 17,04 milhões	

## RELAÇÕES COM O GRUPO BANCO MUNDIAL

**1. A Guiné-Bissau foi admitida no Banco Mundial em 1977, três anos após a independência. A primeira operação foi aprovada em 1979 para um projeto de construção e reabilitação de estradas. Desde então, a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID) aprovou 43 projetos para o país, no montante aproximado de USD 511 milhões.**

**2. O envolvimento do Banco Mundial com a Guiné-Bissau nos exercícios de 2015–16 teve como base uma Nota sobre o Envolvimento com o País (CEN) aprovada em março de 2015.**

O objetivo da CEN é proporcionar apoio imediato e de curto prazo, de modo a consolidar a transição e restaurar os serviços básicos, auxiliando o governo a formular uma estratégia mais sustentável para a redução da pobreza a longo prazo e a prosperidade compartilhada. A CEN concentra-se em duas áreas chaves:

- Construção de instituições e reforço das capacidades da administração pública, para que o governo possa criar um ambiente macro-orçamental positivo, as infraestruturas e os quadros jurídico e regulamentar necessários para a promoção do crescimento compartilhado e a atração do investimento.
- Reforço da prestação de serviços básicos aos pobres nas áreas de saúde, educação e abastecimento de eletricidade e água para que as pessoas disponham dos serviços, recursos e competências de que necessitam para gerar e aproveitar oportunidades econômicas.

### Operações de apoio ao orçamento

**3. Até junho de 2017, o Banco submeterá ao Conselho para apreciação um Quadro de Parceria com o País (CPF) para os exercícios 2017–20, o qual substituirá a CEN 2015–16.** Este quadro será baseado num diagnóstico sistemático do país, concluído em junho de 2016, e que é uma análise dos principais constrangimentos para alcançar o duplo objetivo do Grupo Banco Mundial de erradicar a pobreza extrema e estimular a prosperidade compartilhada.

### Programa de empréstimos

**4. A carteira ativa da AID para a Guiné-Bissau inclui quatro operações nacionais (USD 65,6 milhões) e duas operações regionais (USD 84 milhões), perfazendo um total de USD 149,6 milhões em compromissos.** A carteira é composta sobretudo por projetos nos setores de energia (55 por cento), seguidos de projetos nos setores de água (16 por cento), proteção social (14 por cento), comércio e competitividade (6 por cento), ambiente e pescas (6 por cento) e governação (3 por cento). O Banco Mundial apoia também atividades não financeiras de assistência técnica na Guiné-Bissau, tais como a avaliação PEMFAR de gestão da despesa pública e responsabilização financeira e o diagnóstico nacional sistemático 2016.

## RELAÇÕES COM O GRUPO DO BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO

**5. Desde a aprovação do primeiro projeto em favor do país, em 1976, até maio de 2015, o BAfD já aprovou 50 operações para a Guiné-Bissau,** perfazendo um total de UC 237,6 milhões (cerca de FCFA 195,6 mil milhões) em compromissos líquidos. Destas operações, 33,3 por cento se referem às infraestruturas, 29,2 por cento ao setor social, 22,9 por cento a setores múltiplos, 15,4 por cento à agricultura e 2,0 por cento às finanças. Até setembro de 2016, a carteira ativa inclui nove projetos nacionais em curso, perfazendo um total líquido de UC 40,37 milhões, com uma taxa de desembolsos de 23 por cento.

### Programa de empréstimos

**6. Durante o período de janeiro de 2008 a abril de 2014, o BAfD aprovou um alívio intercalar da dívida HIPC (USD 17,48 milhões),** um donativo ao abrigo da facilidade para estados frágeis (UC 2 milhões), um donativo em apoio ao setor das pescas (UC 2 milhões), um donativo ao setor da saúde (UC 6 milhões), um donativo de emergência para combate à cólera (USD 500 mil), assistência técnica e um donativo de formação das capacidades da administração pública (UC 0,66 milhões) e um donativo de emergência em apoio a reformas orçamentais (UC 5,7 milhões).

**7. Em maio de 2015, o BAfD aprovou uma nova operação de apoio ao orçamento no montante de UC 5 milhões (FCFA 4,1 milhões).** O programa foi construído em torno de dois componentes: i) reforço da transparência, controlos internos e externos da execução orçamental e combate à corrupção, e ii) reforço da gestão do orçamento. Tal apoio foi complementado por um projeto aprovado de apoio institucional de UC 5 milhões (FCFA 4,1 mil milhões) visando a capacitação no domínio da gestão financeira pública e o fortalecimento do setor da justiça.

**8. No setor não governamental,** foram também aprovados em 2015 um projeto de energia para a reabilitação da rede elétrica de Bissau, no valor de UC 13,3 milhões (FCFA 10,9 mil milhões), e um contributo para a linha de transmissão OMVG, de UC 4,5 milhões (FCFA 3,7 mil milhões). Em setembro de 2016, foi aprovada a assistência de emergência para apoiar os planos de preparação e resposta da Guiné-Bissau ao surto do vírus Zika, no montante de USD 1 milhão, e está a ser elaborado um projeto de investimento no setor agrícola (cadeias de valor do arroz) no montante de UC 3,8 milhões (FCFA 3,2 mil milhões).

### Outros programas não financeiros

**9. Em janeiro de 2015, o BAfD aprovou a sua estratégia para o país para o período 2015-19 e a sua avaliação do desempenho da carteira do país.** A estratégia aprovada assenta em dois pilares, a saber: i) reforço da governação e dos alicerces do Estado; e ii) desenvolvimento das infraestruturas para promover o crescimento inclusivo. Em março de 2011 foi lançado um documento de estratégia de integração regional para a África Ocidental para o período 2011-15. Estudos económicos e setoriais recentes abrangem um exame do setor de transportes, outro do setor agrícola e um perfil do género no país, lançado em 2015, bem como a elaboração de documentos de política sobre parcerias público-privadas e sobre a gestão dos recursos naturais.

## QUESTÕES ESTATÍSTICAS

### Avaliação da Suficiência de Dados para Fins de Supervisão

**Geral:** os dados contêm sérias deficiências que representam um entrave significativo à supervisão. As deficiências são mais graves no que respeita às contas nacionais e à balança de pagamentos. A compilação de dados viu-se debilitada durante o conflito civil de 1998–99. Partindo de uma situação inicial de capacidade fraca e práticas antiquadas, as autoridades produziram melhorias na compilação de dados nos últimos anos, com a assistência técnica de instituições internacionais e regionais.

**Contas nacionais:** no segundo trimestre de 2010, o Instituto Nacional de Estatísticas e Censos (INEC) publicou as contas nacionais revistas de 2003–2008, com base no *Sistema de Contas Nacionais 1993*. Desde então, o INEC continuou a publicar dados do PIB anual a preços correntes e constantes (2005) e dos deflatores do PIB. Diversas missões do AFRITAC Oeste realizadas entre 2013 e 2016 ajudaram a aperfeiçoar a compilação de contas nacionais, embora persistam problemas nos dados de base. As missões auxiliaram também na preparação de um novo ano base (2015) para as contas nacionais anuais tendo como padrão o *Sistema de Contas Nacionais 2008 (SCN 2008)*.

**Estatísticas de preços:** o IPC harmonizado está a ser compilado desde julho de 2002, com base na mesma metodologia utilizada por outros países da UEMOA. O IPC foi atualizado em 2010 (novo ano base 2008, melhorias nas técnicas de compilação, cobertura alargada de produtos e aumento do número de pontos de venda). Os dados dos preços referem-se apenas à capital, Bissau. Estão em curso os trabalhos para atualizar o ano base para 2014 e para alargar a cobertura estatística a todo o país.

**Estatísticas de finanças públicas:** desde 2007, a Tabela de Operações Financeiras do Estado (TOFE) mensal é compilada regularmente e utilizada como uma ferramenta básica para a monitorização do programa com o FMI. Em março de 2010, uma missão de estatísticas de finanças públicas (EFP) do AFRITAC Ocidental prestou assistência técnica às autoridades na compilação e difusão de EFP e na implementação de planos de ação destinados a melhorar a divulgação desses dados ao público. Nos termos do programa de trabalho do AFRITAC Oeste, missões de assistência técnica em EFS visitaram a Guiné-Bissau em outubro de 2013 e setembro de 2014. Estas missões realçaram a necessidade de o Ministério da Economia e Finanças começar a implementar as recomendações das missões de EFP anteriores.

**Estatísticas monetárias e financeiras:** As estatísticas monetárias e financeiras (EMF) compiladas e disseminadas pelo BCEAO são adequadas na generalidade. Em agosto de 2016, o BCEAO concluiu a migração das EMF da Guiné-Bissau para os formulários padrão de reporte (SRF) de dados do banco central e das outras sociedades de depósitos. Estes dados assentes nos SRF estão a ser processados pelo Departamento de Estatística do FMI para publicação na edição de novembro de 2016 do *IFS*.

<p><b>Supervisão do setor financeiro:</b> A Guiné-Bissau não reporta dados ao FMI sobre os indicadores de solidez financeira (ISF). Uma missão de assistência técnica no domínio dos ISF está programada para visitar a sede do BCEAO em Dakar, Senegal, em 2017. A missão prestará assistência às autoridades nos seus esforços para desenvolver um conjunto de ISF básicos e recomendados para as instituições de depósitos dos países membros da UEMOA, incluindo a Guiné-Bissau.</p>	
<p><b>Estatísticas da balança de pagamentos:</b> A Guiné-Bissau passou a adotar a metodologia do manual <i>BPM6</i> para as estatísticas da balança de pagamentos e da posição de investimento internacional (PII) em setembro de 2013, tendo revisto as séries anteriores desde 2007. Os dados da balança de pagamento são fracos, o que se deve fundamentalmente aos dados não registados do comércio e às inconsistências entre as transações da conta financeira e os dados da PII. O grande número de pequenos operadores, um setor informal de grandes proporções e debilidades institucionais entravam a recolha de dados. Embora o Ministério da Economia e Finanças não publique dados sobre a dívida externa, os dados sobre os fluxos e stocks são produzidos e transmitidos regularmente ao BCEAO. A Guiné-Bissau participa também do Inquérito Coordenado de Investimento Direto (CDIS). Nos termos do projeto custeado pelo Japão e lançado recentemente em 17 países francófonos da África Ocidental e Central, a Guiné-Bissau receberá missões de assistência técnica para aperfeiçoar as suas estatísticas do setor externo.</p>	
<p><b>Normas e Qualidade dos Dados</b></p>	
<p>A Guiné-Bissau participa do Sistema Geral de Difusão de Dados (GDDS)/GDDS reforçado desde novembro de 2001. O país precisa atualizar os metadados de todas as categorias de dados e os planos de melhorias.</p>	<p>Não há dados disponíveis do ROSC.</p>
<p><b>Prestação de Informação ao STA</b></p>	
<p>Presentemente, não são reportados dados mensais, trimestrais nem anuais sobre as finanças públicas para inclusão na publicação <i>International Financial Statistics</i> (IFS) e no anuário <i>Government Finance Statistics Yearbook</i>. Dados mensais sobre as estatísticas monetárias da Guiné-Bissau são divulgados regularmente para publicação em <i>IFS</i>, com algum atraso. O país também reporta as estatísticas da balança de pagamentos e PII ao STA numa base anual, mas com atrasos. Foram reportados dados CDIS sobre a posição de investimento direto estrangeiro no país, relativos ao final de dezembro de 2011.</p>	

<b>Guiné-Bissau: Indicadores Mais Comuns Exigidos para Efeitos de Supervisão</b>					
	Data da última observação	Data de recebimento	Frequência dos dados <sup>7</sup>	Frequência da declaração	Frequência da publicação <sup>7</sup>
Taxas de câmbio	Corrente	Corrente	D	D	D
Ativos de reserva internacionais e passivos de reserva das autoridades monetárias <sup>1</sup>	Agosto de 2016	Set. de 2016	M	M	M
Reservas/base monetária	Agosto de 2016	Set. de 2016	M	M	M
Massa monetária	Agosto de 2016	Set. de 2016	M	M	M
Balanço do Banco Central	Agosto de 2016	Set. de 2016	M	M	M
Balanço consolidado do sistema bancário	Agosto de 2016	Set. de 2016	M	M	M
Taxas de juros <sup>2</sup>	Set. de 2016	Out. de 2016	M	M	M
Índice de preços no consumidor	Junho de 2016	Julho de 2016	M	M	M
Receitas, despesas, saldo e composição do financiamento <sup>3</sup> – Governo Ge\al <sup>4</sup>	Set. de 2016	Set. de 2016	M	T	T
Receitas, despesas, saldo e composição do financiamento <sup>3</sup> – Governo Central	Set. de 2016	Set. de 2016	M	T	T
Stock da dívida contraída ou garantida pelo Governo Central <sup>5</sup>	Dez. 2011	Abr. 2013	A	I	I
Saldo da conta corrente externa	Dez. 2015	Junho de 2016	A	I	I
Exportações e importações de bens e serviços	Dez. 2015	Junho de 2016	A	I	I
PIB	2015	Abr. 2016	A	I	I
Dívida externa bruta	2015	Junho de 2016	A	I	I
Posição de investimento internacional <sup>6</sup>	2014	Junho de 2016	A	I	I
<p><sup>1</sup> Ativos de reserva dados em garantia ou penhorados devem ser especificados à parte. Para além disso, os dados devem abranger os passivos de curto prazo indexados a uma moeda estrangeira porém liquidados de outras formas, bem como os valores nominais dos derivados financeiros para o pagamento e o recebimento de moeda estrangeira, inclusive os indexados a uma moeda estrangeira porém liquidados de outras formas.</p> <p><sup>2</sup> Taxas de mercado e oficiais, incluindo taxas de desconto, taxas dos mercados monetários e taxas dos títulos, bilhetes e obrigações do tesouro.</p> <p><sup>3</sup> Financiamento externo, bancário interno e não bancário interno.</p> <p><sup>4</sup> O governo geral é composto pelo governo central (fundos orçamentais, fundos extraorçamentais e fundos de segurança social) e pelos governos estaduais/provinciais e locais.</p> <p><sup>5</sup> Composição por moeda e por vencimento.</p> <p><sup>6</sup> Incluindo as posições em ativos e passivos financeiros externos brutos com não residentes.</p> <p><sup>7</sup> Diária (D), semanal (S), mensal (M), trimestral (T), anual (A), irregular (I), não disponível (ND).</p>					

**Declaração do Sr. Daouda Sembene, Administrador para a Guiné-Bissau e  
do Sr. Romão Lopes Varela, Assessor do Administrador  
Reunião do Conselho de Administração  
2 de dezembro de 2016**

As autoridades guineenses manifestaram o seu apreço pelo apoio contínuo do FMI, assim como pelo diálogo construtivo mantido com o corpo técnico do Fundo. As autoridades consideram que este diálogo se concentrou, adequadamente, na necessidade de se manter a sustentabilidade fiscal, reforçar a resiliência do sistema financeiro e acelerar as reformas estruturais. As autoridades continuam empenhadas no sentido de consolidar os recentes progressos registados na promoção do crescimento económico e da estabilidade macroeconómica e, em termos gerais, concordam com as principais recomendações e políticas do corpo técnico.

**Evolução Económica Recente e Desempenho no âmbito do Acordo ECF**

Não obstante a difícil situação política, a atividade económica em 2015 tem sido forte. Estima-se que o PIB real tenha crescido 4,8 por cento, contra 2,3 por cento em 2014, situação essa motivada essencialmente pelo aumento da produção agrícola e pela melhoria registada no abastecimento de eletricidade e água. Graças em parte a um aumento nas exportações da castanha de caju, o défice da balança corrente diminuiu muito mais do que inicialmente previsto no âmbito do acordo ECF. Simultaneamente, a taxa de inflação situou-se muito abaixo do critério de convergência regional da UEMOA, que é de 3 por cento.

No plano orçamental, as autoridades tomaram medidas para reforçar a mobilização de receitas e melhorar a gestão das finanças públicas, com medidas que visam melhorar o cumprimento das obrigações tributárias dos grandes contribuintes e fortalecer a capacidade da administração aduaneira para reduzir os atos de fraude e de subfaturação cometidos pelos importadores. Por conseguinte, tanto em junho como dezembro de 2015, o nível das receitas ultrapassou as metas do programa.

Contudo, do lado da despesa, a despesa corrente foi mais alta do que esperado, e as despesas de capital excederam os níveis fixados como metas, em virtude de o investimento público com financiamento externo ter superado o valor orçamentado. Consequentemente, o défice primário interno registou um nível ligeiramente superior àquele inicialmente programado para 2015. À luz do acima exposto, o Governo suspendeu todas as novas despesas, excetuando os salários e fundos requeridos para o funcionamento normal do Estado.

No setor financeiro, as autoridades estão a tomar medidas para atender à questão relacionada com o resgate pelo governo de dois bancos comerciais em 2015. Trata-se de uma tentativa de assumir créditos malparados de grandes dimensões desses bancos pelo seu valor nominal, por forma a aumentar o acesso do setor privado ao crédito. Reconhecendo que este resgate



levanta questões de governação, as autoridades declararam-no subsequentemente nulo, de acordo com as leis e regulamentações existentes. Ademais, iniciaram ações judiciais contra os bancos e os signatários dos contratos de resgate. É intenção firme das autoridades dar seguimento rigoroso a todos os passos necessários para garantir que o resgate seja completamente revertido, sem implicação de qualquer custo para o orçamento.

Os avanços registados ao abrigo do programa apoiado pelo acordo ECF têm sido, na generalidade, satisfatórios, não obstante o ambiente interno adverso. Todos os critérios de desempenho quantitativos para o final de junho e final de dezembro de 2015 foram cumpridos. As receitas internas ultrapassaram em grande medida a meta, refletindo os esforços contínuos do governo em melhorar a cobrança e administração de impostos. Os tetos inerentes ao crédito líquido ao governo e à dívida não concessional foram também cumpridos. Além do mais, as obrigações de serviço da dívida externa foram honradas. No que concerne às metas indicativas quantitativas, o piso respeitante às despesas sociais foi facilmente atingido, mas os tetos referentes às despesas não titularizadas (DNT), os novos atrasados internos, e o saldo primário interno, não foram atingidos.

De entre os nove indicadores de referência estruturais, até ao final de dezembro de 2015, quatro foram atingidos atempadamente, e três foram atingidos com alguns atrasos. Devido ao impasse político, as medidas relacionadas com a implementação do regime tributário dos pequenos contribuintes e a elaboração de um plano estratégico para melhorar as condições de trabalho dos funcionários da administração dos impostos internos e da administração aduaneira, não puderam ser satisfeitas. As autoridades estão atualmente a trabalhar com o intuito de implementá-las, e nesta tentativa, a assistência técnica dos parceiros de desenvolvimento e do FMI, em particular, continuarão a ser valiosas.

### **Perspetivas Económicas e Políticas para 2016–17**

As autoridades estão empenhadas em prosseguir com os seus esforços de consolidação. A este respeito, as medidas de reforma visarão fortalecer ainda mais a gestão das finanças públicas (GFP) e a administração tributária, com vista a assegurar a sustentabilidade fiscal e a sustentabilidade da dívida, tal qual indicado no programa de desenvolvimento de médio prazo (2014–18). Do mesmo modo, as autoridades vão acelerar a implementação das reformas para melhorar o ambiente negócios.

Prevê-se que o PIB cresça 4,5 por cento por ano em 2016–17, visto esperar-se que a agricultura continue a denotar um desempenho robusto, e que os setores da construção e serviços, em conjunto com as melhorias no abastecimento de energia e água, registem um contributo forte. As exportações da castanha de caju atingiram um pico recorde de 198.000 toneladas em 2016, e espera-se que continuem a registar um desempenho forte em 2017, pelo que o défice da conta corrente deverá situar-se abaixo de 3 por cento do PIB em 2016 e 2017. Prevê-se que o investimento bruto cresça, atingindo uma média de 13 por cento do PIB em

2016–17. A taxa de inflação deverá manter-se baixa em 2,3 por cento, apoiada pelos avanços registados na procura e rendimento internos.

### **Política Fiscal e Sustentabilidade da Dívida**

As autoridades estão empenhadas em manter a disciplina fiscal, e têm como objetivo de curto prazo um défice primário interno ambicioso mas realista, tomando em linha de conta as receitas internas e o financiamento disponíveis. As autoridades estão preparadas para reduzir as despesas não prioritárias e o investimento financiado internamente, caso haja uma insuficiência de recursos orçamentados. Além disso, comprometem-se, em 2016–17, a utilizar as receitas superiores àquelas inscritas no orçamento para reduzir o volume de atrasados internos.

*Do lado da receita*, entre as medidas preconizadas, as autoridades implementarão uma nova fatura única, começando já em dezembro de 2016 pelas grandes empresas, as médias empresas antes do fim de março de 2017 e os outros contribuintes até ao final de junho de 2017. Introduzirão, ainda, um mecanismo para facilitar o controlo fiscal. Adicionalmente, tomarão medidas para reduzir ainda mais o fardo administrativo que pesa sobre os contribuintes e ampliar a base tributária e as receitas fiscais, estabelecendo um novo regime tributário para os pequenos contribuintes, com a assistência técnica do FMI; reforçando o balcão único dedicado às exportações de caju e pagamentos de impostos associados; e identificando todos encargos não fiscais e fiscais não arrecadados pela administração fiscal. Por forma a alcançar estes objetivos e melhorar o desempenho da administração tributária, a assistência técnica desempenhará um papel chave e fazemos um apelo ao Fundo para que continue a apoiar a Guiné-Bissau neste domínio.

*Do lado da despesa*, tomarão medidas para melhorar a transparência fiscal e a gestão da despesa incorrida pelo Tesouro. As autoridades planeiam alinhar as despesas com as receitas disponíveis, e garantir o cumprimento das regras de GFP. Elas assumiram também o compromisso de limitar o uso das DNT e a acumulação de atrasados pagáveis a fornecedores e contratantes, incluindo através do uso de um Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas (SIGFIP). Para além do mais, as autoridades irão preparar relatórios trimestrais sobre a execução orçamental para garantir que a mesma seja orientada por planos de despesas e que as despesas sociais e prioritárias sejam protegidas. Serão adotadas medidas para aprimorar a gestão do Tesouro, seguindo rigorosamente os procedimentos contabilísticos existentes, o uso do módulo contabilístico do SIGFIP, assim como os planos de despesa e os contratos públicos, elaborados *ex ante* e baseados no orçamento anual.

*Quanto à dívida*, como indica a análise atualizada da sustentabilidade da dívida, a Guiné-Bissau ainda apresenta um risco moderado de sobre-endividamento. Tendo em conta a vulnerabilidade do país aos choques externos e a sua base de exportação limitada, as autoridades continuarão a depender de transferências e de empréstimos concessionais para o seu financiamento externo, e evitarão contratar e garantir dívida externa de curto prazo.

Cientes da necessidade de limitar os passivos contingentes, as autoridades compilaram um inventário de todas as garantias estatais concedidas ao sistema bancário. Tendo como base os regulamentos de gestão da dívida da UEMOA, as autoridades guineenses também elaboraram um decreto a ser aprovado pelo Conselho de Ministros que ajudará o país a melhor regular a autoridade e transparência da emissão de dívida, o processo respeitante à emissão de garantias estatais e a assunção de grandes passivos extraorçamentais.

### **Reformas do Setor Financeiro**

As autoridades já se comprometeram a assegurar que o sistema financeiro da Guiné-Bissau esteja em conformidade com as normas regulamentares e os padrões internacionais. Neste contexto, as autoridades exigirão que os bancos identificados durante a recente auditoria de local realizada pela comissão bancária da UEMOA cumpram as normas regulamentares relacionadas com a constituição de provisões para a cobrança de empréstimos malparados, aumentos de capital e outras medidas corretivas identificadas como sendo parte integrante do processo em curso de anulação do resgate. O governo mostra-se pronto para tomar quaisquer medidas corretivas consideradas necessárias pela Comissão Bancária para abordar a situação pós-resgate e a questão dos créditos improdutivos.

Com a assistência técnica dos parceiros de desenvolvimento, as autoridades estão também a tomar medidas para desenvolver os mercados financeiros (incluindo para as PME), reforçar a execução dos contratos, implementar a nova ação uniforme da Organização para a Harmonização em África do Direito de Negócios (OHADA) sobre o processo coletivo com o objetivo de aligeirar a cobrança de garantias, e fortalecer a legislação em matéria de falências.

### **Outras Reformas Estruturais**

As autoridades reconhecem a necessidade de se continuar a melhorar o ambiente de negócios de modo a alcançar um nível de crescimento económico alto, sustentado e inclusivo e diversificar a economia. Tomarão medidas com vista a aprimorar a prestação de serviços públicos e a sustentabilidade financeira das empresas públicas, incluindo a Empresa de Eletricidade e Águas da Guiné-Bissau (EAGB). Neste sentido, o governo irá preparar planos de auditoria para as empresas estatais e fundos autónomos e conceber uma nova estratégia para promover a produção e a transformação de caju.

Com a assistência dos parceiros de desenvolvimento, as autoridades têm feito avanços notáveis no fornecimento e compilação de dados. Envidarão esforços adicionais com o intuito de abordar questões pendentes sobre o Instituto Nacional de Estatística, incluindo a aprovação da nova Lei de Estatística, a mobilização de recursos adequados para permitir a produção de estatísticas e melhorias na coordenação e partilha de dados entre instituições.

As autoridades guineenses estão empenhadas em continuar a melhorar o quadro do país respeitante ao combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo

(CBC/FT). Nesse sentido, uma nova estratégia nacional de CBC/FT, coerente com as normas do Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI), foi submetida à aprovação da Assembleia Nacional. As autoridades também se comprometeram a proporcionar um grau de autonomia e recursos suficientes à Célula Nacional de Tratamento de Informações Financeiras (CENTIF), de maneira a permitir a esta entidade concretizar o seu mandato e contribuir para a luta contra a corrupção e a procura de rendas monopolistas.

### **Conclusão**

As autoridades guineenses continuam empenhadas em exercer a prudência fiscal e acelerar as reformas que visam ultrapassar os desafios encarados pela economia, e continuarão a consolidar os êxitos recentes do país, sobretudo nas frentes das receitas e despesas, preservando assim a sustentabilidade fiscal. Os seus esforços concentrar-se-ão, ainda, na implementação de medidas corretivas, apoiadas pela comissão bancária da UEMOA, com o objetivo de preservar a estabilidade do setor financeiro. Além disso, as autoridades intensificarão as reformas estruturais que visam diversificar a economia.

Tendo em conta o que precede, gostaríamos de solicitar o apoio dos Administradores à conclusão da primeira e segunda avaliações no âmbito do Acordo relativo à Facilidade de Crédito Alargado (ECF), assim como aos pedidos no sentido de modificar os critérios de desempenho e reprogramar os desembolsos.